XIII ENCONTRO CLIO-PSYCHÉ

ANAIS DO XIII ENCONTRO CLIO-PSYCHÉ

CAPES CRP-RJ CEPUERJ ifht ed uerj NAU EDITORA outrasletras editora

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA PSICOLOGIA - CLIO-PSYCHÉ –

Rio de Janeiro
2018

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor | Ruy Garcia Marques
Vice-Reitor | Maria Georgina Muniz Washington
Sub-reitora de Graduação | Tania Maria de Castro Carvalho Netto
Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa | Egberto Gaspar de Moura
Sub-reitora de Extensão e Cultura | Elaine Ferreira Torres

Centro de Educação e Humanidades | Diretor: Lincoln Tavares Silva

Instituto de Psicologia
Diretora | Márcia Maria Peruzzi Elia da Mota
Vice-Diretora | Ana Maria Lopez Calvo de Feijoo

Programa de Pós-graduação em Psicologia Social
Coordenadora | Edna Lucia Tinoco Ponciano
Adjunta | Deise Maria Leal Fernandes Mendes

Laboratório de História e Memória da Psicologia – Clio-Psyché
Coordenadora | Ana Maria Jacó-Vilela

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/E

E56 Encontro Clio-Psyché (13.: 2018: Rio de Janeiro, RJ).
Anais do XIII Encontro Clio-Psyché: Resistências: Ciência e Política na História da Psicologia. / Clio-Psyché – Laboratório de História e Memória da Psicologia. – Rio de Janeiro, RJ: UERJ/Instituto de Psicologia, 2018.

97p.

ISSN: 1982-632X

Encontro realizado nos dias 7 a 9 de novembro de 2018, com o tema: Resistências: Ciência e Política na História da Psicologia.

1. Psicologia – História - Congressos. 2. Psicologia Social - Congressos. 3. Psicologia - Ciência e Política. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Laboratório de História e Memória da Psicologia. III. Título.

CDU 159.9(81)(091)
CDU 37.015.3

XIII ENCONTRO CLIO-PSYCHÉ
Resistências: Ciência e Política na História da Psicologia

PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Clio-Psyché – Laboratório de História e Memória da Psicologia

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente: Ana Maria Jacó-Vilela

Allan Abreu Conceição
Andre Luis de Oliveira de Sant'Anna
Dayse de Marie Oliveira
Filipe Degani
Gabriel Sousa
Gervásio de Araújo
Hugo De Nilson Damasceno
Iasmin da Silveira Quintino
João Henrique Queiroz Araújo
João Mateus
Juberto Souza
Leandro Groba
Leda Alves Duarte
Leticia Oliveira Silva
Luiza Miranda Mello e Silva
Maira Allucham
Maria Cláudia Novaes Messias
Mariana Agatha Silva do Carmo
Maíra dos Anjos
Pedro Terra Abreu
Victor Portavales
Wilk Farias Nobre
Ygor Vinnicius Pereira Diniz Silva

COMITÊS

Comitê Avaliação de trabalhos
Gervásio Araújo
Dayse de Oliveira

Comitê de Logística
Maria Cláudia Novaes Messias
Alice Helena do Nascimento
Leda Alves Duarte
Allan Abreu

Comitê de Finanças
Filipe Degani Carneiro
Letícia Oliveira Silva
Luiza Miranda Mello e Silva
Gabriel Sousa
Hugo De Nilson Damasceno

Comitê de Divulgação
João Henrique Queiróz Araújo
Maíra dos Anjos
Leandro Groba
Design gráfico – Rodrigo Barbosa

Comitê de Atividades Culturais e Sociais
Maira Allucham
André Sant'Anna
Iasmin da Silveira Quintino
Juberto Souza
Mariana Agatha Silva do Carmo

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alexandre de Carvalho Castro • *CEFET-RJ*
Ana Maria Jacó-Vilela • *UERJ*
Ana Maria Talak • *Universidad Nacional de La Plata*
Annette Mulberguer • *Universidad Autònoma de Barcelona, Espanha*
Cristiana Facchinetti • *Fiocruz*
Fernando Lacerda Junior • *UFG*
Filipe Degani Carneiro • *UERJ*
Francisco Teixeira Portugal • *UFRJ*
Frederico Alves da Costa • *UFAL*

Gonzalo Salas • *Universidad Católica del Maule, Chile*
Hildeberto Vieira Martins • *UFF*
Hugo Klappenbach • *Universidade Nacional de San Luís, Argentina*
Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos • *UERJ*
Maria Andréa Piñeda • *Universidad Nacional de San Luís, Argentina*
Maria Cláudia Novaes Messias • *UERJ*
Miguel Gallegos • *Universidad Nacional de Rosario - Argentina*
Luis Mariano Ruperthuz Honorato • *Universidad Diego Portavales, Chile*
Rodrigo Miranda • *UCDB*
Sérgio Cirino • *UFMG*

PARECERISTAS

Adriana Amaral do Espírito Santo
Bruno Andrés Jaraba Barrios
Carolina Farias-Carracedo
Cristina Lhullier
Denise Pereira de Alcântara Ferraz
Fábia Mônica
Filipe Boechat
Filipe Degani
Gervásio de Araújo Marques da Silva
Hildeberto Vieira Martins
Hugo de Nilson Damasceno
Josiane Sueli Béria
Julio Cesar Cruz Collares-da-Rocha
Leandra Sobral
Leandro Groba
Lidiane de Oliveira Goes
Lidiane Oliveira
Lurdes Oberg
Maira Allucham Goulart N. T. Vasconcellos
Maria Claudia Novaes Messias
Maria Glaucia Pires Calzavara
Pedro Felipe N. de Muñoz
Rafael Dias de Castro
Renato Sampaio Lima
Rodrigo Lopes Miranda
Ronald Clay dos S. Ericeira
Stella Goulart
Victor Portavales
Wilk Farias

MONITORES | COORDENAÇÃO

Comitê de Monitoria
Leandro Gobra
Maíra dos Anjos
Victor Portavales
Wilk Farias Nobre

APOIO:

Sumário

APRESENTAÇÃO 7
PROGRAMAÇÃO 10
RESUMOS 14
A. OFICINAS 14
B. CONFERÊNCIAS 16
C. SIMPÓSIOS 17
D. MESAS 19
E. DEPOIMENTO 21
F. GRUPOS DE TRABALHO 21
GT 1 - RESISTÊNCIAS 21
GT 2 - CIÊNCIA 41
GT 3 - POLÍTICA 74
ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES 96

APRESENTAÇÃO

O Laboratório de História e Memória da Psicologia – Clio-Psyché se sente honrado ao dar boas vindas a todas e todos ao XIII Encontro Clio-Psyché – Resistências: Ciência e Política na História da Psicologia.

Em 2016, durante a realização do XII Encontro Clio-Psyché- Saberes Psi: outros sujeitos, outras histórias, comemoramos os 20 anos deste, agora, Laboratório, com a inauguração das novas instalações onde, além do espaço de pesquisa, encontram-se a Biblioteca CEH-E Clio-Psyché (integrada à Rede Sirius de Bibliotecas da UERJ) e o espaço do Museu de História da Psicologia Clio-Psyché. Aquele foi um ano em que a Resistência (#uerjresiste) fez eco com a Política e a Ciência nas práticas deste Laboratório, de nossa Universidade e sociedade, porque, como dissemos à época "Um ano de múltiplos golpes – contra a democracia brasileira, contra a ciência e a educação deste país, contra o serviço público do Estado do Rio de Janeiro – somados aos golpes habituais perpetrados pelos poderes contra crianças, jovens, usuários de saúde mental, mulheres, LGBTTs, negros, índios, periféricos (os "Outros sujeitos", cujas histórias o tema de nosso Encontro quis resgatar e visibilizar)".

O XII Encontro aconteceu, com grande sucesso, e à Resistência se uniu a potência que foi produzida naqueles dias. Contudo, ao longo desses dois anos, se intensificaram os processos de opressão em um contexto de desmonte das políticas públicas, em especial a saúde e a educação, o crescimento da violência, inclusive aquela praticada pelo Estado, em sua versão mais cruel, com os discursos e práticas de cunho fascista crescendo e encontrando legitimidades várias no campo social. E, resistindo, nos "Encontramos", agora, 20 anos depois do I Encontro Clio-Psyché, ocorrido em 1998, para que as trocas, os diálogos e as conexões que, acreditamos, puderem ser produzidas aqui propiciarem, uma vez mais, nosso fortalecimento rumo às Resistências que o campo da História da Psicologia tem como responsabilidade.

O XIII Encontro Clio-Psyché – Resistências: Ciência e Política na História da Psicologia – propõe, desse modo, uma discussão crítica dos processos que desvelam os diferentes desdobramentos da Psicologia na história e as complexas relações entre ciência, sociedade e política na produção dos saberes psicológicos no Brasil e na América Latina.Por saberes psicológicos compreendem-se os produtos da cultura psi inscritos na constituição de teorias e práticas (tais como, a psicologia, a psiquiatria, a psicanálise, a psicotécnica, a educação, a higiene mental, a eugenia etc.) circunscritos nos diversos regimes de historicidade.

A programação do XIII Encontro foi organizada com Simpósios, Conferências e Mesas. Além destes, teremos o tradicional Depoimento, em que entrevistaremos e poderemos compartilhar da trajetória da professora Marília Matta Machado. Teremos também uma Assembleia ordinária da Sociedade Brasileira de História da Psicologia, para a qual convidamos todos os participantes.

Contamos também com algumas novidades: a primeira delas é o Cine Clio-Psyché, no qual será apresentado o filme "No intenso agora"; outra novidade são as atividades pré-congresso, quando ofereceremos cinco Oficinas, cada uma com três horas de duração; e finalmente a substituição das tradicionais "Sessões de Comunicação" pelos Grupos de Trabalho, organizados de acordo com cada Eixo do Encontro: Resistências; Ciência e Política.

O Eixo 1 – Resistências, pretende explorar as diversas relações entre propostas críticas e saberes e práticas psicológicos com insurgências no cotidiano, nos conflitos sociais. Assim, receberá trabalhos que exploram as relações entre processos insurgentes na sociedade, isto é, trabalhos históricos que abordem as questões de gênero; sexualidade; raça; classe social; questão indígena e os processos de subjetivação

predominantes nas histórias brasileira e latino-americana. Ou seja, de um lado, o eixo problematiza como projetos de reforma social e política atravessam a história dos saberes psicológicos, assim como a implicação de psicólogas e psicólogos com conflitos políticos e como isso produziu efeitos sobre sua obra, sua atividade científica e/ou atividade profissional. Por outro lado, o objetivo é colocar em discussão a constituição das mais variadas formas de relações de poder e o modo como uma série de normas incidem e produzem corpos produtores de certas práticas sexuais, relações de gênero e identidades étnicas e/ou sociais. Investigando os caminhos históricos, políticos e sociais que produziram e mantêm variadas formas de desigualdades calcadas na manutenção de um "credo étnico-racial" "sexual" ou "classista", espera-se que o debate sobre a constituição dos saberes psicológicos no Brasil e na América Latina possa suscitar o questionamento sobre o silenciamento em torno dessas temáticas e lançar luz sobre as inevitáveis práticas de resistências produzidas em decorrência das diferentes formas de pensar tais questões. Pensar criticamente as práticas e discursos colonialistas pode promover um espaço de interlocução entre os participantes desse eixo na tentativa de descontruir os modelos sociais que marginalizaram sistematicamente certos segmentos sociais. O presente eixo pretende contribuir com a discussão de como, historicamente, os saberes psicológicos produzem e perpetuam certas práticas discriminatórias, mas ao mesmo tempo podem operar como ferramentas de desconstrução dessas mesmas práticas, ao promoverem estratégias capazes de inventar novos modos de resistência e existência a partir das contribuições da psicologia, da psicanálise, da psicologia social e da psicologia política. A reflexão e a análise das relações entre saberes psicológicos e insurgências na história pode oferecer subsídios para se pensar os desafios e as possibilidades postos para a Psicologia em um contexto social marcado por um golpe que incrementou processos de polarização social no Brasil.

O Eixo 2 – Ciência, postula desenvolver discussões sobre políticas científicas; relações entre ciência e sociedade; o campo da história da ciência; a produção de métodos e teorizações científicas. As questões levantadas por seus participantes visarão desenvolver debates sobre a construção de "modelos de verdade" (paradigmas) presentes na história das teorias e explicações científicas que estruturam o funcionamento das práticas científicas em nossa sociedade ocidental moderna e daquilo que, a partir desse paradigma normativo, passa a ser afirmado como conhecimento válido. Pretende-se compreender como são produzidos e promovidos certos enunciados que sustentam a manutenção de determinados modelos de conhecimento e de verdade, fornecedores de um instrumental linguístico de cunho científico gerador da cisão moderna entre o sujeito e o objeto, ou mais especificamente a separação subjetividade - objetividade. Considera-se que esse debate pode ser frutífero para a análise das condições que historicamente produzem a hegemonia de certos saberes científicos e de práticas decorrentes da consolidação de uma "visão de mundo" definidora dos limites do que se circunscreve como científico.

O Eixo 3 – Política, pretende ser um espaço de debate para trabalhos históricos que se debrucem sobre os desafios surgidos no âmbito das políticas públicas de saúde, educação e trabalho. Espera-se a produção de uma série de debates sobre as ideias, discursos e práticas presentes no contexto e na prática escolar, na promoção da saúde e nas relações de trabalho, seus efeitos nas relações micro e macrossociais no Brasil e na América Latina. Esse eixo também acolherá trabalhos voltados para as discussões que girem em torno das questões relacionadas aos direitos humanos; os movimentos sociais e a segurança pública. Pretende-se com isso problematizar os usos de termos como os de cidadania, direitos humanos, segurança pública, violência, grupos, coletivos e organizações e seu papel na constituição da "arena política" e nos embates sociais e cotidianos dos agentes sociais definidos como "sujeitos de direito e de deveres". Espera-se ainda discutir as formas de produção da diferença engendradas em nossa sociedade e

como novas modalidades de resistências, mais especificamente, as advindas do âmbito da Psicologia, da Psicologia Social e da Psicologia Política, podem ser formuladas e colocadas em ação. O eixo possibilitará a formulação de um posicionamento crítico dos saberes psicológicos ante os problemas históricos que configuram o campo da saúde, educação, trabalho, direitos humanos, segurança pública e a atuação dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina.

Um excelente Encontro!

Rio de Janeiro, novembro de 2018

Anais doXIII ENCONTRO CLIO-PSYCHÉ
Resistências: Ciência e Política na História da Psicologia

UERJ, 07 a 09 de novembro de 2018

PROGRAMAÇÃO

DIA 07/11 (QUARTA-FEIRA)

9h Credenciamento

9h30 Oficinas Pré-Congresso
1. Pesquisa em bases de dados. O uso do Zotero (10 vagas)
Charles Melo e Ester Lima (Biblioteca CEH-E – Clio-Psyché/ UERJ)
Hugo de Nilson Damasceno (Clio-Psyché/UERJ)
Local: Centro de Capacitação da Rede Sirius-UERJ (Pavilhão Reitor Lyra Filho, 1ª andar, Bloco B, Sala 1026.)

2. Análise do Discurso (20 vagas)
Alexandre de Carvalho Castro (CEFET-RJ)
Local: IFHT, Sala 01

12h30 Almoço

14h Oficinas Pré-Congresso
3. Psicologia e História: fontes (20 vagas)
Sérgio Marcondes e Ede Cerqueira (Fiocruz)
Local: IFHT, Sala 01

4. História Oral (20 Vagas)
Verena Alberti (UERJ/FGV)
Local: IFHT, Sala 02

5. Elementos marxistas para uma análise de conjuntura para a psicologia (20 vagas)
Fernando Lacerda (UFG), Filipe Boechat (UFRJ) e André Vieira (UFG)
Local: Auditório Clio-Psyché

17h Mesa de Abertura do XIII Encontro Clio-Psyché | Auditório 93

Profª. Marcia Maria Peruzzi Elia da Mota | Dir. do IP-UERJ
Profª. Edna Lúcia Tinoco Ponciano | Coord. do PPGPS-UERJ
Prof. Ricardo Vieiralves de Castro | Chefe do Departamento de Psicologia Social e Ciências Humanas e Sociais
Profª. Ana Maria Jacó-Vilela | Coord. do Clio-Psyché
Prof. Rodrigo Miranda | Vice-Pres. da SBHP
Prof. Miguel Gallegos | Coord. da RIPeHP
Psicóloga Diva Lúcia Gautério Conde | Pres. do CRP-05

17h30 - Conferência de Abertura: "A história da Psicologia e golpes na América Latina: considerações sobre a atualidade da Psicologia na Libertação"

Fernando Lacerda Jr. (UFG)
Coord.: Ana Maria Jacó-Vilela (UERJ)
Local: Auditório 93

18h30 - Cine Clio-Psyché: "No intenso agora" (2017) | História/Doc. | 2h 7m.
Dir.: João Moreira Salles
Coord.: Dayse de Marie Oliveira e João Henrique Queiróz Araújo (UERJ)
Local: Auditório 93

DIA 08/11 (QUINTA-FEIRA)

9h Grupos de Trabalho (1ª sessão)

• GT 1: Resistências: Patricia Scherman (Universidad Nacional de Córdoba), Rosa Falcone (Universidad de Buenos Aires), Frederico Alves Costa (UFAL).
Local: Auditório Clio

• GT 2: Ciência: Maira Allucham (UERJ), Rodrigo Miranda (UCDB), Maria Eugenia Gonzales (Universidad de Salta).
Local: IFHT, Sala 01

• GT 3: Política: Adriana Kaulino (Universidad Diego Portales, Chile), Sergio Cirino (UFMG), Filipe Degani (UNISUAM/UERJ). Local: IFHT, Sala 02

11h Simpósio: "Violência política e Psicologia: história, colonialismo e contemporaneidade"
Coord.: Maria Andréa Piñeda (Universidad Nacional de San Luís)
Local: Auditório Cartola (Centro Cultural da UERJ)

"Frantz Fanon: a negritude como projeto político e a violência subjetiva".
Hildeberto Martins (UFF)
"Dilemas éticos de la intervención en contextos de conflicto armado"
Omar Bravo (Universidad ICESI, Cali)

12:30 Almoço

14h Mesa Institucional da SBHP - "Como fazer história da psicologia"
Coord.: Regina Helena de Freitas Campos (UFMG/ ex-Presidente da SBHP)
Local: Auditório Cartola (Centro Cultural da UERJ)
"A operação histórica: tecendo a trama no tear do tempo"
Marina Massimi (USP/ GT História da Psicologia - ANPEPP)
"Perspectivas dialógicas em História da Psicologia"
Alexandre de Carvalho Castro (CEFET-RJ / GT História Social da Psicologia - ANPEPP)

16hCafé com Lançamento de Livros

16h30 Simpósio "40 anos da Lei Basaglia"
Coord.: Ernesto Venturini (Movimento Psiquiatria Democrática)
Local: Auditório Cartola, Centro Cultural da UERJ

"Franco Basaglia - reflexoes sobre a ruptura epistemologica da reforma psiquiátrica"
Paulo Amarante (Fiocruz)
"Basaglia e o Brasil: uma história de lutas"
Maria Stella Goulart (UFMG)

18h Depoimento: Marília Matta Machado
Entrevistadores: Gervásio Araújo (UFRJ) e Maíra dos Anjos (UERJ)
Local: Auditório Cartola, Centro Cultural da UERJ

DIA 09/11 (SEXTA-FEIRA)

9h Grupos de Trabalho (2ª sessão)

• GT 1: Resistências: Patricia Scherman (Universidad Nacional de Córdoba), Rosa Falcone (Universidad de Buenos Aires), Frederico Alves Costa (UFAL)
Local: Auditório Clio

• GT 2: Ciência: Maira Allucham (UERJ), Rodrigo Miranda (UCDB), Maria Eugenia Gonzales (Universidad de Salta)
Local: IFHT, Sala 01

• GT 3: Política: Adriana Kaulino (Universidad Diego Portales, Chile), Sergio Cirino (UFMG), Filipe Degani (UNISUAM/UERJ)
Local: IFHT, Sala 02

11h Simpósio "Políticas identitárias e democracia"
Coord.: Ana Maria Talak (Universidad Nacional de La Plata)
Local: Auditório Cartola (Centro Cultural da UERJ)

"Politicas identitárias, gênero e psicologia no Brasil"
Jacy Curado (UFMS)
"La identidad: entre la representación moderna y su deconstrucción"
Joan Soto (Universidad Los Libertadores – Bogotá)

12h30 Almoço

12:30 h às 14h Assembléia ordinária da Sociedade Brasileira de História da Psicologia | Local: Auditório Clio-Psyché

14h Grupos de Trabalho (3ª sessão)

• GT 1: Resistências: Patricia Scherman (Universidad Nacional de Córdoba), Rosa Falcone (Universidad de Buenos Aires), Frederico Alves Costa (UFAL)
Local: Auditório Clio

• GT 2: Ciência: Maira Allucham (UERJ), Rodrigo Miranda (UCDB), Maria Eugenia Gonzales (Universidad de Salta)
Local: IFHT, Sala 01

• GT 3: Política: Adriana Kaulino (Universidad Diego Portales, Chile), Sergio Cirino (UFMG), Filipe Degani (UNISUAM/UERJ)
Local: IFHT, Sala 02

16h Café com Lançamento de livros

16h30 "Do Hospício de Pedro II ao Hospício Nacional de Alienados: 100 anos de histórias (1841-1944)"
Coord.: Hugo Klappenbach (Universidad Nacional de San Luís)
Local: Auditório Cartola, Centro Cultural da UERJ

"O "caso Schreber" brasileiro: uma pesquisa nos arquivos do Hospício Nacional de Alienados (HNA)". Cristiana Facchinetti (Fiocruz)

"Cidadania, natureza humana e projeto civilizatório: o debate psicopatológico na Academia Imperial de Medicina (1829 – 1860)". Flávio Coelho Edler (COC/Fiocruz)

"A loucura na imprensa carioca: noticias e representações sobre o Hospício Nacional de Alienados (HNA)". Ana Teresa Venancio (COC/Fiocruz)

"O uso de testes psicológicos no Hospício Nacional de Alienados" . Ana Maria Jacó-Vilela (UERJ)

18h30 Encerramento
Local: Auditório Cartola (Centro Cultural da UERJ)

RESUMOS

A. OFICINAS

Oficina 1. Fontes de informação para pesquisa em História da Psicologia e normatização de trabalhos científicos. Pesquisa em bases de dados. O uso do Zotero

Ester Aparecida Lima de Souza (Biblioteca Ceh/E – Clio-Psyché)
Charles William Macedo de Mello (Biblioteca Ceh/E – Clio-Psyché)
Hugo de Nilson Damasceno (Laboratório de História e Memória da Psicologia – Clio-Psyché)

Apresenta as principais fontes de informação de pesquisa em psicologia social, como por exemplo, repositórios digitais e institucionais que disponibilizam periódicos de acesso aberto, e-books, Portal Capes, e serviços oferecidos pela Rede Sirius. Desenvolve a competência informacional dos pesquisadores através de exibição de ferramentas na elaboração de referências bibliográficas e as principais técnicas de pesquisa a fim de otimizar a busca e os resultados esperados. Orienta o gerenciamento de dados bibliográficos e materiais relacionados à investigação científica, bem como a geração de citações em texto, rodapés e bibliografias através de software específico. Divulga os serviços e coleções da Biblioteca CEH/E-Clio-Psyché da Rede Sirius. Ilustra o uso do Zotero para arquivamento de referências.

Oficina 2. Análise do Discurso

Alexandre de Carvalho Castro (CEFET-RJ)

A discussão a ser desenvolvida neste curso parte de experiências concretas circunstanciadas à pesquisa acadêmica, pois a questão de como analisar discursos e práticas discursivas é de interesse permanente no âmbito da Psicologia. Uma perspectiva bakhitiniana questiona a análise discursiva centrada meramente nos aspectos formais e estruturais da língua, enquanto concebe uma atividade da linguagem indissociável dos atores sociais. Ou seja, Bakhtin apresenta uma teoria onde qualquer enunciado é constituído também por aspectos metalinguísticos que circulam ao longo do tempo em espaços distintos. Suas críticas radicais, desenvolvidas contra as correntes teóricas da linguística de seu tempo, levam alguns autores a avaliarem a contribuição de Bakhtin em termos de uma importante mudança de paradigma. Transformação essa, do ponto de vista de análise das práticas discursivas, que leva a uma refutação da atitude reducionista com a qual a linguística tradicional – onde eventualmente se inspiram abordagens cognitivistas – restringiu seu campo de análise à única dimensão dos fatos e "sujeitos" empiricamente observáveis. Na perspectiva bakhtiniana, o caráter principal do sentido do discurso é a sua constante continuidade, não redutível, portanto, ao estatuto formal de um enunciado vinculado linearmente à forma literária. Sua legibilidade deve derivar da encruzilhada da mutabilidade, do encontro entre as trajetórias complexas dos mais variados interlocutores — literários e sociais. A busca do sentido do discurso deve se abrir para a análise de elos múltiplos entre a atividade de linguagem, suas motivações, e determinações, até porque há um processo histórico de constituição das significações. Os desenvolvimentos histórico-sociais produzem um movimento de circulação do discurso, onde se dá uma evolução temática na qual o sentido das palavras, noções e conceitos se reconstituem continuamente. O enunciado dirigido a um dado interlocutor dirige-se, na verdade, à maneira pela qual os

sentidos múltiplos circulam na consciência dele. Discursos variados modulam mutuamente a amplitude histórico-social de construção do sentido, através de processos que estabelecem respostas para as questões levantadas por outras vozes, em outros tempos, e em outros lugares. O pensamento em perpétua evolução, construído no fluxo da interação social em âmbitos variados de atividade, dá instrumentos e recursos aos diversificados grupos sociais para explicitarem seus valores e concepções nas situações cotidianas singulares que enfrentam. De fato, cada grupo possui um repertório de formas de discurso que, no interior da vida em sociedade, assume a função de um espelho: reflete e retrata o dia a dia.

Oficina 3. Psicologia e História: fontes

Sérgio Marcondes (Fiocruz)
Ede Cerqueira (Fiocruz)

Trabalharemos com os diferentes tipos de fontes que podem ser utilizados para a elaboração da história dos saberes "psi", dando ênfase especial a fontes menos estudadas e mais atuais, como *blogs*, *e-mails* e outras formas de escritas de si.

Oficina 4. História Oral

Verena Alberti (UERJ/FGV)

A partir de um exemplo de pesquisa com lideranças do movimento negro no Brasil, a oficina tem como objetivo discutir as possibilidades de trabalho com entrevistas de história oral. Serão discutidas questões relacionadas ao desenho do projeto, passando pelo contato com os e as entrevistados/as e a realização de entrevistas, até a identificação de alguns resultados da pesquisa. A oficina contará com trechos de entrevistas gravadas.

Oficina 5. Elementos marxistas para uma análise de conjuntura para a psicologia.

História da Psicologia em tempos de barbárie capitalista: armas para crítica e combate

André Vieira dos Santos, Universidade Federal de Goiás
Filipe Milagres Boechat, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Fernando Lacerda Júnior, Universidade Federal de Goiás

Considerando-se que o XIII Encontro Clio-Psyché propõe uma reflexão crítica sobre as relações entre ciência, sociedade e política na produção dos saberes psicológicos no Brasil e na América Latina, a presente oficina visa munir o participante de algumas categorias e questões que promovam a produção de uma história da psicologia comprometida com os movimentos de resistência e de luta das amplas maiorias populares. Inscrevendo-se no campo da História Social da Psicologia, mas norteados pelos pressupostos, pela lógica e pelas categorias oriundas da teoria social marxiana, seus proponentes orientam suas análises e pautam suas críticas pelo horizonte mais amplo da emancipação humana. Consequentemente, desejam propiciar a ocasião para uma reflexão sobre os limites das perspectivas críticas em Psicologia e em História da Psicologia que estabelecem o Estado Democrático de Direito e a ampliação das Políticas Públicas e Sociais como horizonte insuperável do “compromisso social” de psicólogas e psicólogos e que,

implícita e consequentemente, mantêm-se nos marcos da sociabilidade burguesa ao se pautarem exclusivamente pelo horizonte da emancipação política.

B. CONFERÊNCIAS

Conferência de Abertura
Coordenação: Ana Maria Jacó-Vilela (UERJ)

A história da Psicologia e golpes na América Latina: considerações sobre a atualidade da Psicologia da Libertação

Fernando Lacerda Júnior, Universidade Federal de Goiás

O termo "Psicologia da Libertação" aparece na história da Psicologia estreitamente associado ao nome de Ignacio Martín-Baró, porém, é possível identificar a sua utilização entre outros pensadores de países latino-americanos e africanos marcados por ditaduras ou dominação colonial. Neste sentido, pode-se afirmar que as ideias em defesa de libertação na Psicologia aparecem por meio de dois vetores: a defesa da democracia contra golpes e a defesa de soberania nacional contra intervenções imperialistas. Estes dois vetores estão presentes na obra de Ignacio Martin-Baró, a qual será discutida nesta apresentação com a finalidade de destacar a atualidade da libertação como projeto societário que pode guiar os modos de se pensar uma história social da Psicologia. Em um primeiro momento, além de destacar os principais suportes institucionais, políticos e teóricos da obra de Martín-Baró, argumentarei que a proposta de Psicologia da Libertação exige uma História Social da Psicologia, já que apresenta como exigência a libertação da Psicologia, isto é, um movimento de crítica e de historicização da Psicologia e seus objetos de estudo. Ao destacar a historicidade como nexo ineliminável da Psicologia, Martín-Baró demonstrou que a elaboração de uma nova epistemologia e uma nova práxis só pode se efetivar caso exista uma análise permanente da história na psicologia e da psicologia na história. Em um segundo momento, destacarei a atualidade da libertação como horizonte ético-político da Psicologia. O contexto brasileiro marcado por um golpe, pelo aprofundamento da polarização social e pela clara manifestação de projetos fascistas é, precisamente, o tipo de contexto que exige uma Psicologia da Libertação, especialmente para aquelas e aqueles que pretendem pensar as contribuições da História Social da Psicologia na atual arena política.

C. SIMPÓSIOS

Simpósio: Violência política e Psicologia: história, colonialismo e contemporaneidade
Coordenação: Maria Andréa Piñeda (Universidad Nacional de San Luís)

Frantz Fanon: a negritude como projeto político e a violência subjetiva

Hildeberto Martins (UFF)

O tema da nossa exposição gira em torno da crítica esboçada por Frantz Fanon a respeito das relações entre negritude, colonialismo e violência subjetiva. Para esse autor, o contato interétnico produz modos de violência subjetiva que se concretizam em um racismo anti-negro. A discussão que propomos aborda como os efeitos das práticas e ideias colonialistas engendraram formas negativas sobre a imagem do negro, imagem que só poderia ser modificada por uma "teoria da negritude". Para Fanon o colonialismo não era só um processo de subalternidade material entre colonizador e colonizado, mas também se configurava como uma forma de subalternidade psicológica, produtora de um narcisismo patológico que inferiorizava os negros e, portanto, gerador de seres "inautênticos", já que passivos. É contra esse racismo anti-negro resultante de um modelo colonialista que Fanon se insurgiu. Utilizamos esse ponto de inflexão como um guia para uma discussão sobre as contribuições e impasses de sua obra.

Dilemas éticos de la intervención en contextos de conflicto armado

Omar Bravo (Universidad ICESI – Cali, Colombia)

Las intervenciones de carácter psicosocial (a pesar de la ambigüedad actual del adjetivo) en contextos de conflicto armado provocan una serie de tensiones y desafíos que tienen, entre otros aspectos, un carácter ético.

En lo que hace en particular a las intervenciones dirigidas a víctimas del conflicto armado colombiano, estos dilemas éticos se expresan en una cierta banalidad que permite desconsiderar la voz y las demandas de los sujetos y grupos a las que se dirigen, sea en nombre de técnicas de un supuesto carácter objetivo (en general utilizadas y validadas antes en otros contextos y situaciones), sea en formas supuestamente alternativas, pero que comparten con las anteriores esa banalidad mencionada. Este texto se basa en una investigación realizada con familiares de víctimas de desaparición forzada en Colombia e intenta analizar estos aspectos aquí apuntados.

Simpósio: 40 anos da Lei Basaglia
Coordenação: Ernesto Venturini (Movimento Psiquiatria Democrática)

"Basaglia e o Brasil: uma história de lutas"

Maria Stella Goulart (UFMG)

Franco Basaglia: reflexões sobre a ruptura epistemológica da reforma psiquiátrica

Paulo Amarante (Fiocruz)

Franco Basaglia é muito conhecido no Brasil. A primeira associação de usuários e familiares de São Paulo leva o seu nome, assim como alguns Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros de Convivência, Cooperativas e outros projetos e inciativas. A lei da reforma psiquiátrica italiana ficou também identificada com ele, e passou a ser denominada de Lei Basaglia, assim como muitas outras homenagens e reverências se faz ao seu nome. Mas o pensamento e démarche de Franco Basaglia são, efetivamente, pouco conhecidos do público, mesmo dos profissionais envolvidos com o campo da saúde mental e atenção psicossocial ou da reforma psiquiátrica. O objetivo deste trabalho é o de demarcar os principais pontos da contribuição epistemológica e das rupturas na prática política, cultural e social operadas a partir daí.

Simpósio: Políticas identitárias e democracia
Coordenação: Ana Maria Talak (Universidad Nacional de La Plata)

Politicas identitárias, gênero e psicologia no brasil.

Jacy Curado (UFMS)

Em uma perspectiva histórica iremos apresentar a emergência dos estudos de gênero na Psicologia Brasileira, a partir de um levantamento em periódicos acadêmicos do período (1980-2017), em que serão pontuadas as problematizações teóricas, metodológicas e epistemológicas enfrentadas para construção de uma Psicologia Crítica Feminista. Discutiremos os usos e abusos do conceito de gênero e da categoria "mulher" nas diferentes abordagens psicossociais. Questionaremos se as políticas identitárias de gênero estão alterando o modo de fazer Psicologia no Brasil, e de que forma podem estar contribuindo ou não para a consolidação do nosso frágil processo democrático ao colocar em debate os pontos de tensões, aproximações, distanciamentos entre gênero e psicologia.

La identidad: entre la representación moderna y su deconstrucción

Joan Sebastian Soto Triana (Universidad Los Libertadores – Bogotá)

A lo largo del desarrollo de las ciencias humanas y de la psicología en especial, la instancia ontológica de la representación ha sido discutida como fundamento de los procesos estructurantes de la subjetividad. Se ha insistido en la necesidad de construir categorías que permitan denotar las estabilidades subjetivas para mostrar las regularidades individuales. Este escenario es ampliamente problematizado por teóricos de la llamada escuela posestructuralista que reclaman una crítica a la identidad como instancia representacional natural y estable. Desde la revisión de los conceptos del cuidado de sí y el saber de Foucault; la simulación y la seducción de Baudrillard; la différance derridiana y la performatrividad de Butler, se pueden plantear formas de análisis de la identidad como categoría deconstruida en la relación sujeto – cultura en el escenario político moderno.

D. MESAS

Mesa Institucional da SBHP: Como fazer história da psicologia
Coordenação: Regina Helena de Freitas Campos (UFMG/ ex-Presidente da SBHP)

"Perspectivas dialógicas em História da Psicologia"
Alexandre de Carvalho Castro (CEFET-RJ / GT História Social da Psicologia - ANPEPP)

A operação histórica: tecendo a trama no tear do tempo

Marina Massimi (USP-IEA-SP / GT História da Psicologia - ANPEPP)

Esta comunicação visa descrever o trabalho da reconstrução histórica, na perspectiva assinalada por Michel de Certeau, utilizando a metáfora da tecelagem e através de uma história particular de pesquisa focada na reconstrução dos saberes psicológicos na cultura brasileira. Serão delineados os passos desse percurso, os desafios e as dificuldades vivenciadas e será assinalado o significado deste trabalho no horizonte da reconstrução de um sentido da temporalidade onde o presente possa se reconectar ao passado no sentido da memória e da preservação, e ao futuro, no sentido da transmissão desse legato às novas gerações. Dessa forma, a reconstrução histórica pretende contribuir à educação do sentido de cidadania e de protagonismo de pessoas e grupos que compõem a sociedade brasileira, visando assim a melhoria da qualidade da vida pessoal, social e política do País.

Mesa-Redonda: Do Hospício de Pedro II ao Hospício Nacional de Alienados: 100 anos de histórias (1841-1944)
Coordenação: Hugo Klappenbach (Universidad Nacional de San Luís)

O "caso Schreber" brasileiro: uma pesquisa nos arquivos do Hospício Nacional de Alienados (HNA)

Cristiana Facchinetti (Fiocruz)

O trabalho, que se concentra entre os anos de 1915 e 1943, busca traçar o percurso institucional e clínico de um paciente, estudante da Escola Politécnica, que foi internado no Hospício Nacional (HNA) após ter criado uma invenção. Supunha estar sendo perseguido por espiões que queriam roubar seu invento. Durante a internação, foi diagnosticado como paranoico. Ao longo dos anos em que esteve internado, descreveu para seus médicos os motivos da sua perseguição, bem como as consequências de ter sido escolhido por Deus para este fim.

O objetivo da apresentação é o de refletir, com apoio de Ginzburg (1987) e de Wadi (2002), sobre os limites e as possibilidades de se reconstituir trajetórias de vida de pessoas comuns ao articulá-las com trajetórias institucionais, buscando ampliar a compreensão histórica sobre a constituição do sujeito louco e, ao mesmo tempo, da própria psiquiatria, que o toma para si como de sua responsabilidade. A base da reflexão é a pesquisa que venho coordenando nesses últimos anos sobre o Hospício Nacional, primeira instituição psiquiátrica brasileira, em funcionamento desde o ano de 1852, e que tem como um dos seus motes principais complexificar as leituras analíticas sobre a psiquiatria local. O trabalho utiliza-se de fontes levantadas ao longo da pesquisa em arquivos do HNA que estão organizados em uma base de dados virtual e disponíveis para pesquisa.

(apoio: PROEP/CNPq)

Cidadania, natureza humana e projeto civilizatório: o debate psicopatológico na Academia Imperial de Medicina (1829 – 1860)

Flávio Coelho Edler (COC/Fiocruz)

Tendo como eixo os temas da inimputabilidade criminal, das causas e tratamento da alienação mental, e do sentido pedagógico da aplicação das penas de reclusão, presentes na imprensa médica brasileira, pretendemos analisar o intenso debate mobilizou diferentes correntes do pensamento médico-filosófico no espaço público que se forjava. Os médicos se apresentaram, na décadas iniciais do Império, como legítimos intérpretes do conhecimento psicológico e competentes profissionais capazes de controlar a imaginação e as paixões que estariam na gênese de comportamentos desviantes.

A loucura na imprensa carioca: noticias e representações sobre o Hospício Nacional de Alienados (HNA)

Ana Teresa Venancio (COC/Fiocruz)
José Roberto Saiol (COC/Fiocruz)

Buscamos compreender a forma pela qual a imprensa da capital republicana, durante as primeiras décadas do século XX, contribuiu para a formação de opiniões sobre o Hospício Nacional de Alienados (HNA), primeira instituição psiquiátrica brasileira que abriu suas portas na cidade do Rio de Janeiro em 1852. Seguindo a historiografia brasileira recente sobre o tema, bem com a relativa à historia da psiquiatria em países ibero americanos, buscamos complexificar as leituras analíticas que consideram o asilo para alienados apenas como estratégia médica de controle social. Para tanto, tomamos como objeto a relação entre o hospício e a sociedade em que se insere, analisando as notícias sobre o Hospício em dois jornais diários da capital: *O Paiz* e *Correio da Manhã*. Apontamos assim o caráter hibrido e multifacetado das noticias publicadas. Nos dois periódicos citados, o conjunto variado de menções sobre o HNA põe em jogo três pontos de vista diversos sobre o HNA. Dois deles descrevem e retratam a vida institucional, em seus diferentes aspectos (administrativo, assistencial, científico), seja para enaltecê-los, seja para criticá-los. O terceiro ponto de vista põe em cena as situações em que o Hospício aparece como uma solução para acontecimentos que perturbam a vida dacidade.

Testes psicológicos no Hospício Nacional de Alienados

Ana Maria Jacó-Vilela (UERJ)

A historiografia da psicologia construiu uma narrativa pela qual os médicos das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia se apropriaram do conhecimento psicológico que se desenvolvia então na Europa no século XIX. Já no século XX, aquela que se transformaria na principal ferramenta do campo psicológico, os testes, são apropriados pelos educadores, muito em função dos princípios da Escola Nova. Há, portanto, um salto entre uma e outra apropriação. Em outra pesquisa, todavia, descobrimos que um médico do Exército, Murilo de Campos, aplicava testes psicológicos, notadamente o de Binet-Stanford, no pessoal do Exército internado no Hospício Nacional de Alienados. Este achado nos levou a pesquisar nos Cadernos de Observação Clínica do Pavilhão de Observações do Hospício, onde temos encontrado um número significativo de testes, como descreveremos em nossa apresentação.

E. DEPOIMENTO

Marília Novais da Mata Machado é professora titular da UFMG, onde trabalhou entre 1968 e 1993 e retornou em 2013. Possui Pós-Doutorado pela UFSJ (2010), doutorado pela Universidade de Paris Norte (Paris XIII) (1990), Mestrado em Psicologia Teórico Experimental pela PUC-Rio (1972) e graduação em Psicologia pela UFMG (1968). Colaborou na criação da Abrapso e coordenou e colaborou com diversos projetos de pesquisa sobre intervenção psicossocial e comunidades, entre eles a coordenação, no Brasil, do projeto Cooperativas e Comunidades do acordo internacional Capes/Cofecub entre 1990 e 1994. É autora de vários livros e desenvolve os seguintes projetos de pesquisas: *Grupos, organizações e comunidades: Pesquisa e intervenção* (desde 2007) e *Práticas psicossociais: epistemologia, metodologia e ética* (desde 2012); bem como os seguintes projetos de desenvolvimento: *Padrões de utilização de serviços de saúde mental por crianças e adolescentes portadores de sofrimento mental em dois distritos sanitários da cidade de Belo Horizonte* (desde 2010) e *A música e suas articulações identitárias nas corporações musicais de São João Del-Rei e região: tradição e transformação no contexto histórico e sócio-cultural* (2009). E também o projeto *Catadores no imaginário social* (desde 2005).

F. GRUPOS DE TRABALHO

GT 1 - RESISTÊNCIAS

Las mujeres en el tiempo. Reflexiones sobre el género y los cambios políticos, sociales y económicos en la historia argentina.

Dra Rosa Falcone
rofalcone@gmail.com
Universidad de Buenos Aires

Considerando la incidencia de las variables políticas, sociales y económicas en el proceso histórico argentino, la presente ponencia se propone mostrar un panorama de las diversas teorías interpretativas que describen las modalidades de inserción y participación de la mujer, entre fines del siglo XIX y mediados del XX. Se procederá a una periodización que contemple los cambios de tendencia más evidentes. El objetivo es recorrer el siguiente esquema: a) el periodo conservador (1900-1916) que describe la incorporación de las primeras mujeres al movimiento anarquista y socialista, junto con las primeras apariciones de las mujeres en los ámbitos públicos (feministas y universitarias); b) periodo de democracia ampliada (1916-1930) que comprende la incipiente participación política de la mujer en las luchas sociales y que muestran el desafío de un rol activo, pródigo en asociacionismo femenino; c) período de la crisis mundial y del modelo agroexportador argentino (1930-1955) donde la prevalencia de la familia y el modelo eugénico se articulan con el "ideal moral" de la época; d) período del peronismo (1946-1955) que comprende el proceso de industrialización y desarrollo de capitales nacionales, junto al sufragio femenino y la realización profesional. Se recurre al análisis crítico de fuentes primarias y secundarias a fin de sistematizar desde una perspectiva histórica, política y social un panorama de los debates teóricos significativos de la sociedad argentina que refieran al fenómeno de las relaciones de género a lo largo del tiempo. La modalidad metodológica es la longitudinal que se caracteriza por plantear el análisis del problema de estudio, en el tiempo, con el propósito de observar su dinámica. Citamos textualmente de nuestra bibliografía metodológica: (…) "La variable "tiempo" pasa a ser esencial para la validación del

diseño de investigación, y el diseño longitudinal buscará dar cuenta de la evolución prestando atención a las tendencias y cambios de tendencias en los fenómenos investigados. Por otra parte, se toma el análisis de discurso y las representaciones sociales. En la ponencia oral se proponen varios puntos de discusión: Las primeras discusiones proponen trabajar sobre la relevancia de estudiar la incidencia de los factores económicos, políticos y sociales en la comprensión de los fenómenos a estudiar, comparando el lugar de la "mujer destinada al hogar" y la "mujer sostén del hogar" en las sociedades contemporáneas. Se muestra la inserción institucional de las mujeres (Damas Patricias, Damas de Beneficencia, Escuela de Mujeres, Patronato de Menores, etc.) emparentada con los destinos de género (cuidar, amparar, enseñar), que según nuestras reflexiones obedecen a un sistema de intervención directa (sistema educativo) o indirecta (filantropía) del Estado Conservador. Otro grupo de conclusiones gira en torno a la presencia cívica de las mujeres argentinas. Se observa que a pesar de las prédicas sobre la dependencia masculina (padre o esposo), y el derecho al voto masculino (Ley S. Peña/1912), las mujeres socialistas y anarquistas se reúnen en defensa del sufragio femenino. Se analizan las agrupaciones femeninas sufragistas desde 1902, hasta el simulacro de voto femenino realizado en Santa Fe, en 1921, y la incidencia del golpe del 30 en cuanto a dichos reclamos. El siguiente grupo de conclusiones reflexiona sobre las contradicciones entre el rol social y público de la mujer y su rol familiar, en coincidencia con los gobiernos conservadores de la década del 30. Se explica así el fuerte retroceso de las mujeres, en el ámbito público, debido al imperio de los criterios de la medicina eugénica que logran imponer veladamente el ideal moral en la sociedad. La iglesia colabora asignando a la mujer –futura madre- la función de transmitir los valores católicos que al mismo tiempo son funcionales al modelo capitalista. En la etapa peronista, la sanción de la Ley de Reconocimiento de la Ciudadanía (13010/1946), promocionado por Eva Perón, encuentra a las mujeres en un rol completamente nuevo como precursoras del Estado Benefactor y con derecho al voto. Estas mujeres se comprometen con las leyes de protección a la mujer y a los niños; aportan modelos de educación, salud y previsión.

Palabras clave: historia – argentina – mujeres – política

Fontes de financiamento: universidad de buenos aires. Facultad de psicología

Contando Histórias Feministas: Movimentos Feministas na História

Ana Terra Sudário Gonzaga, Fernando Lacerda Junior
anaterra.gonzaga123@gmail.com
Universidade Federal de Goiás

Este trabalho tem como objetivo discutir os processos de constituição dos feminismos e entender como se dão suas diferentes expressões enquanto movimento social, político e teórico. O presente trabalho se constitui como parte da pesquisa de dissertação denominada "Narrativas feministas na Psicologia: Escritos sobre uma história do (im)possível", viabilizada pela agência de fomento a pesquisas CNPq. Como nos recorda Sardenberg (2011), o pensamento feminista é um terreno de profundos embates plurais e conflitantes. Se a diversidade de posições enriquece os debates críticos sobre a sociedade, ao mesmo tempo, impossibilita afirmar que há uma forma universal de feminismo. Tradicionalmente, as narrativas que apresentam a constituição histórica do movimento feminista o fazem utilizando uma organização de "ondas", ou seja, uma apresentação, organizada em períodos, que associa contextos históricos e sociais específicos a maior predominância de temas e lutas sociais feministas. Sendo assim, é possível identificar três ondas no movimento feminista: a primeira, na metade do século XIX; a segunda, associada aos

movimentos pós Segunda Guerra Mundial; e a terceira, que caracteriza o período dos anos de 1980 até a contemporaneidade. Acrescentaremos, ainda, uma quarta onda, o ciberfeminismo, reconhecido entre as décadas de 1980 e 1990 até a atualidade. Se, por um lado, consideramos que a narrativa em "ondas" colabora para dar visibilidade aos movimentos mais gerais que atravessaram os feminismos, compreendemos também o perigo de sermos reducionistas diante de toda a multiplicidade das lutas feministas na história. Considerando que podem ser encontradas manifestações de mulheres em períodos anteriores ao que foi considerado o surgimento "oficial" das ondas dos feminismos. Posteriormente, destacamos alguns elementos sobre o desenvolvimento do movimento feminista na América Latina e no Brasil. Considera-se o movimento de luta pelo sufrágio, que se configura a partir de 1920, como a principal manifestação da primeira onda na América Latina. Para Sternbach, Aranguren, Chuchryk e Alvarez (1994), os países latino-americanos partilham a característica comum de terem sido assolados por crises econômicas e políticas que envolvem dívidas nacionais, planos de austeridade e mudanças políticas drásticas. Esses aspectos tornaram especialmente difícil o processo de permanência e organização de grupos feministas nos países latino-americanos, ao mesmo tempo em que possibilitaram um contorno diferente por implicar o movimento na luta contra os efeitos da colonização ocidental. Apesar da aproximação histórica do movimento feminista latino-americano aos grupos de esquerda, é interessante perceber que seu desenvolvimento se deu de forma relativamente autônoma e complexa em relação aos partidos e instituições. Essa característica nos faz pensar sobre a potencialidade política dos feminismos em agregar pessoas e lutas sociais a favor da emancipação, principalmente quando articulado às questões de classe e raça. Por fim, entendemos que as lutas feministas adquirem mais força quando são articuladas a sentidos mais coletivos e são tomadas como uma tarefa importante para toda a humanidade e não só para as mulheres. As lutas feministas se constituem continuamente de um por-fazer, que é sempre limitado, parcial e que convive entre o conflito, a contradição e o agenciamento.

Palavras chave: Feminismos; Gênero; Movimentos Feministas.

Resistentes à seca e à fome: identidades e representações dos/as sertanejos/as sobre si mesmos/as

Kalline Flavia Silva de Lira, Ricardo Vieiralves de Castro
kalline_lira@hotmail.com
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Utilizar a palavra "sertão" para designar um local não é uma ação ingênua, pois sertão é um designativo político. Sua abrangência espacial e seus sentidos foram sendo gradativamente redefinidos, até chegarmos ao conhecimento atual de sertão como uma das áreas nas quais se subdivide o Nordeste brasileiro. A força do termo foi tão grande que o senso comum e o imaginário social passaram a utilizar o "sertão" e o "Nordeste" praticamente como sinônimos. As diferenças materiais entre o Norte e o Sul do Brasil nas primeiras décadas do século XX passaram a ser explicadas pela suposta superioridade dos migrantes do Sul em relação às populações do Norte/Nordeste. Ao pensar o sertão nordestino como um lugar pobre e inóspito, consequentemente foi sendo construída a identidade do/a sertanejo/a. A região passou a ser vista cada vez mais como uma região marcada pela miséria e pelo atraso. Assim, "ser sertanejo/a" ainda está no imaginário social muito ligado ao cangaço, dando ênfase a estereótipos de um ambiente hostil e violento. São pessoas de coragem, trazendo arraigado esse estigma de forte e valente, capaz de assumir qualquer tipo de trabalho por mais duro que seja. Importante ressaltar que essa representação não foi construída apenas pelos sulistas. Pelo menos em parte, os discursos são produzidos

pelo próprio Nordeste, e segundo Albuquerque Jr., o/a nordestino/a ao longo do século XX se apresenta como "pobre coitado" e "oprimido e explorado pelo poder do sul". Este trabalho tem como objetivo analisar as representações dos/as sertanejos/as sobre si mesmos/as, procurando identificar e analisar os conteúdos utilizados para definir o homem e a mulher do sertão nordestino, principalmente a partir da interpretação dos símbolos, signos, expressões e sentimentos, demonstrados em suas formas de sobrevivência, no seu fazer, no seu saber e no seu sentir, que evidenciam o que é ser sertanejo/a. O estudo justifica-se pela importância do conceito de identidade na psicologia social, sendo fundamental para o entendimento das relações de poder entre os diferentes grupos sociais, como no caso específico, o/a sertanejo/a. Identidade é uma categoria que envolve um campo multidisciplinar sobre o qual se debruçam vários saberes. Acreditamos, como Penna, que a identidade é processual e muda de acordo com os contextos, interesses e ocasiões, ganhando significados diferentes conforme o universo do discurso e suas pretensões. A identidade depende de algo fora dela para existir e distingue-se pelo que não é. Utilizamos as proposições sobre identidade de Hall, Woodward, Ricoeur e Jodelet, que se referindo aos estudos de Tajfel, argumenta sobre a indissolúvel ligação entre identidade e diferença e o quanto a necessidade de diferença supera a de afirmação da semelhança. O trabalho aqui apresentado faz parte da pesquisa de doutorado que está sendo realizada no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um trabalho de natureza qualitativa que se utilizou da técnica de análise de conteúdo de Bardin. Este recorte apresenta a análise de 60 entrevistas, sendo 35 mulheres e 25 homens, todos/as naturais e residentes no sertão nordestino, mais especificamente no sertão de Pernambuco. Os principais resultados encontrados apontam para as ambiguidades, e assinalam velhas imagens ao lado de novas que começam a emergir. Assim, destacam-se os velhos retratos do/a sertanejo/a como forte e guerreiro/a, sendo estas as palavras que mais são evocadas, além de trabalhador/a e batalhador/a. Ou seja, a clássica frase de Euclides da Cunha, de que "o sertanejo é, antes de tudo, um forte" é um marcador de identidade primordial. Esta identidade de forte é atribuída principalmente por causa das adversidades do lugar, da seca, da falta de acesso às políticas públicas. O Nordeste é tradicionalmente descrito como um espaço de intenso sentimento religioso, e a identidade de "homem/mulher de fé" também são frequentes. Novas identidades começam a aparecer, e termos como inteligente, bonito/a, feliz, surgem, ainda que com menos frequência. Os dados coletados e analisados até o momento mostram a complexidade e o caráter polissêmico da identidade sertaneja, apresentando de um lado representações ligadas à miséria, à fome e ao trabalho árduo, e por outro lado, representações positivas que podem indicar a possibilidade de mudança em andamento no modo como os/as sertanejos/as identificam a si mesmos/as.

Palavras-chave: Sertão nordestino, Identidade, Representações, Sertanejo/a.

Análisis de la dimesnión de cuerpo en historias clinicas de mujeres del instituto frenopático de Buenos Aires entre 1881 y 1901

Lucia Rossi, Mg. Fedra Freijo Becchero, Lic. Vanesa Navarlaz
vicedecana@psi.uba.ar
Universidad de Buenos Aires

(Introducción) El Instituto Frenopático de Buenos Aires se constituye como una Institución dedicada a la atención psiquiátrica desde hace más de cien años y de manera ininterrumpida. Dentro de sus particularidades se destaca por ser la primera institución privada de estas características de la República Argentina al ser fundada en la década de 1880. Dentro del marco del Proyecto de Extensión

Universitaria de la Facultad de Psicología (UBA): "El Instituto Frenopático de Buenos Aires: Su historia documental. Construcción de un archivo virtual" se realizó una historización de la institución que permitió la sistematización y preservación de sus documentos. Para el presente trabajo se seleccionaron algunos de los documentos relevados: las Historias Clínicas de Mujeres recuperadas entre los años 1881 hasta 1901. Se plantea como objetivos del presente trabajo: 1) Dar cuenta del diseño de las Historias Clínicas de Mujeres relevadas; 2) Analizar discursivamente la dimensión de cuerpo de la mujer expresada en estas Historias Clínicas, y 3) Aportar a la reflexión sobre dos dimensiones de cuerpo en la mujer: el "cuerpo social" versus el "cuerpo individual" y entre el "cuerpo sensible" versus el "cuerpo orgánico" presentes en el discurso médico de la época. (Fundamentación teórico-metodológica) Se plantea un análisis del diseño de las historias clínicas relevadas, como fuente de primer orden para la investigación histórica-médica, a fin de ser contrastadas con fuentes primarias como publicaciones periódicas médicas, tesis y libros del campo de la medicina y la psiquiatría que trabajan sobre la particularidad del cuerpo de la mujer en Argentina en el mismo período en el que se relevaron las historias clínicas de mujeres. El presente trabajo aborda el estudio de las historias clínicas, situando al relato patográfico en el marco del pensamiento y la mentalidad médica de la época. Las historias clínicas, entendida como relatos patográficos o expedientes clínicos complejos, se constituyen así como documentos provenientes directamente de la práctica médica y cuyo análisis permite acceder a aspectos funcionales de las instituciones y de la praxis clínica de un determinado contexto social. El discurso de los documentos fue abordado como un espacio que expone las huellas del ejercicio del lenguaje por parte de los sujetos que nos permite dar cuenta de regularidades significativas. Se busca así indagar sobre las causas y explicaciones singulares sostenidas sobre el cuerpo de la mujer en este contexto histórico. Se contrastarán los conceptos de cuerpo definidos por la psiquiatría de la época en torno a la mujer y los utilizados en las historias clínicas de mujeres con el fin de identificar las diferentes nociones de cuerpo con las que trabaja la psiquiatría de la época en Argentina. Se pretende identificar nociones diferentes en cuanto a género masculino y femenino para la definición de cuerpo. (Resultados) Se analizaron 72 historias clínicas de mujeres, con una media de 34,7 años, fechadas entre 1881 y 1901. El estado civil de las pacientes era preponderadamente casadas (45%) y solo el 50% de las mismas eran de nacionalidad argentina. Los tiempos de internación, en la amplia mayoría de los casos eran de corta duración, resultando el 75% de los casos internaciones menores a los seis meses y los diagnósticos de egreso más frecuentes la melancolía (31,9%) y la manía (26,4%). En relación al estado de egreso, en la mayoría de los casos presentaban mejorías, resultado en estado de egreso más frecuente "Curada" (41,67%). En relación a los rasgos discursivos encontrados sobre la dimensión del cuerpo, coinciden con el paradigma médico de la época. La maternidad, considerada como tarea adecuada para psiquis de la mujer y con características atribuidas exclusivamente a ellas: "sensibilidad extrema", imaginación muy viva, atención y reflexión más constante, etc. La diferencia anatómica de la mujer estructura su función como reproductora, ubicando a la mujer en el hogar y adjudicando la crianza de los hijos como función primordial. El cuerpo masculino es entendido "como modelo y objetivo", quedando el cuerpo de la mujer fuera de la norma. La normativa vigente presenta una continuidad con estas ideas, en referencia a la certeza sobre la inferioridad biológica de las mujeres, se determiná sujetarlas jurídicamente al poder de sus maridos. El comportamiento social y moral de las mujeres aparece controlado, modelado y disciplinado.

Palabras claves: Historias clínicas, cuerpo, mujer, Argentina

Fonte de financiamento: Universidad de Buenos Aires-Facultad de Psicología-Instituto de Investigaciones. Cátedra II de Historia de la Psicología.

Rachando os muros do hospício: loucura, escrita e resistência

Arthur Daibert Machado Tavares
arthurdaibert@gmail.com
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Mesmo que tenha ocorrido uma reforma psiquiátrica no Brasil, traduzida na instauração de novas leis, a internação excludente continua insistindo em reaparecer de tempos em tempos como solução para o estranhamento perante o desconhecido e a alteridade, tanto no nível individual-familiar quanto no das políticas públicas e dos projetos de lei. Da mesma forma, ainda que sejam criados Centros de Atenção Psicossocial e estratégias de tratamento em liberdade, a lógica manicomial parece perdurar nesses novos espaços, tantas vezes reduzindo os usuários dos serviços de saúde mental a uma doença, um código em manuais de psicopatologia, e estabelecendo com eles relações hierárquicas. A psicologia certamente tem sua parte em tudo isso: cada vez mais fica evidente que a luta antimanicomial, longe de estar concluída, é um processo que precisa ser constantemente reativado em nossas práticas. Este trabalho tem como objetivo revisitar alguns textos escritos por pessoas consideradas loucas para pensar no que consiste essa lógica manicomial - que se faz presente tanto dentro quanto fora do hospício - bem como para traçar, com elas, possíveis táticas de resistência a isso que Michel Foucault chamou de "poder psiquiátrico". Para isso, utilizo-me da "cartografia" - seguindo as pistas de Gilles Deleuze e Félix Guattari - como uma maneira de acompanhar esses processos e habitar um território existencial no fazer da pesquisa-intervenção. Antonin Artaud, Lima Barreto, Maura Lopes Cançado e Rodrigo de Souza Leão são alguns dos nomes que vivenciaram e escreveram a respeito do julgamento psiquiátrico da vida. Seus textos são minha companhia no percurso cartográfico, são o que dá contorno e fundamentação ao território desta pesquisa. Inicialmente é um território fixo, uniformizado, categorizado e assimétrico de vigilância panóptica. Até mesmo os loucos aprendem a olhar para si mesmos como faria um psiquiatra. Mas o que aparece durante a pesquisa a partir da leitura desses textos é que a própria prática da escrita - que a princípio surge como mais um instrumento disciplinar de vigilância e controle dos corpos - pode ser um trabalho micropolítico de resistência possível ao poder psiquiátrico. A escrita pode ser uma forma de "contradisciplina", no sentido que essa expressão adquire para Paul B. Preciado. Com a experimentação de narrativas e corporalidades alternativas - sejam poéticas, ficcionais ou delirantes - e ganhando espaço e leitores num engajamento com a literatura, esses escritores considerados loucos encontram na escrita tanto uma clínica, uma maneira própria de sobreviver, quanto uma crítica, combatendo a normatividade que os delimita. São textos heterogêneos e singulares que vêm agenciar a dimensão política e coletiva de seus corpos: a ficção complexifica o tratamento simplista da escrita científica, criando um outro do mundo e emancipando-se da dualidade verdade/mentira, e a poesia abre fissuras no determinismo do sentido da doença mental. A escrita, principalmente se tomada na dimensão performativa e corporal da linguagem poética, cria linhas de fuga e permite a composição subjetividades delirantes, novos edifícios existenciais, que num embate com a subjetividade manicomial a façam desmoronar. Dessa forma, a escrita pode ser levada em conta como uma aliada potente da luta antimanicomial e do processo de cuidado em saúde mental.

Palavras-chave: hospício, luta antimanicomial, loucura, literatura, escrita.

Breves considerações sobre psicanálise, marxismo e feminismo

Bárbara de Almeida Cesário Navega
barbaraacn@gmail.com
Universidade Federal do Rio de Janeiro

O intuito desse escrito é tecer observações sobre como através de um enlace do pensamento psicanalítico e da teoria marxista modificou-se a cultura e as ciências e com isso ajudaram a promover um prelúdio para a busca por emancipação feminina. Em seu livro Freud e Lacan, Marx e Freud (1964), Althusser propõe uma aproximação entre Freud e Marx através de uma linha que os liga como teóricos transformadores do mundo científico e cultural. Abordando essa questão o autor cria a noção de continentes científicos como territórios próprios de cientificidade, os quais teriam cada um deles um discurso científico de referência. A psicanálise se encontra no continente do inconsciente e o materialismo histórico, no continente da história. Freud e Marx, no entanto, nada inventaram. Eles definiram seus objetos em limite, extensão, condições e formas de existência, o primeiro com o inconsciente e o segundo com a luta de classes. A obra de ambos seria também marcada por intensa conflituosidade. Enquanto Marx enfrentou revisionismos e ataques constantes por ir de encontro com as teorias burguesas que reforçavam o material da ideologia e da exploração de classes, Freud também sofreu resistências, críticas e revisionismos internos, sobretudo quanto à questão do inconsciente e principalmente quanto à sexualidade formuladas por ele. Ao propor que a sexualidade individual passe a ser definidora da verdade do sujeito - do que seria normal e anormal – Freud, através dos sintomas e da escuta da mulher histérica, descortina seu sofrimento psíquico e seu aprisionamento pelos limites normativos do que seria considerado uma sexualidade saudável e civilizada. Emergindo como método terapêutico, as teorizações psicanalíticas serviram como tratamento e manutenção de saúde das famílias das classes altas da burguesia, cujos próprios modelos normativos que difundem para o restante da sociedade seriam a base dos efeitos patologizantes dessa repressão produzida pelo dispositivo de sexualidade. Esses efeitos patologizantes recairiam principalmente sobre a mulher, o indivíduo que mais sofreu com esse processo social marcadamente repressivo e patriarcal. A figura da histérica nos mostra, portanto, que a sexualidade feminina está para além do enclausuramento doméstico e do ideal burguês de saúde, condensando nela, ao mesmo tempo, a manutenção e o rompimento com o regime social marcadamente patriarcal e capitalista. Auxiliada pela psicanalista Juliet Mitchell a pesquisa se desdobra numa tentativa de enredar psicanálise e marxismo de forma prática e ativa. Para a autora a teoria do Complexo de Édipo em Freud diria sobre a lei universal que organiza homens e mulheres em seus devidos papéis psíquicos e sociais. Estes papéis encontrariam expressão na família nuclear burguesa. A diferenciação dos papéis femininos e masculinos na psicanálise não se encontra, como sabemos, apartado da história e nem de outros marcadores como trabalho. A autora Heleith Saffioti, ao tratar sobre a posição da mulher na sociedade capitalista, organiza a condição desta em torno de quatro papéis fundamentais: produção, sexualidade, reprodução e socialização das crianças. O trabalho doméstico e materno, além de concebido como uma obrigação natural da mulher, é também um trabalho para o qual não havia investimento financeiro ou de importância. O projeto marxista abordaria a opressão feminina, portanto, exclusivamente de um ponto de vista de classe, firmando na derrubada do capitalismo e seus alicerces (a família burguesa, a propriedade privada e a opressão de classes) o caminho para o fim das diferenças sociais entre os sexos. Para o discurso psicanalítico, no entanto, a questão da emancipação da mulher se apresenta de maneira diferente. A condição feminina seria decorrente de uma complexa trama que interliga lugares socialmente atribuídos, sexualidade e poder. Tudo isso, portanto, não poderia ser alheio à subjetividade e a processos psíquicos

através dos quais o sujeito se constitui. Novamente segundo Mitchell, no entanto, o marxismo encontra limites ao tentar responder as diferenças sexuais, pois somente a psicanálise, munida da noção de inconsciente e dos escritos das especificidades da sexualidade, daria conta de uma práxis para essa questão. Temos então no inconsciente o caminho por onde transmitimos a ideologia e entendê-lo em seu funcionamento seria um passo na luta em direção à superação destes sistemas. Uma aposta clínica possível seria dar voz ao sofrimento das mulheres, sujeitos que mais sofrem as consequências do capitalismo e do patriarcado, como fez Freud, mas positivando o feminino numa lógica onde não tenhamos o corpo e o erotismo da mulher como referente faltoso em relação ao masculino.

Palavras-chave: Psicanálise, Marxismo, Emancipação feminina

Fontes de financiamento: CAPES

Análise da produção científica sobre temas políticos publicada nas décadas de 1950 a 1980 no campo da psicologia social brasileira

Frederico Alves Costa, Amanda Layse de Oliveira Feitosa
fredericoalvescosta@gmail.com
Universidade Federal de Alagoas

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa que teve por objetivo geral analisar a produção científica sobre temas políticos, publicada nas décadas de 1950 a 1980, de pesquisadores vinculados à psicologia social brasileira. Partimos de uma compreensão de psicologia social como constituída por uma multiplicidade de concepções epistemológicas, ontológicas e metodológicas, que nos permite falar em "psicologias sociais". Esta diversidade produz implicações no modo de se conceber os temas políticos analisados, sendo estes relacionados à manutenção de uma ordem social e/ou construção de alternativas a essa ordem e, portanto, ao conflito sobre o modo como a sociedade se constitui. Dessa maneira, tivemos como objetivo específico discutir os usos das teorias na análise de temas políticos nas produções investigadas e as implicações desses modos de análise para a compreensão de processos de democratização da sociedade brasileira. Analisamos a produção científica sobre temas políticos de quatro pesquisadores - Eliezer Schneider, Franco Seminerio, Sylvia Leser e Silvia Lane -, os quais investigam nos artigos analisados temas como práticas educativas e relações de trabalho; formação de personalidade e sua relação com os aspectos sociais e históricos; relação entre ciência e política na psicologia social; relações comunitárias. Esses docentes foram selecionados a partir de três critérios: a) atuação no Brasil; b) orientação de docentes do campo da psicologia social mapeados em pesquisa anterior; c) produção científica publicada entre as décadas 1950-1980. A investigação deste período possibilitou uma análise da produção publicada entre o momento de institucionalização da psicologia e de sistematização da psicologia social no Brasil e a emergência da crise da psicologia social brasileira. Importante considerar que este período abarca a ditadura militar no Brasil (1964-1985), marco histórico que influiu nas possibilidades de produção científica sobre temas políticos, seja pela ausência de alguns temas ou pelos riscos para o pesquisador estudá-los. A produção analisada foi mapeada em bancos de dados online, em revistas científicas e na biblioteca da UFAL. Realizamos a leitura completa das produções selecionadas publicadas pelos quatro pesquisadores e analisamos este material a partir de três conceitos-chave à proposta de análise de discurso elaborada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe: político, política e democracia. Entendemos o político como vinculado à disputa pela significação da realidade e, assim, à explicitação da divisão da sociedade entre um "nós" e um "eles", permitindo a politização (subversão) das relações de dominação. A política como relativa à sedimentação de uma determinada ordem social,

caracterizando-se por discursos que buscam organizar a coexistência humana, invisibilizando o caráter antagônico constituinte da sociedade, ou seja, a dimensão do político. A democracia é fundada no conceito de antagonismo, que implica a compreensão de uma sociedade constituída a partir do dissenso, sendo a democracia um horizonte sempre a se constituir. A partir dessas noções, focamos na compreensão dos pesquisadores sobre a reprodução e/ou subversão de relações de dominação. Observamos aproximações e distanciamentos nos modos como os autores compreendem as relações de dominação, o que está relacionado ao modo de conceber ciência e ao nível de análise a partir dos quais constroem suas reflexões sobre temas políticos. Como aproximação, em toda a produção analisada há uma preocupação com a construção de um conhecimento orientado para o enfrentamento de relações de dominação, apresentando uma articulação entre ciência e política. Por outro lado, as análises se estruturam a partir de dois níveis: um nível pautado pela primazia de conceitos psicológicos, centrando-se no indivíduo; e outro pautado na primazia de perspectivas psicossociais, propondo uma ruptura entre psicologismo e sociologismo. A pesquisa, deste modo, permitiu-nos observar uma diversidade teórica e metodológica na análise de temas políticos no período anterior e de emergência da crise da psicologia social no Brasil. A relevância dessa pesquisa consiste em entender a relação entre temas políticos e escolhas teóricas realizadas pelos pesquisadores, mais especificamente, as implicações dos modos de análise de temas políticos para a compreensão sobre processos de democratização da sociedade brasileira. Neste sentido, articula-se ao eixo "Resistências" ao permitir-nos refletir sobre horizontes políticos de sociedade que atravessam produções científicas em psicologia social no Brasil e, portanto, como estes saberes perpetuam práticas discriminatórias ou operam como ferramentas de expansão da democracia.

Palavras-chave: história da psicologia social brasileira, temas políticos, ciência e política.

Fontes de financiamento: FAPEAL

Sexual e subjetividade na psicanálise: tensionamentos e disputa

Gabriela Domingues Caetano Soares Maia
gabriela.dcsm@gmail.com
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Buscamos investigar de que forma a teoria psicanalítica pode ocupar uma posição de resistência diante das práticas normativas e discriminatórias na produção de saberes sobre o corpo e a sexualidade. Essa questão se mostra especialmente espinhosa, uma vez que a própria psicanálise é um campo de produção de saber no qual se apresentam diretrizes heteronormativas e conservadoras a respeito da subjetividade humana. Nesse sentido, defendemos que não há uma psicanálise única, mas um território de disputa onde o fazer teórico-clínico é também um fazer político. Ao longo da história da teoria psicanalítica, identificamos algumas interpretações privilegiadas do texto de Freud, com destaque para Lacan, que centralizam a problemática da castração e do complexo de Édipo como organizadores do sujeito e da sociedade. Nesse contexto, o reconhecimento da diferença sexual elege sistemas binários (masculino/feminino, fálico/castrado, presença/ausência, positivo/negativo) para criar uma narrativa formatada sobre o alcance da dimensão da alteridade e do simbólico. Neste ponto, observamos que esses discursos fazem um uso ahistórico dos próprios conceitos de que lançam mão. Sustentamos que qualquer produção conceitual se faz dentro de contingências sociais e históricas e não estão desvinculadas dos sujeitos que a enunciam. Diante disso, não podemos esquecer que a psicanálise, mesmo em sua potência de subversão, se constrói a partir de seu passado recente (como a filosofia iluminista, a medicina e

sexologia do século XIX) e tem como paradigma de "sujeito" o homem europeu, o que se faz perceber pela ótica masculina e patriarcal da organização binária acima citada. É interessante notar como a obra freudiana carrega, ao mesmo tempo, um grande potencial de resistência à normatividade na sua tese fundamental sobre o móvel da sexualidade como constituinte do psiquismo. A concepção do sexual só pode ser pensada em articulação com as noções de inconsciente e pulsão, inaugurando um registro particular do campo da fantasia e da singularidade na história de cada sujeito. A sexualidade infantil perverso-polimorfa propõe uma ruptura radical com a concepção fisiologista da sexualidade orientada para reprodução disseminada na cultura médica da época de sua criação. Nossa hipótese aposta em resgatar a compreensão do pulsional sem a necessidade de domesticá-lo em uma estrutura pré-concebida sobre a sexualidade e os vínculos afetivos generificados, apontando um caminho de afirmação da capacidade da psicanálise de se ressignificar, atualizando a plasticidade da pulsão às novas possibilidades de arranjos sociais. Nas últimas décadas, com o crescimento dos movimentos sociais alcançando a esfera do direito, seja pelas reivindicações feministas ou dos grupos LGBT, a psicanálise se evidencia como um lugar conflituoso. Ao mesmo tempo que diversos psicanalistas como Márcia Aran, Joel Birman, Patrícia Porchat, François Pommier, Monique David-Ménard promovem um debate crítico sobre os temas de gênero e sexualidade na psicanálise; presenciamos, sobretudo na França, grupos de psicanalistas que se posicionaram contra o casamento homoafetivo e adoções homoparentais. Na ocasião, o arsenal teórico da psicanálise foi usado para justificar a ameaça à ordem social que representaria, para este grupo específico de psicanalistas, a concessão de direitos aos casais homoafetivos. Esse tipo de manifestação torna explícito o risco da perpetuação da heteronormatividade a partir de determinada leitura conceitual e aponta para a urgência de uma mobilização interna à psicanálise que faça barreira às posições conservadoras e patologizantes diante da pluralidade de gêneros e sexualidades.

Palavras-chave: Psicanálise, História, Sexualidade

Fonte de financiamento: CAPES.

Encontro de Combate e Prevenção ao Suicídio: um ato de resistência pela existência humana

Arthur Teixeira Pereira
Letícia Costa Leopoldino
Marcelo Leonel Peluso
arthurtp11.2009@gmail.com
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

O suicídio é uma problemática cujo debate se configura de modo controverso, pois, embora, segundo dados de 2014 da Organização Mundial da Saúde (OMS), esta seja a segunda maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos, ainda é um assunto marcado por muitos tabus. No espaço físico da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), campus Maracanã, há uma ocorrência significativa de suicídios anualmente, tanto de integrantes da universidade, quanto de pessoas que se dirigem a esta para se suicidar. A série 13 Reasons Why, da Netflix, desenvolvida por Brian Yorkey em 2017, impulsionou o debate acerca do tema nos grupos e redes sociais. Notou-se, então, que havia muito a ser esclarecido e discutido em relação ao suicídio. A série permitiu, em certa medida, que emergissem elementos que, muitas vezes, funcionam como "não-ditos" nas relações sociais. A partir disso, criou-se o projeto Encontro de Combate e Prevenção ao Suicídio (ECPS), na Uerj, como uma forma de colocar em pauta o tema do suicídio, integrando a população de modo geral, tendo em vista que não houve pré-requisito para as inscrições. O objetivo deste trabalho é demonstrar, a partir da experiência do ECPS, a importância de

iniciativas sobre o suicídio, que exponham medidas de combate e prevenção para este problema. Busca-se ressaltar, também, o desafio de sustentar propostas de resistência em uma Universidade atravessada por problemas políticos e econômicos; resistência essa que se mescla à própria ideia do evento, referente ao ato de lutar em prol do existir humano. Ademais, pretende-se destacar o compromisso da Psicologia - em uma universidade pública, sublinha-se - e seu saber com a sociedade, isto é, com a desconstrução de pré-concepções em torno desta problemática. Na cartilha de prevenção ao suicídio da OMS, de 2006, são destacados os principais fatores de risco para o suicídio, como: depressão, estresse, ansiedade, problemas familiares, sexualidade e bullying. Dessa forma, construiu-se um cronograma para o evento englobando esses fatores através de palestras ministradas por especialistas no tema, além de uma mesa redonda sobre a série citada, a fim de aproximar a discussão do público leigo. A cartilha também apresenta uma seção sobre "Fatos e ficções" acerca do suicídio, na qual são abordados seus principais estigmas sociais e suas respectivas desconstruções. Assim, adicionou-se ao cronograma a palestra "O estereótipo do suicida", de modo a tratar dessas ficções, colocando-as em xeque. Buscou-se trabalhar por dois vieses: primeiramente, expôr as possíveis medidas de cuidado e prevenção para as pessoas que convivem com indivíduos que cogitem o suicídio; e, em segundo lugar, destacar formas de autorregulação, medidas psicoeducativas e sugestões de busca de auxílio, de modo a atingir diretamente as pessoas com ideação suicida. Desse modo, apostou-se, ainda, em uma oficina sobre empatia, apontada por alguns autores como mecanismo de proteção emocional e desenvolvimento pessoal. Através do formulário de inscrição, evidenciaram-se quais atividades tinham um impacto maior para esta população. Dentre elas, o tema "Depressão e suicídio" foi eleito como mais interessante pelos 231 inscritos, com 86,6% da preferência, seguida de: "Estereótipo do suicida" (86,1%), "Ansiedade e suicídio" (81,8%), "Oficina de empatia" (72,3%), "Estresse e suicídio" (71,4%) e a "Mesa redonda sobre 13 reasons why" (58,4%). Foram levantados quais os temas considerados por esta população como mais importantes de se abordar, associados ao suicídio, com destaque para: medicação; identidade de gênero; cuidados com familiares de suicidas; e o suicídio como problema de saúde pública. Para além de representar sugestões para novas edições deste evento, essas demandas apontam para quais debates ainda são incipientes e que precisam, portanto, de uma atenção maior, especialmente dos profissionais da área da Psicologia, que são comumente chamados a responder e orientar estas questões. Portanto, tratar de um tema tão silenciado e evitado em um espaço também muitas vezes forçado constantemente a se silenciar - a Uerj - é um ato de resistência: pela vida, pela universidade pública e pela circulação do saber, que é tão atacada por medidas político-administrativas que visam à massificação da formação. Vale questionar a que tipo de serviço e público a universidade e a Psicologia pretendem atender. Experiências como o ECPS atuam na via de integrar comunidade e universidade, saber científico e população em geral. Ressalta-se, por fim, a importância de propostas que, além de tecer redes de acolhimento e desenvolvimento pessoal entre os indivíduos, representem um ato de resistência pela vida, tornando o suicídio um tema a ser discutido por todos e para todos.

Palavras-chave: suicídio, combate, prevenção, resistência, empatia.

El Museo Universitario como espacio de expresión política. Su papel en la formación del psicólogo

Patricia Viviana Scherman
Patricia Altamirano
Nahuel López
patoscherman@gmail.com
Facultad de Psicología- Universidad Nacional de Córdoba

El Museo de Psicología (Mupsy) inaugurado oficialmente en el año 2011 en el ámbito de la Facultad de Psicología de la Universidad Nacional de Córdoba, desarrolla desde 2015 un programa de formación sistemática de estudiantes avanzados de psicología. Bajo la modalidad de Prácticas Supervisadas para la elaboración de Tesinas de Licenciatura, se efectúan acciones de capacitación y supervisión de los futuros profesionales, donde se articulan propuestas de investigación, docencia y extensión. Las Prácticas Supervisadas del Museo, como espacio de formación profesional del futuro psicólogo, es un ámbito que ha sostenido el crecimiento de diversas experiencias expresivas. Asimismo, la gestión de estas actividades culturales y de divulgación científica han ampliado la concepción del rol profesional del psicólogo y su campo de acción posible, recibida en durante la formación de grado. En esta presentación se pretende en primer lugar, describir las acciones desarrolladas por los alumnos practicantes del Museo de Psicología, para luego poder dar cuenta de la capacidad transformadora de dichas actividades, tanto para aquellos a quienes tradicionalmente se concibe como público como hacia aquellos gestores de las propuestas. Los museos en general son vistos como instituciones de la memoria, pero a la vez, en el espacio universitario pueden actuar como agentes privilegiados de comunicación, a quienes les es posible enfatizar la dimensión emancipadora del conocimiento a través del desarrollo de una propuesta significativa para los sujetos. En particular, los Museos Universitarios cumplen hoy un rol social fundamental ya que articulan actividades de conservación de la memoria histórica con la divulgación científica y la exposición de nuevas dimensiones de los saberes que allí se desarrollan; sus propuestas de vinculación con la comunidad, promueven la democratización del acceso a los bienes culturales, al esparcimiento y la recreación. El Museo de Psicología, como parte del Programa de Museos Universitarios de la Universidad Nacional de Córdoba, se constituye como un espacio de vinculación entre docentes, egresados y alumnos, quienes conforman un equipo de trabajo que ha impulsado diversas estrategias de divulgación y gestión de eventos, con diversas instituciones, como el Día Internacional de los Museos, la Semana de la Ciencia y la Noche de los Museos. En el marco de estos espacios formativos y encuadrados en una propuesta de planificación participativa por parte de sus actores, se han gestionado actividades destinadas a expresar mensajes específicos a la comunidad que es convocada a participar. En base a la interacción con el público, dada por la presentación, exposición o performance realizada, se buscó interpelar a los participantes de dichos eventos. En la producción de estas expresiones -montajes, exhibiciones, performances- se apeló a la transformación subjetiva de aquel que se acercaba a participar de la experiencia, en sus distintas facetas. Según haya sido el tema propuesto para muestra, montaje o intervención, la realidad subjetiva, histórico-social de los sujetos interpelados se deslizaba en los dispositivos, experiencias y acciones promovidas. La Psicología como ciencia y profesión aportó a un quehacer profesional desde el intercambio permanente y vinculante con el otro, ese sujeto que es parte de la experiencia museográfica y de las narrativas que el museo propone.

Palavras-chave: Museo, Psicología, Universidad, formación, performance.

Fontes de financiamento: Secretaría de Ciencia y Técnica, Universidad Nacional de córdoba, Argentina.

Versões do sofrimento psíquico num olhar gestáltico: a experiência clínica de um grupo de jovens mulheres como um campo de afetações e um ato de resistir

Laura Cristina de Toledo Quadros; Rebeca Rodrigues do Nascimento; Deborah da Silva de Souza; Juliana da Silva Gonçalves; Ingrid Cristine Barcelos Lima
lauractq@gmail.com
UERJ

A proposta deste trabalho emerge de uma pesquisa em curso, realizada em um Serviço de Psicologia Aplicada de uma Universidade Pública do Rio de Janeiro, com um grupo de atendimento clínico à de mulheres na faixa etária de 18 a 27 anos, que expressam versões de sofrimento psíquico a partir de suas vivências singulares. Nosso objetivo é apresentar essas experiências compartilhadas, compreendendo-as como um modo de existir, resistir e não meramente como categorização diagnóstica, bem como as provocações e deslocamentos que tais experiências nos produzem como pesquisadoras e terapeutas. Como Despret (1999) nos apresenta, a versão é o oposto de visão. A visão é um ponto de vista, que se fecha e se retém a uma certeza, em uma busca pela verdade. Já a versão, é aberta a possibilidades, não se fecha em uma verdade, não exclui, mas coexiste com outras versões, sendo uma forma de entrelaçar fatos. Nos últimos tempos, acompanhamos o aumento significativo dos diagnósticos (como o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, entre outros) tanto entre crianças quanto em adolescentes e jovens. Tais diagnósticos parecem um tanto naturalizados nas áreas da educação e saúde, suscitando debates acerca da medicalização e da contextualização do que está sendo expressado por esse jovem sujeito, suas formas de apreender o mundo que o cerca, bem como as (in)adequações possíveis que permeiam tanto os dispositivos de saúde quanto de educação. Será que os modelos de intervenção nessas referidas áreas conseguem acompanhar as demandas atuais? Nos determos nesses diagnósticos possibilita outros olhares sobre tal fenômeno? Descrever versões do sofrimento psíquico a partir das experiências vividas por esse grupo de jovens, construídas por elas e com elas, considerando como elas são reconhecidas, narradas e nomeadas estão no cerne deste trabalho. Para isso nos fundamentamos na abordagem gestáltica e na Teoria Ator Rede (TAR), reconhecendo a relevância de acompanhar e descrever as práticas no fluxo dos acontecimentos. Consideramos importante e atual a construção de uma prática que permita escape da categorização e das conceituações nosológicas pré-existentes. Sendo a abordagem gestáltica fundada na experimentação, inspirada na fenomenologia, não buscamos universalidades; ao contrário, nos interessam aqui as formas singulares de experimentação do que recortamos – o sofrimento psíquico - em sua expressão viva, ou seja, relatada pelos que o reconhecem. Abordamos esse tema também considerando-o um fenômeno em rede. Logo, não nos referimos à uma realidade individualizada e interiorizada, mas sim às configurações que envolvem a pessoa em relação ao mundo que a afeta – e no qual ela também interfere numa relação de mutualidade – e como esse processo se manifesta. Nosso campo de interesse com essa experiência prática, foi de acompanhar como se dão as experiências cotidianas dessas jovens, bem como identificar o modo que elas reconhecem o que lhes imprimem dor e sofrimento existencial. Vimos enfrentamentos relacionados a imagem corporal, relacionamentos amorosos, solidão, dificuldades na vida universitária e exigências sociais que incidem sobre as mulheres. A expressão ali experimentada, inclusive a partir de recursos metafóricos como a música e a poesia, permitiu o fortalecimento de uma rede de apoio e constituiu-se num modo de resistir e reconfigurar potências de vida. Cada mulher , com sua história de sofrimento compartilhada, apoiando e sendo apoiada pela outra, expressou sensibilidade e respeito pela vivência e pelas versões da outra ao reconhecer e ser reconhecida pelos afetos Ao escutarmos as jovens e considerarmos outras versões para a compreensão do sofrimento psíquico, pudemos produzir também

uma escuta e uma prática mais cuidadosa e implicada. Assim, pensamos aqui na importância e pertinência de darmos visibilidade e compartilharmos a nossa experiência de trabalho, para abrir novos espaços de reflexão acerca do sofrimento psíquico vivenciado entre os jovens na atualidade. Nesse sentido, a expressão e reconfiguração do sofrimento é, pois, um ato de resistir na medida em que não buscamos um enquadre, mas sim uma compreensão e uma aposta nas possibilidades de recriá-lo . Incluir a jovem mulher em sua expressão constitui também uma política ontológica em nossos modos de realizar o trabalho em questão.

Palavras-chave: Grupo de Mulheres, Resistência, Academia, Abordagem Gestáltica, Teoria Ator-Rede.

Fonte de Financiamento: PIBIC UERJ

Arte e livre expressão como recurso político de resistência e afirmação da vida: uma experiência com crianças de uma Unidade de Reinserção Social no Rio de Janeiro

Laura Cristina de Toledo Quadros; Angélica dos Santos Siqueira; Deborah da Silva de Souza; Debora Emanuelle Nascimento Lomba
lauractq@gmail.com
UERJ

O contexto contemporâneo tem nos exigido atenção e rapidez em nossas tarefas nos afastando, por vezes, da experiência sensível. Tal afastamento é, muitas vezes, gerador de adoecimento, angústia e ansiedade nem sempre localizada. Dessa maneira, consideramos que as demandas atuais de compreensão do sofrimento psíquico nos levam a buscar outras possibilidades de intervenção junto à comunidade que possam potencializar o sujeito como co-construtor de seu próprio processo, atualizando outras formas de estar no mundo. Logo, poder experimentar o novo é uma oportunidade de deixar fluir o potencial criativo e a ação de expressar pode se constituir num potente instrumento de reconfiguração de dores, mágoas e sofrimento. Assim, o objetivo do presente trabalho é apresentar a experiência em curso, constituída com crianças de uma Unidade de Reinserção Social no Rio de Janeiro, a partir do projeto de extensão "COMtextos: arte e livre expressão na abordagem gestáltica". Tal projeto tem como proposta fundamental desenvolver um espaço de livre expressão através de recursos artísticos permitindo o resgate da sensibilidade, a reconfiguração do sofrimento e uma compreensão ampliada de si mesmo. A fundamentação teórico-metodológica do nosso trabalho é a abordagem gestáltica, que nos permite entender o ser humano a partir de uma perspectiva integrada onde corpo, mente e ambiente estão relacionados sem que um sobreponha-se ao outro. Ao propormos elementos artísticos como forma e expressão, pretendemos re-unir, no sentido gestáltico, os vários aspectos que atravessam o nosso viver. Segundo Rhyne (2000), na experiência de contato com a arte ampliamos nossa compreensão de como nos percebemos e também de como percebemos o mundo. Ao articularmos arte, poesia, literatura, música e livre expressão, estaremos propondo um espaço onde a palavra seja reconfigurada e recriada ampliando as possibilidades de autocompreensão. Para Ginger & Ginger (1995), uma das intervenções gestálticas é a expressão metafórica que consiste na utilização de recursos expressivos e não estruturados como forma de favorecimento do contato e da conscientização. Este projeto iniciou-se em 2015 voltado para populações excluídas. Fizemos ações, por exemplo, com meninas adolescentes em situação de risco, usuárias de crack e outras drogas, em processo de reinserção familiar e social. Essa foi uma experiência de reconhecimento de si que promoveu sentidos singulares no contato com a arte e a livre expressão, onde percebemos ser este um modo de resistir e transformar a própria história a despeito da adversidade.

Atualmente, nosso desafio está em trabalhar com outro tipo de população, a de crianças de 2 a 14 anos acolhidas. Para isso, desenvolvemos oficinas tendo como dispositivo artísticos a música, a pintura, o teatro, os contos, os poemas, etc. Incorporamos outros elementos nas oficinas que permitam a livre expressão pelo o que foi sentido, despertado através desses dispositivos artísticos, como massinha, bolas de gás, material de desenho e pintura, recortes de imagens, entre outros. Apostamos na regularidade dos encontros a fim de,construir um vínculo que permita um espaço de trocas leves, uma vez que se baseia na livre vontade de participar e interagir. Percebemos com essa experiência, uma relação construída a partir do entrelaçar entre o brincar, a criatividade, a arte, a livre expressão, as crianças e a equipe extensionista. Uma aventura ao desconhecido nos espera a cada encontro com as crianças e as descobertas através de histórias de resistência que transbordam pelas mãos, pelas palavras e pelos gestos afetivos do que é produzido em cada atividade, em cada encontro. Isso nos possibilita apresentar aqui uma narrativa viva, redimensionando a compreensão do que está sendo vivido por nós em contato com essas crianças. A arte tornou-se, então, um recurso político de resistência e afirmação da vida dessas crianças, reverberando em nós como equipe. Acreditamos num fazer situado, não destituído de envolvimento e afetações com o que se produz. Somos atravessadas por discussões contemporâneas políticas e de resistência de populações excluídas, bem como pelas histórias que conhecemos através dessas crianças e que nos movem nesse fazer. Somos afetados por essas experiências que se mostram marcadas tanto pela sua singularidade, quanto pela sua multiplicidade. Procuramos proporcionar , mesmo que em espaços áridos, outros modos de fazer, expressar, sentir, ressignificar, resistir e afirmar a vida.

Palavras-chave: Arte, Livre expressão, Resistência, Afirmação da vida, Abordagem gestáltica
Financiamento: Bolsa de Extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Estudo sobre as contribuições do marxismo em abordagens psicossociais da questão LGBT

Vitor Silva de Amorim; Fernando Lacerda Júnior
amorim_vs@outlook.com
UFG

O presente resumo refere-se ao plano de trabalho “Estudo sobre as contribuições do marxismo em abordagens psicossociais da questão LGBT” - lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais -, submetido ao programa institucional de voluntariado em iniciação científica da Universidade Federal de Goiás pelo docente Vitor Silva de Amorim e vinculado ao projeto de pesquisa “Ontologia do ser social e história da psicologia: buscando contribuições teórico-metodológicas do marxismo para a psicologia” - financiado pelo CNPq - do prof. dr. Fernando Lacerda Júnior. Vários fatores levaram à necessidade de se pesquisar as relações entre a psicologia social crítica, o marxismo e os temas ligados à militância e às vivências da comunidade LGBT. Primeiramente, a psicologia muitas vezes atuou como produtora de conhecimentos à favor da patologização, normatização e deslegitimação das identidades e vivências LGBT. Assim, parte-se do pressuposto que a psicologia social enquanto área que se propõe crítica tem potencial para efetuar análises que contribuam às lutas da comunidade LGBT. Em segundo lugar, esta comunidade constitui um grupo historicamente marginalizado e oprimido no capitalismo contemporâneo, sendo alvo de todos os tipos de violência, a nível interpessoal e institucional, e tendo sua existência continuamente deslegitimada por setores e forças sociais que a consideram inadequada, pecaminosa e doentia. Isso fica evidente em projetos de lei como o Estatuto da Família - que preconiza como família o grupo formado por um homem e uma mulher ou um pai e seus filhos, excluindo famílias homoparentais

- e a liminar da "cura gay", que abria brechas para a execução de terapias de reorientação sexual por psicólogos. Em terceiro lugar, o maior instrumento de mobilização e reinvidicação do movimento LGBT - as Paradas do Orgulho LGBT - tem sido cada vez mais cooptado pelos interesses de grandes empresas, que vêem nele uma fonte de lucro para o chamado "pink money", nicho de mercado constituído pela referida comunidade. Assim, propõe-se um retorno ao marxismo e à sua crítica ao capitalismo como um referencial válido nas análises da questão LGBT a fim de somar à luta pela real emancipação dessa população. Com base na exposição acima, o plano de trabalho em questão objetiva investigar as possíveis contribuições do marxismo em análises psicossociais dos temas atrelados à questão LGBT nos artigos publicados entre 1986 e 2005 na revista "Psicologia & Sociedade", periódico da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Como objetivos específicos colocam-se: (1) pesquisar se e como os pressupostos produzidos pelo pensamento marxista influem nos artigos publicados em Psicologia Social sobre a referida temática; (2) analisar criticamente possíveis articulações entre a analítica queer e o marxismo nas discussões sobre a questão LGBT - visto que a primeira é usualmente referenciada nestas; (3) verificar se o marxismo aparece, de forma explícita ou implícita, como base epistemológica na produção acadêmica compreendida no período especificado acima; (4) observar a ocorrência e o uso de termos de carga pejorativa nos artigos analisados. A pesquisa, por sua vez, caracteriza-se como um estudo sistemático que foi realizado em cinco etapas: levantamento de artigos na revista "Psicologia & Sociedade" - um dos mais importantes veículos nacionais de divulgação em psicologia social -; seleção dos artigos; categorização dos textos selecionados em "potencialmente relevante", "irrelevante" e "duvidoso"; leitura integral dos textos selecionados; e elaboração de sínteses descritivas e explicativas sobre se e como estudiosos sobre a questão LGBT se apropriaram do marxismo nas publicações dentro do período especificado acima. O levantamento resultou em 59 artigos, dos quais apenas três foram categorizados enquanto potencialmente relevantes e treze enquanto duvidosos - ou seja, aqueles cuja relevância não ficou clara a partir da leitura dinâmica dos resumos e/ou do texto, bem como aqueles em que apareciam termos pejorativos, como "homossexualismo". A leitura integral desses artigos permitiu verificar que a maioria não dialoga de forma alguma com o referencial marxista. Além disso, na maioria dos artigos os temas referentes à questão LGBT eram apenas citados enquanto exemplo, sem que fossem discutidos de maneira mais aprofundada - o que mostra que, dentro do período analisado na revista, tais temas ainda não haviam sido integralmente apropriados pelos representantes da psicologia social cujos trabalhos foram nela publicados.

Palavras-chave: Psicologia social; marxismo; LGBT; revisão bibliográfica.

Entre a socioeducação e a hegemonia punitiva: a resistência como potência de atuação

Ana Camilla de Oliveira Baldanzi; Raiane B. T G. Pereira; Karoline B. Peres; Thiago B. L. Melício
camillabaldanzi@gmail.com
UERJ

Podemos perceber, na atual conjuntura social, uma deturpação do sentido de justiça, fazendo com que discursos de intolerância se disseminem e reivindiquem punições, em nome de uma ordem social. Analisar os discursos e práticas hegemônicas nos faz pensar as relações que se instauram entre a alteridade, o desejo de punição, os territórios existenciais, as possibilidades de escape da lógica vigente e a produção de novas formas de existência. Somos, diante da nossa prática, convidados a pensar como essas questões transversalmente agenciam sentido. Pautadas pela postura da cartografia psicossocial, esta

pesquisa objetiva acompanhar processos psicossociais, tendo como reflexão o percurso e não apenas o resultado final, entendendo nossa afetação e nos distanciando de uma suposta neutralidade. Na cartografia, o intuito é acessar e construir conjuntamente um plano comum e, a partir desse duplo movimento, possibilitar uma abertura para a criação de conhecimento que não vem apenas do especialista, mas também do grupo pesquisado. Compreendemos que estes também são sujeitos que detêm e produzem saberes que devem ser não somente considerados, mas priorizados. A proposta deste trabalho surgiu da experiência de pesquisa no DEGASE, onde cartografamos territórios existenciais emergentes em dispositivos de grupo, refletindo sobre as linhas duras e de fuga desses contextos. A alteridade é discutida neste trabalho a partir da teoria de Guattari, que pensa a existência humana por meio de fluxos e propõe uma ecologia da subjetividade. O autor comenta uma tensão existencial delineada através de temporalidades humanas e não humanas, que são experienciadas de distintas formas nos contextos de classe e institucional. Expõe que há um fechamento para as mudanças agenciadas no encontro com o outro, onde o homem da moral sente-se ameaçado, não se permitindo mergulhar na dimensão invisível da alteridade - onde há afetação pelas diferenças. A hegemonia da moral impede a construção de um território comum, mantendo a ordem e os lugares de poder e excluindo a alteridade num duplo movimento: como devir outro e como caos. Introduzimos, nos inspirando em Foucaut, a questão da disciplina e da regulamentação da vida enquanto dispositivos de poder. A disciplinarização dos corpos e a tentativa de produzir uma utilidade para estes, será o objetivo da anátomo-política, enquanto o controle das probabilidades do corpo-espécie coletivo constituirá o escopo da biopolítica. Estes níveis de poder, todavia, não são excludentes, mas sim se sustentam e se transversalizam. Enquanto o primeiro sistematiza formas de vigilância e punição, docilizando os corpos, o segundo opera a nível global, regendo mecanismos de Estado (através da tecnologia de poder sobre a população) e regulamentando o direito à vida e à morte. Neste processo, o biopoder, fruto da articulação entre anátomo e bio política, terá como efeito que não apenas os criminosos, mas também as formas de vida daqueles vistos como "potenciais criminosos", sejam alvo tanto de intensa vigilância como de normatizações. No intuito de cartografar os efeitos desses processos nos grupos, observamos falas como a da adolescente que relatou: "A maioria das pessoas pensa que botar uma pessoa dentro de uma cadeia vai resolver, vai dar um jeito. Mas na realidade da história não vai resolver nada. Porque vai criando um ódio dentro da pessoa" (B,30/09/16). Sua fala retrata a discussão de teóricos como Garland apud Salla, Gauto e Alvarez, de que a institucionalização dos autores de atos infracionais vai para além da punição, sendo também uma tentativa de isolamento destes do convívio social. Percebemos que o discurso que prevalece socialmente é o de individualização da culpa. Isto faz com que as formas de enfrentamento das adversidades se dê não pela transformação dos condicionantes sociais, mas pela segregação da diferença, justificando a utilização de medidas repressoras para os vistos como perigosos e responsáveis pela desordem social. Diante do exposto, esse trabalho relaciona-se com o eixo 1 Resistência ao trazer um olhar crítico sobre o que está hegemonicamente instituído enquanto formas de vida saudáveis e produtivas e problematizar a relação da alteridade com o desejo punitivo. Objetivamos refletir como nós podemos contribuir para outras práticas que potencializem a experiência humana ao invés de ajustá-las a conceitos normativos. Assim, visamos contemplar a multiplicidade que existe nas formas de ser e estar no mundo, entendendo que a experiência humana não se reduz a um caminho único e que as linhas de fuga se fazem necessárias na experimentação da vida.

Palavras-chave: Sistema Socioeducativo; Punitivismo; Alteridade; Biopoder

Autores censurados durante la última dictadura militar en Argentina

Patricia Scherman; Laura Vissani; Mariano Caminos; Nilda Fantini
patoscherman@gmail.com
Universidad Nacional de Córdoba

Nuestra investigación analiza los debates sobre el rol del psicólogo y la cientificidad de la psicología, que durante los primeros años de la década de 1970, recrudecieron al calor de las transformaciones sociales y políticas ocurridas en la Argentina. Allí se consolida una importante discusión sobre el espacio profesional que el psicólogo podría ocupar; en la que algunos pugnaban por definirlo como un intelectual orientado al cambio, que podría aportar a la transformación del orden social. Diversos textos y autores fundamentaron estos debates, que a su vez representaban un conjunto amplio de saberes, entre los que se destacaron los nombres de Freud y Piaget. Sin llegar a la censura, su utilización en la formación del psicólogo fue puesta en cuestión en el transcurso de la última dictadura en la Argentina. En esta presentación interrogamos el carácter de esta restricción, ya sea efectuada como censura o como recomendación, buscando identificar los elementos que incidían para que esta tuviera lugar, sobre qué aspectos de dichos saberes se efectuaba esa censura y autocensura, y de qué manera se asociaba con autores oficialmente prohibidos o restringidos de circulación. Nuestro análisis incluyó una revisión de las lecturas que a partir de esos autores se estaban produciendo y aportes provenientes de fuentes orales y documentales. El enfoque metodológico se complementó con contribuciones de la microhistoria y del análisis de discurso sobre textos psicológicos.De ello hemos podido identificar que, en relación a la dimensión transformadora asociada al rol del psicólogo, se estaban construyendo diversas matrices de comprensión del cambio social, unas afines al discurso del cristianismo social latinoamericano de la época, que en algunos casos se articulaba con las perspectivas políticas de liberación nacional, y otras vinculando psicoanálisis y marxismo. En testimonios y entrevistas se revela la importancia que revistieron algunos textos en la formación profesional y las importantes marcas que algunos autores, luego censurados, tuvieron en estos debates, así como las maniobras efectuadas para sortear esa restricciones. En la producción analizada aparece el cuestionamiento al psicoanálisis tradicional y a la psicología académica, y el camino abierto para el desarrollo de una psicología transformadora del sujeto y del orden social. Se discutían los desafíos que tanto el psicoanálisis como el marxismo, en clave althusseriana, le presentaban a la psicología como disciplina científica: la disputa por un estatuto científico, los protocolos de estandarización, las nociones de normalidad, salud y adaptación. Se interrogaba también la relación ideología-sujeto, los límites del curar y los alcances de los discursos emancipadores. En otro texto, encontramos la convicción de producir teoría científica para el cambio social y político en Latinoamérica. Aparecen los intereses intelectuales de una generación profesional, la manera en que nuevos descubrimientos en el marco de la teoría piagetiana impulsaron una reevaluación de las prácticas profesionales y una ruptura con concepciones sobre el niño y el aprendizaje, que estaban arraigadas en las prácticas de docentes y profesionales, dando lugar a nuevas prácticas y maneras de mirar los niños. Alrededor de estos textos aparecen también los determinantes del contexto social impuesto por la dictadura militar, como el exilio, la censura y las formas clandestinas de circulación de saberes al que una generación profesional se enfrentó. Los planteos, novedosos para ese momento y aún vigentes en nuestra época, convocaban a una transformación del rol. Implicaban como acto, un cambio en la posición y en la mirada del lugar del intelectual, del universitario, del psicólogo.

Palavras-chave: Psicología, formación, dictadura, Freud, Piaget.

Fontes de financiamento: Secretaría de Ciencia y Técnica, Universidad Nacional de Córdoba (Secyt, UNC).

"Mas o jornal falou!": o movimento negro organizado e as suas "ressonâncias" psicológicas

Hildeberto Vieira Martins; Stephanie Morais
betohvm@globo.com
UFF

O nosso trabalho tem como objetivo principal discutir alguns aspectos da questão racial no Brasil na década de 1930, atentando-se especialmente para as apropriações que o movimento negro organizado fez de certa temática psicológica difundida em nossa sociedade. A escolha foi direcionada para a análise do movimento social denominado Frente Negra Brasileira (FNB), um movimento que possuía como principal objetivo a luta contra a marginalização do negro, e que foi considerado como o primeiro movimento negro de massa no Brasil. O estudo foi feito a partir de pesquisa documental que privilegiou a análise e seleção do conteúdo publicado no periódico da FNB, o jornal "A Voz da Raça", e que contou até o seu encerramento com a publicação de 70 edições. Esse jornal foi publicado em São Paulo de 1933 até 1937, e se tornou o principal meio difusor dos ideais e anseios do movimento negro para uma parcela da população. Na tentativa de mapear a inserção de conteúdo psicológico no material pesquisado, buscou-se nas edições do jornal a presença de algumas palavras-chaves, como "caráter", "personalidade", "psicologia", "psicológico", "subjetividade" e "subjetivo". Constatamos que não houve a ocorrência de alguns dos vocábulos que havíamos selecionado (talvez isso tenha ocorrido devido em razão da época escolhida para a nossa análise), como "psicológico", "subjetividade" e "subjetivo". Entretanto, houve a ocorrência da palavra "psicologia" (três vezes), "personalidade" (sete vezes) e "caráter" (vinte e nove vezes). Vale ressaltar, que nem todas as aparições dos vocábulos têm o sentido psicológico (por exemplo, uma das ocorrências do termo "caráter" está ligado ao uso de vestimenta de festa junina). Usualmente, os usos das palavras-chave estão ligados ao sentimento nacionalista que deve fazer parte do homem negro frentenegrino, e como este patriotismo é importante para sua luta, dado que a proteção da "gente negra" e da nação, que foi constituída por este mesmo povo, faz parte do dever do negro. As noções de nacionalidade e de religiosidade apresentam-se como formadoras da personalidade e do caráter, e por isso são consideradas ferramentas imprescindíveis para as conquistas dos negros. Tais características, quando apresentadas no homem frentenegrino, contribuem para um processo de união da raça negra. Outro aspecto bastante abordado nas colunas do jornal diz respeito ao problema da desunião dentro da própria FNB, fator que atrapalhava o movimento negro em seu objetivo de conseguir alcançar a integração do negro junto à sociedade brasileira. Além disso, a FNB compreendia que para atingir de fato a liberdade – pois, até então, o que havia era uma pseudoliberdade dos homens de cor conseguida com o advento do dia "13 de maio" – era necessário ser um sujeito de fé. Ademais, a FNB compreendia também a presença de inimigos dentro do próprio movimento negro. Para eles, o negro que não tinha coesão, fé, amor à sua nação e que esperava regalias do movimento, não procurando continuar a luta, era também um inimigo dessa causa. Na leitura das páginas do jornal fica evidente qual era o papel da "gente negra": ter caráter, disciplina, ser capaz de sacrificar-se em prol do coletivo, afinal, se o próprio negro se mostrar como inimigo do movimento a luta pela liberdade de nada vale. Cabe ainda destacar, que a FNB entendia a educação como um fator fundamental para a manifestação dessas características, sendo este um dos principais temas discutido pela Frente Negra Brasileira e uma das razões de sua criação.

Palavras-chave: Frente Negra Brasileira, negro, raça, racismo, saberes psicológicos.
Fontes de financiamento: FAPERJ

Bruxas e Santas: a religiosidade feminina no Brasil Colonial

Maria Cláudia Novaes Messias
Ana Maria Jacó-Vilela
mariaclaudiapsi@gmail.com
UERJ

Bruxas, Feiticeiras, Deusas, Santas, Curandeiras e Benzedeiras, as mulheres foram representadas de diversas formas no campo religioso. Este trabalho pretende investigar a religiosidade feminina nos relatos sobre práticas de bruxaria e feitiçaria através da análise da documentação produzida pela terceira e última Visitação do Santo Ofício na América Portuguesa, realizada na província do Grão-Pará e Maranhão, entre 1763 e 1769. Tentando, assim, evidenciar alguns aspectos da cultura popular, das experiências das mulheres, de uma construção social sobre o feminino e o imaginário sobre as mulheres da Colônia no século XVIII. A partir de uma análise histórica de gênero, no campo da história das mulheres, este estudo busca compreender como os discursos e as práticas religiosas atravessavam e construíam as relações de gênero e poder no Brasil Colonial. A perspectiva teórico-metodológica deste trabalho se insere no campo da historiografia, mais especificamente, história das mulheres e das relações de gênero. O primeiro recurso metodológico refere-se à análise da bibliografia produzida sobre a temática e o segundo refere-se à pesquisa empírica, que por se tratar de uma investigação histórica, a principal fonte será documental. Sendo as religiões construções sócio-culturais, estudar esta temática é se debruçar sobre modificações sociais, relações de classe, raça/etnia, poder e gênero, como importantes instrumentos de construção da realidade. Nesse sentido, implica pensar o papel que as religiões assumem na constituição dos gêneros, pois, historicamente, ergueram em seu discurso teológico e em sua prática institucional, pressupostos que prescrevem e delimitam os papéis do que deve ser o masculino e o feminino, definindo normas de conduta social, moral e sexual. Religião e gênero partilham, portanto, uma profunda relação com elementos fundamentais na composição das crenças, das normas, dos valores de certo contexto social e histórico, prescrevendo e condicionando a subjetividade. Desse ponto advém a relevância das fontes inquisitoriais, o que é afirmado por muitos historiadores desse período, segundo os quais, sem os documentos do Tribunal do Santo Ofício teríamos muito pouco a dizer sobre as mulheres e suas experiências no Brasil Colonial. Este Tribunal Eclesiástico foi instituído no século XII e sua duração se estendeu até o século XIX. Em Portugal, a sua atuação se deu entre 1536 e 1821, e estendendo suas ações às Colônias Portuguesas. A escolha da Terceira Visitação se deve ao caráter excepcional da Visita, numa época em que a Inquisição portugusesa já se encontrava em declínio. Mas, sobretudo, ao fato de que, segundo levantamento prévio, dois terços dos relatos dessa Visitação se referem à realização de práticas mágicas e de bruxaria, consideradas como crimes de fé, heresias. Observa-se um importante deslizamento na concepção das bruxas entre o período medieval e a Idade Moderna. Ao perseguir as feiticeiras na Idade Média, a Igreja não via nessas mulheres a fonte do mal mas, visava, sobretudo, combater resquícios da religiosidade pagã e o que se considerava como superticões. Não havia uma associação imediata com a heresia. A repressão às heresias chegou ao seu ápice em relação às mulheres acompanhando uma mudança de mentalidade com relação à magia, feitiçaria e bruxaria, devido às crises que assolavam a Europa nos séculos XV e XVI. A sabedoria popular, práticas de cura ou quaisquer outras, que não tivessem o respaldo e a permissão da Igreja, passaram a ser coisa do Diabo e práticas de heresia

contra a fé católica. Desde então, quando as fogueiras da Inquisição ardiam em nome de Deus, eram as mulheres e sua sexualidade as mais perseguidas por heresias. Quando cessou a caça às bruxas viabilizou-se uma profunda alteração da condição feminina, com a normatização de sua sexualidade e sua conduta, pública e privada. A submissão e a castidade, então atreladas à moral cristã, sujeitava à danação eterna toda aquela que se desviasse destas prerrogativas. Sendo assim, construções sociais tão potentes não se perderam por completo nos desvãos da trama histórica. Ainda ardem as fogueiras! As premissas da Inquisição não pertencem a um passado longínquo. O patriarcado permanece presente em quase todas as culturas modernas e, no caso do Brasil, de forma bastante acentuada, evidenciando uma subjetividade marcada pelo controle do corpo e da sexualidade feminina, pautados, sobretudo, na moral religiosa, justificando misoginia e violência contra as mulheres em diversos níveis. Ou seja, é uma questão atual que nos leva a perguntar ao passado: Por que a persistência da assimetria de gênero, da violência e da desigualdade em um século povoado por conquistas femininas?

Palavras-Chave: Mulheres, Bruxaria, Inquisição

GT 2 - CIÊNCIA

Nos (des)camihos da pesquisa: família, ciência e performatividade

Ulisses Heckmaier de Paula Cataldo; Laura Cristina de Toledo Quadros
ulissescataldo@gmail.com
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O presente trabalho tem a intenção de narrar o processo de desenvolvimento de uma pesquisa em psicologia social, produzida no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS/UERJ), desde seus impasses iniciais, percorrendo as hesitações do pesquisador, até a construção de uma estratégia para pesquisar com os próprios atores a produção de múltiplos modos de ser família hoje. O objetivo com esta narrativa cartográfica é colocar em questão as práticas científicas de inspiração no realismo euro-americano, como explica John Law, problematizando o primado da neutralidade e da objetividade ao discutir a relação intrínseca entre epistemologia e política. Foco de intensas controvérsias, muito se discute sobre as transformações da família na atualidade. Acontecimentos diversos como o aparecimento de novos arranjos familiares e a contestação de até então sacralizados valores são apontados como analisadores de mudanças que opõe especialistas. De forma geral, as controvérsias a respeito da família hoje sugerem que a família, artefato outrora estabilizado, manifesta grande fragilidade nas fronteiras que a definem. Sendo assim, os modos de ser família na atualidade se apresentam como horizonte de problematização acerca dos seus limites, possibilidades e potências. Compreendendo que a implicação do pesquisador é também constitutiva do processo de pesquisa, não é possível deixar de falar dos afetos que atravessam o processo da construção da pesquisa em questão. Na intenção de encontrar uma definição clara e precisa para a família contemporânea, um conceito que resumisse, em sua universalidade, as características da família hoje, admitindo esta como um dado, como uma categoria social existente por si mesma a espera de um observador neutro que pudesse ler seu movimento por detrás das enganadoras aparências, recorremos às teses dos pensadores que pretendem versões objetivas da família contemporânea. Contudo, ao invés de definições claras e precisas, de um caminho retilíneo em direção à verdade, o campo dos estudos acerca da família contemporânea revelou-se confusos e contraditórios: dentre os estudiosos pesquisados, em

várias áreas do saber, diversas versões a respeito da dinâmica da família contemporânea foram encontradas, levando a uma pluralidade de definições possíveis para este agrupamento ou categoria na atualidade. Estas versões comportam desde aqueles que defendem a crise e dissolução da família, passando por aqueles que identificam, na família contemporânea, apenas a intensificação dos valores do individualismo moderno, até os que não encontram modificação alguma nas suas características, visto que em outras épocas já eram encontrados arranjos com as mesmas características dos "atuais", como as famílias homoafetivas, as recasadas, as chefiadas por mulheres etc. Sendo assim, ao invés de esconder a dúvida e hesitação, ao invés de recortar o objeto (em classes sociais ou grupos minoritários, por exemplo) para manter o caminho da precisão e generalidade, escolhemos o (des)caminho de acolher a hesitação, experimentá-la, expandi-la. Dessa experiência surge a possibilidade de uma pesquisa que vise não as essências, mas que tome o problema dos modos de ser da família contemporânea pela lógica do acontecimento. Com efeito, como proposta metodológica elegemos os aportes teóricos dos autores e autoras dos Estudos em Ciência e Tecnologia (CTS), especificamente a Teoria Ator-rede, de Bruno Latour, John Law e Annemarie Mol. Para os autores citados, a ciência, a tecnologia e a sociedade são entrelaçados e coproduzidos através de redes de associações heterogêneas que articulam atores humanos e não-humanos numa multiplicidade de versões ou performances, sem assimetrias ou determinismos de um domínio sobre os demais. A ciência, por esta via, do contrário de saber neutro sobre a objetividade do real, seria prática política que acaba por produzir os mundos que materializam em suas pesquisas. Dessa forma, produzir conhecimento passa pela construção de uma rede de afetações a partir dos encontros com os atores no campo, compreendendo a pesquisa como uma prática empírica, situada, local e encarnada que produz realidade. Para tal, o dispositivo da roda de conversa foi escolhido na intenção de, através da potência de sua horizontalidade, produzir com os atores narrativas a respeito dos modos de ser família hoje, compreendendo o tema como uma aposta política e epistemológica rumo a uma ciência interessante que promova, em seus efeitos, a possibilidade de novos modos de existência.

Fontes de financiamento: o trabalho não conta com fontes de financiamento.

Palavras Chave: Família Contemporânea, Teoria Ator-rede, Cartografia, Epistemologia Política.

Controvérsias em torno de "problemas de ajustamento" e "saúde mental: Arquivos Brasileiros de Psicotécnica

Ana Maria del Grossi Ferreira Mota, Rodrigo Lopes Miranda
amdelgrossi@gmail.com
Universidade Católica Dom Bosco

De acordo com a Lei nº 4.119, a qual regulamenta a profissão e a graduação de psicólogos no Brasil, "solução de problemas de ajustamento" é uma das funções do psicólogo. Durante os anos de processo legal até regulamentação (1950-1962), "solução de problemas de ajustamento" foi usada para substituir palavras como "psicoterapia" e "tratamento de problemas emocionais", sugerindo embates entre diferentes profissões, à época. Após a regulamentação da Lei, em 1962, até a publicação da Resolução CRP nº 03/2007, passou um intervalo de tempo sem existir menção no que diz respeito aos "problemas de ajustamento". A referida Resolução, no entanto, explicita o que é a "solução" de tal condição, mas não esclarece em que que ela consiste. Com o objetivo de investigar o contexto supracitado, esta pesquisa se propôs a analisar embates em torno de "problemas de ajustamento" e da "saúde mental" em publicações do periódico Arquivos Brasileiros de Psicotécnica – ABP. O recorte temporal compreende de 1949 a 1968, período em torno da regulamentação da profissão do psicólogo, além de ser o período de circulação

dos ABP, no país. Os ABP era um, dentre os dois únicos, periódicos em Psicologia, à época. Sua disponibilidade on-line, na integra, permitiu acesso e posterior análises das fontes primárias. Os caminhos metodológicos percorridos foram o uso do método historiográfico e de estratégias da história quantitativa, sociobibliometria e história digital para análise das fontes. A pesquisa apontou controvérsias entre médicos e psicólogos, sobretudo no que dizia respeito à delimitação do objeto científico, métodos de trabalho e terapêuticas no campo da saúde mental. Identificou-se que além de "saúde mental" ser um conceito que circulava nos ABP, havia embates entorno da compreensão de saúde mental e de doença mental, à época. Identificou-se, ainda, haver embates entre, pelo menos, dois modelos psiquiátricos, a saber "psiquiatria tradicional", preocupada em investigar as alterações das funções psíquicas e em tratamentos para curar a personalidade "anormal", em oposição a outro modelo chamado de "nova psiquiatria", interessada no funcionamento psicodinâmico da personalidade "normal" dos indivíduos. Por fim, observou-se controvérsias entre modelos de saberes em torno dos diagnósticos e terapêuticas, os quais estariam baseados em critérios diagnósticos orientados pelo DSM-I ou por teorias psicanalíticas, utilizados com o intuito de oferecer, não apenas, tratamento, mas também terapêuticas para reabilitação e prevenção. Assim, nota-se que as discussões em torno da "saúde mental" e da "doença mental" estavam articuladas a uma visão de mundo enfatizando aspectos que entendia um sujeito multi-determinado, i.e., um ser bio-psico-animico-existencial. E ainda, controvérsias giravam em torno de dois objetos, um psicológico e outro médico. O primeiro, relacionado ao cuidado com a "saúde mental", da qual a Psicologia se ocuparia, uma vez que estava preocupada em cuidar da personalidade "normal", sobretudo com práticas preventivas e promoção de saúde. O segundo, por sua vez, era o cuidado com apersonalidade "anormal", da qual os médicos se ocupariam em tratar dos transtornos e doenças mentais, ou seja, no período em torno da regulamentação da profissão do psicólogo caberia ao médico solucionar os "problemas de ajustamento".

Palavras-chaves: História da Psicologia Brasileira, História da Ciências, "Problemas de ajustamento", "Saúde Mental".

Freud entre ciência e literatura

Thiago Nascimento Labrador Martinez, Ingrid Vorsatz,
Arthur Pereira, Marília Albuquerque, Rafaella Nóbrega, Renata Martins
thiago.mrtz1@gmail.com
UERJ

Desde o início de sua investigação clínica, Sigmund Freud, criador da psicanálise, recorreu à literatura na fundamentação teórico-conceitual do campo da psicanálise, empreendimento que estava em vias de construir. Frente ao que se deparara em sua dita autoanálise e em sua prática clínica, Freud se remete à tragédia grega Édipo Rei, de Sófocles, constatando ali a presença dos elementos que são encontrados na constituição do sujeito – o desejo incestuoso e parricida -, forjando a noção de complexo de Édipo, concebido a título de complexo nuclear (Kerncomplex) das neuroses. Mais de vinte anos depois, Freud sustentará que a formação leiga, isto é, não médica, do psicanalista inclui a ciência da literatura (Literaturwissenschaft) como sendo-lhe indispensável. De outra parte, Freud esteve inserido em um contexto predominantemente científico, tendo realizado parte de sua formação médica no laboratório de Ernst von Brücke, fisiologista alemão que integrava a chamada escola materialista. Desde os primórdios da psicanálise, procurou sustentar o caráter científico de sua nova práxis. Em 1933, retomando a questão do caráter científico da psicanálise à luz da concepção de Weltanschauung (visão de mundo) - construção

intelectual que pretende solucionar as questões da existência de modo uniforme e universal -, não atribui à psicanálise a formulação de uma visão de mundo própria, mas afirma que esta deve aceitar a Weltanschauung científica. Seu argumento é o de que a ciência, embora suponha a universalidade de seus pressupostos, apenas o faz a título de projeto. É em relação ao caráter parcial de seus achados, sempre sujeitos à revisão, isto é, ao seu inacabamento constitutivo, que a psicanálise se alinha à visão de mundo científica. Ao fundamentar o conceito de pulsão (Trieb) em 1915, inicialmente introduzido em 1905, Freud se remete à atividade científica como sendo avessa a qualquer tipo de fixidez e rigidez teórico-conceituais. Afirma que o estabelecimento do conceito fundamental (Grundbegriff) de uma ciência, embora exija clareza e precisão, não parte destas qualidades; antes, surge de ideias abstratas, que mantêm certo grau de indeterminação. Para que se possa chegar à compreensão do conteúdo destas ideias abstratas, é preciso remetê-las constantemente à experiência, colocando-as à prova. As relações entre as ideias abstratas iniciais e o material empírico não estão dadas de antemão; são como que 'adivinhadas', vale dizer, intuídas previamente à sua demonstração. É através da investigação dos fenômenos empíricos que estas ideias têm a possibilidade de aceder ao estatuto de conceito fundamental (Grundbegriff), aquele que fundamenta o campo de que se trata – no caso do conceito de pulsão (Trieb), o campo psicanalítico. No idioma alemão há diferentes acepções do termo erraten, surpreendentemente utilizado por Freud sobre a relação entre ideias abstratas e o material empírico na formulação dos conceitos fundamentais da ciência, a saber: 'adivinhar', 'intuir, 'supor', alheias ao repertório científico. Assim, qual seria o estatuto do verbo erraten empregado por Freud, no contexto do próprio estabelecimento do conceito fundamental? Uma pista pode ser encontrada na correspondência a Fliess, quando Freud afirma que a construção do esboço do funcionamento de um aparelho psíquico, ainda sobre bases fisiológicas, incluía fantasiar (phantasieren) e adivinhar (erraten). Com isso, parece considerar a dimensão do fantasiar no interior do procedimento científico, indicando a especificidade do método psicanalítico, que escapa à discursividade científica tout court. Ao retomar a problemática da vida pulsional em um artigo em que trata do término de um tratamento psicanalítico, Freud afirma que sem lançar mão da especulação metapsicológica - quase que sem 'fantasiar' (phantasieren), diz -, não é possível avançar, introduzindo a dimensão da criação (poiesis) como sendo interna ao método de investigação psicanalítico. Ao aproximar a especulação teórico-conceitual do ofício do poeta (Dichter), Freud parece considerar o fantasiar – criação que engendra a sua própria efetividade – no âmago da ciência. Pretendemos discutir de que forma aquilo que Freud aponta como sendo da ordem de uma indeterminação na origem do conceito estaria relacionado ao seu recurso à literatura na fundamentação do campo psicanalítico.

Palavras-chave: psicanálise, ciência, literatura, conceito, fantasia.

História da psicologia e racismo no Brasil: práticas e discursos no campo da educação

Laylan Batista Lopes da Silva, Francisco Teixeira Portugal
laylan.blopes@gmail.com
Universidade Federal do Rio de Janeiro

O presente trabalho propõe uma análise histórica do incipiente campo da ciência psicológica no Brasil em consonância com o campo educacional no fim do século XIX e início do século XX. A análise dessa relação proposta é articulada aos aspectos sócio-econômico-culturais brasileiros, como o pós-abolição, a recente República e a leitura da função social da escola difundida pela intelectualidade brasileira. Pensaremos as práticas psicológicas produzidas e seus usos no campo da Educação tomando

como destaque as teorias raciais, importadas dos países europeus e EUA, que se imiscuiram nas teorias e práticas psicológicas. Concebemos a escrita histórica, calcados em Certeau, como produto de uma investigação que se relaciona com o presente. É a partir de um estranhamento da atual configuração do campo da educação pública no país e das práticas psicológicas ali engendradas que buscamos analisar o papel histórico da psicologia no que se refere às relações raciais e aos usos dos testes psicológicos no campo educacional no início do século XX. Partimos de América Latina: Males de Origem de Manoel Bomfim (1905) cuja psicologia possui uma concepção histórica e social antihegemônica, para selecionarmos, como contraponto, as obras de Isaías Alves - grande defensor da utilidade dos testes - e analisarmos o que foi produzido a partir da lógica científica positivista de medição que lhe era inerente. Verificamos na leitura de Teste Individual de Inteligência (1927) e Testes de Inteligência nas escolas (1932) de Isaías Alves o uso da psicologia como uma ferramenta de intervenção nos problemas escolares dado seu status científico. A Educação convoca a Psicologia para solucionar algumas de suas problemáticas na expansão da escolarização no Brasil. Segundo Antunes, é neste diálogo entre as duas áreas que se dá a consolidação da Psicologia enquanto saber científico autônomo, na produção de saberes e práticas referentes ao campo da educação. Patto relata que a expansão do ensino público pautado nos ideais da República vislumbra o "progresso da nação", que por sua vez, é guiado pelas teorias do evolucionismo social e racismo científico. Os testes se difundem a serviço do projeto estatal de universalização da escolarização, reduzindo despesas e aumentando a eficiência da escola, por se tratarem de métodos de classificação objetivos e ferramentas eficientes para homogeneizar as classes. Ao mesmo tempo em que mediam e classificavam o alunado alavancando a reorganização escolar, os resultados dos testes se mesclavam com categorias raciais, produzindo exclusão e patologizando partes do alunado. No livro Da educação dos Estados Unidos relatório de uma viagem de estudos (1933), Isaías Alves apresenta dados dos testes de QI aplicados em estudantes da Bahia estruturados em categorias raciais. Os valores de QI médio apresentados são 86,6 para brancos, 73,6 para pardos e 66,1 para pretos produzindo uma hierarquização racializada da inteligência. A explicação científica proposta e recorrente para tal discrepância era que pardos possuíam coeficiente de inteligência maior do que negros por conta de seu percentual de sangue branco. Isaías também preconiza a necessidade de oferecer educação específica de acordo com as capacidades dos grupos, pensando a organização dos cursos e programas educacionais para que seus alunos possam ser economicamente eficientes e felizes com sua profissão. A ideia de uma ciência neutra que toma números como elementos objetivos, que desvelam uma verdade, produz efeitos não apenas no meio científico, mas circulam em diversas instâncias da sociedade. Os resultados dos testes de QI reproduzem e reforçam o discurso da existência de raças superiores e o projeto político de embranquecimento por meio da mestiçagem. Isaías defendia a reorganização do ensino público, no Brasil, através dos resultados dos testes, percebe-se em seu trabalho o apreço pelas normas científicas na resolução das problemáticas sociais. A Psicologia produz discursos e práticas de controle - conforme a lógica das teorias racistas - no campo da educação no Brasil localizando nas diferenças individuais do alunado as causas do sucesso ou fracasso escolar concebendo este indivíduo estudado como a-histórico. Quando se trata de relações raciais, no Brasil, a psicologia teve papel efetivo na manutenção de privilégios das elites brancas por meio de práticas e discursos, explícitos ou não, que produzem exclusão e segregação. Esta é uma tentativa de contribuir por meio da análise histórica para que a psicologia, cuja neutralidade científica historicamente representa os interesses de um grupo específico, esteja em constante autoanálise de sua prática.

Palavras chave: psicologia, educação, testes de inteligência, história da psicologia, relações raciais.

Fonte de financiamento: CNPq

Um psiconauta em Salvador: a divulgação da psicanálise por Emilio Rodrigué

Sérgio Ribeiro de Almeida Marcondes
serram2011@gmail.com
Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz

Esta apresentação busca estudar o processo de divulgação da psicanálise empreendido por Emilio Rodrigué (1923-2008), psicanalista nascido na Argentina e radicado em Salvador a partir de 1974. Entre o final da década de 1970 e o ano de 2000, ele publicou sete livros, que combinam elementos psicanalíticos, autobiográficos e literários. Nas primeiras obras, o âmbito temporal da reelaboração memorialística do autor é menor, geralmente se referindo, no máximo, a acontecimentos com poucos anos de antecedência; gradativamente, esse âmbito vai aumentando, até chegar em sua biografia de Freud, Sigmund Freud - O Século da Psicanálise, 1895-1995, que no próprio título demonstra a intenção de abarcar um século, além de tentar fazer uma história da psicanálise e inserir a sua trajetória neste contexto. Este aumento temporal também ocorre em sua última autobiografia, El libro de las separaciones, em que Rodrigué rememora toda sua vida e carreira profissional. Rodrigué estudou psicanálise na Argentina e na Inglaterra, e depois ocupou altos cargos em instituições oficiais psicanalíticas, chegando a ser vice-presidente da International Psychoanalytical Association (IPA), a mais importante associação freudiana, em 1969. Porém, no início da década de 1970, rompeu com as instituições oficiais, e se estabeleceu em Salvador, Bahia, onde viveu até sua morte em 2008, escrevendo vários livros, atendendo pacientes e participando da formação de vários psicanalistas baianos. Mesmo não tendo se filiado oficialmente a nenhuma sociedade de psicanálise após chegar a Salvador, Rodrigué foi considerado por vários autores como um dos psicanalistas mais importantes da Bahia e até mesmo da América Latina em geral, e várias sociedades de psicanálise formadas em Salvador homenageiam sua memória e foram fundadas por ex-alunos ou analisandos seus. Em seus primeiros livros individuais, ele dava mais destaque às questões técnicas psicanalíticas e psiquiátricas. Mesmo assim, já aparecem nestas obras a narrativa literária, o bom humor e o estilo próximo de uma conversa entre o autor e o leitor. A partir de El Antiyo-yo: nova proposta amorosa (1980), o estabelecimento do autor em Salvador e sua vida, tanto profissional como pessoal, se tornaram o tema central das obras, e suas experiências com a escrita e as maneiras de reconstruir sua memória foram cada vez mais ousadas e transgressoras. Na escrita de seus livros, principalmente após o estabelecimento em Salvador, o autor praticou experimentos com a linguagem, com o estilo narrativo e, em especial, com a própria questão da transmissão da memória pessoal. Desta maneira, como Rodrigué rompia com o padrão habitual de livros escritos por psicanalistas, são constantes as referências tanto à dificuldade de se enquadrar sua produção em um gênero específico quanto ao fato de que seus escritos seriam inovadores. Defendo que sua inovação não está tanto no gênero literário, uma vez que autobiografias com elementos literários já haviam sido escritas por outros psicanalistas anteriormente a ele, mas sim está em seu estilo de escrita, em seus experimentos com a maneira de relatar suas memórias e na sua ruptura com os padrões convencionais, tanto das autobiografias como das obras escritas por psicanalistas. Assim, podemos dizer que Rodrigué foi um personagem desafiador e transgressor e que tinha uma visão libertária e alternativa da psicanálise e das questões culturais. Em suas obras autobiográficas, além de trabalhar com a reconstrução das suas memórias mediada pela literatura, ele também escreveu uma história da psicanálise na qual se incluía e buscou divulgar conceitos psicanalíticos

de uma forma leve e bem-humorada, acessível inclusive para leigos. Como ele apontava em A lição de Ondina, "este livro não é de técnica nem de teoria psicanalítica, muito menos um romance, ainda que seja o gênero a que mais se aproxima: É UMA PSICANÁLISE APLICADA A MIM MESMO".

Palavras-chave: história da psicanálise; Emilio Rodrigué; divulgação da psicanálise; autobiografia; Salvador, Bahia

Fonte de financiamento: Bolsa Capes

A revista Psyke na divulgação dos saberes "psi"

Ede C. Bispo Cerqueira
dy_cbc@hotmail.com
COC -Fiocruz

Nesta comunicação procuro apresentar uma parte da minha tese de doutorado em desenvolvimento, onde discuto formas de divulgação científica empreendidas pelo médico e escritor Cláudio de Araújo Lima (1908-1978) ao longo de seu itinerário profissional. Apresento, aqui, os primeiros anos de suas realizações como intelectual mediador, utilizando como referências teóricas os trabalhos de Jean François Sirinelli e Angela de Castro Gomes para pensar o papel deste ator dentro da história dos intelectuais. Restrinjo a análise a um periódico dirigido por ele na década de 1940, a revista Psyke – Revista didática e científica de Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise, procurando observar quais os temas discutidos e divulgados nesta. Cláudio de Araújo Lima, natural de Manaus, Amazonas, foi médico legista e psiquiatra, ensaísta, romancista, dramaturgo e tradutor. Ao longo de sua carreira como médico e escritor, empreendeu a divulgação para o público leigo de teorias psiquiátricas, psicológicas e filosóficas por meio de obras literárias, biografias, ensaios político-psicológicos, revistas e do teatro. Poucos foram os seus trabalhos eminentemente técnicos, publicados em revistas especializadas ou na forma de livros, sendo estes em geral dedicados ao estudo da psiquiatria forense. Araújo Lima concluiu seus estudos em medicina pela FMRJ em 1932, assumindo, nos anos seguintes, diversos cargos na capital federal. Neste primeiro período de sua carreira, as décadas de 1930 e 1940, Araújo Lima foi editor fundador da revista Psyke, que circulou entre 1947 e 1948. Uma das primeiras revistas brasileiras a se especializar no estudo simultâneo destas três áreas dos saberes "psi", era um periódico independente, no sentido de que não estava ligada a qualquer instituição médica ou governamental, sendo publicada no Rio de Janeiro pela editora de mesmo nome, possivelmente constituída para este fim. A editora também funcionava como representante de outras duas revistas, a francesa Psyché e a italiana Psicoanálisi. A aproximação dos membros da revista Psyke com a citada revista italiana se deu por intermédio do psiquiatra Júlio Paternostro (1908-1950), que, em 1946, viajou para a Itália para realizar sua formação em psicanálise sob a direção de Joachim Flescher, então diretor da revista Psicoanálisi. Na revista brasileira, acima mencionada, Paternostro ocupou as funções de membro fundador do conselho editorial e editor chefe da seção de psicanálise. Nesta seção ele publicou, no primeiro número da revista, um artigo sobre Freud e outro sobre os princípios básicos da psicanálise, este último em parceria com o psicólogo italiano Fabrizio Napolitani (1924-1996). Este foi convidado por Araújo Lima, em 1947, a participar do conselho de redação da revista Psyke e a trabalhar com ele na Clínica Psiquiátrica Santa Alexandrina, como assistente de psicólogo. Napolitani também trabalhou como assistente técnico no Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), a partir de 1950, sob a direção do psiquiatra e psicólogo espanhol Emílio Mira y López (1896-1964), que também foi editor fundador e chefe da seção de psiquiatria da revista. Outros membros do conselho editorial da revista foram o filósofo

e professor de psicologia Euryalo Cannabrava e a professora Edith Ramos, ambos funcionários do ISOP. No segundo ano de circulação da revista, Araújo Lima passou a dividir a direção desta com Júlio Paternostro e Ruy Jacobina, e no conselho editorial foi incorporado o nome da psiquiatra Nise da Silveira. Os editores da revista Psyke apresentavam, no editorial de lançamento, como principal objetivo da publicação a intenção de "ser como que um ponto de contato entre os cultores das ciências psicológicas", e também um espaço para o "debate honesto dos fatos e opiniões", buscando um "ajustamento das divergências doutrinárias que, por sua contínua multiplicação, alongam em vez de encurtar o caminho para elucidação dos problemas, que fazem a alma humana dia a dia mais ignorante de si mesma." No conselho editorial da revista, assim como no seu primeiro número, é perceptível uma influência grande da psicologia aplicada, principalmente entre aqueles que trabalhavam com Mira y López no ISOP, e uma presença da filosofia, mais especificamente, da fenomenologia como influência para novas leituras e práticas sobre os saberes "psi". No pouco tempo de duração da revista Psyke, formou-se, no seu conselho editorial e entre seus colaboradores, um grupo de especialistas nas três áreas a que se dedicava, que possuíam bastante renome entre seus pares, na época, e contribuíram bastante, posteriormente, para o desenvolvimento no Brasil dos campos da psicologia e da psicoterapia.

Palavras chave: Cláudio de Araújo Lima, história intelectual, periódicos, divulgação científica.

Estudos sociobibliométricos sobre o processo de institucionalização da Análise do Comportamento no Brasil (1976–1986)

Rodrigo Lopes Miranda;Jaqueline de Andrade Torres
rlmiranda@ucdb.br
UCDB

A sistematização da Análise do Comportamento no Brasil teve início com a chegada de Fred Simmons Keller (1899–1996) ao país, em 1961. O processo para sua vinda foi iniciado em 1959, com uma carta-convite de Myrthes Rodrigues do Prado (de certa forma, em nome de Paulo Sawaya, então diretor da Universidade de São Paulo – USP), para que viesse criar um laboratório como o da Universidade Columbia. Tal convite foi o gatilho para conversas entre USP, Keller e Comissão Fullbright, possibilitando o intercâmbio que colocaria os Estados Unidos como um dos berços da Análise do Comportamento brasileira. A comunidade de estudiosos de análise do comportamento brasileira começou a se organizar, desenvolvendo mecanismos de institucionalização, como a organização em associações e a circulação de periódicos especializados. Nesse sentido, as primeiras associações foram a Associação de Modificação do Comportamento (AMC) e a Associação Brasileira de Análise do Comportamento (ABAC). A primeira publicou os periódicos Modificação de Comportamento: pesquisa e aplicação (1976–1977) e Cadernos de Análise do Comportamento (os seis primeiros números, de 1981 a 1984); a segunda, os Cadernos de Análise do Comportamento (dois últimos números, de 1985 a 1986). Esses periódicos constituíram a amostra deste estudo historiográfico, que foi uma pesquisa de História do Tempo Presente, situada no domínio da História das Ciências e no campo da História da Psicologia; bem como usou recursos de História Quantitativa, revisão bibliográfica, sociobibliometria e cientometria. Esta pesquisa objetivou descrever a analisar aspectos do processo de institucionalização da Análise do Comportamento no Brasil, entre 1976 e 1986. Para isso, foram: (a) identificados e caracterizados os atores envolvidos com as publicações veiculadas nos referidos periódicos; (b) descritas e analisadas as referências intelectuais que circulavam entre esses atores; e (c) identificados e analisados os conteúdos dessas publicações. Ao todo, foram 40 estudos e 12 textos institucionais. A maioria foram oriundos do

Estado de São Paulo, sede e foro da primeira associação, sede das empresas que prestaram serviços gráficos para as associações, e local de chegada de Keller. Houve publicações de Estados Unidos, Canadá e México, denotando a importância dos dois primeiros como berços da Análise do Comportamento brasileira e do terceiro como rota de circulação dessa ciência na América Latina. Quanto ao gênero, prevaleceram os homens, apesar de historicamente a Psicologia ter um perfil feminino e da forte presença das mulheres na Análise do Comportamento no Brasil; no entanto esse resultado não surpreende, já que os homens têm maior empregabilidade e, à época, recebiam maiores salários que as mulheres na Psicologia brasileira. Tiveram destaque as grandes áreas de estudo: questões filosóficas e epistemológicas; e educação. Isso está de acordo com os processos de organização e estabelecimento da Psicologia como profissão no Brasil, bem como da institucionalização da Análise do Comportamento no país. Ademais, é importante mencionar que, à época, transformações na área da educação estavam em curso. Houve predominância de pesquisas teórico-conceituais e aplicadas, em detrimento das básicas. Tal movimento parece ter tido como motivação a vontade de suprir as demandas do mercado de trabalho. Burrhus Frederic Skinner (1904–1990), desenvolvedor do Behaviorismo Radical, foi a referência intelectual mais consultada, seguido por estudiosos que se dedicaram à Análise do Comportamento Aplicada. As conclusões deste estudo apontam para São Paulo como um local importante no processo de institucionalização da Análise do Comportamento no país, mesmo após o fenômeno conhecido como diáspora (de estudantes e analistas do comportamento pelo Brasil e para outros países, ocorrida como consequência da ditadura); ainda, a comunidade que se organizava parecida preocupada em atender ao mercado de trabalho, via Análise do Comportamento Aplicada (ou, talvez, aplicação da Análise do Comportamento) aliada a preocupações filosóficas e epistemológicas (estas concentradas a partir da década de 1980). Ademais, parecia haver conflitos interpessoais nessa comunidade, o que pode ter atrapalhado sua organização e manutenção, aliados aos problemas financeiros característicos da ciência brasileira. Finalmente, é importante mencionar que esta pesquisa não pretendeu contar "a" história de institucionalização da Análise do Comportamento no Brasil e seus autores entendem que mais estudos são necessários para confirmar as inferências levantadas a partir dele.

Palavras-chave: História das Ciências; História da Psicologia; História do Behaviorismo; História da Análise do Comportamento; Institucionalização.

O brincar, a cidade e as afetações: a escrita de cartas como uma aposta teórico-metodológica e política de resistência na pesquisa em psicologia

Deborah da Silva de Souza; Laura Cristina de Toledo Quadros
deborah_de_souza@yahoo.com.br

O presente trabalho se constitui a partir de uma pesquisa de mestrado em andamento que tem como objetivo investigar os espaços de circulação dos sujeitos em que ocorra expressão, articulação e ocupação do brincar na cidade do Rio de Janeiro. Tal investigação apresenta como aposta teórico–metodológica a escrita de cartas como política de resistência. Apesar de ter sido utilizada em diversos contextos históricos da humanidade, a carta é pouco empregada no meio acadêmico. Contudo, ao afirmarmos aqui essa possibilidade como uma proposta na academia, partimos de postulados de um fazer ciência num enfoque não moderno, onde afastamo-nos da busca de generalizações e imparcialidades e aproximamo-nos das afetações que emergem no campo de estudo. Desse modo, nosso objetivo é mostrar a escrita de cartas como possibilidade de fazer pesquisa, fazer ciência em Psicologia Social. Partindo dos estudos Ciência,

Tecnologia e Sociedade (CTS), nos apoiaremos, principalmente, em autores com viés teórico-metodológico da Teoria Ator-Rede (TAR) que têm a utilização de cartas em suas produções acadêmicas como estratégia de narrativa e descrição dos eventos experimentados no campo de conhecimento. Posto isso, a carta além de ser uma aposta teórico-metodológica, é sobretudo uma aposta política e de resistência na construção da pesquisa. Uma aposta em um exercício de fazer ciência engajado com aquilo que se produz no encontro entre a/pesquisador(a) e seu campo de pesquisa. A carta se concebe como um laboratório de investigação onde essa pesquisadora e sua pesquisa transbordam o que é vivido no campo. A missiva é um convite a um modo de pesquisar, escrever, que mostra as dificuldades e as possibilidades da relação entre a vida e a academia, apoiado no "PesquisarCOM" proposto por Moraes (2010). Ela é aberta, parte de uma escrita que nos apresenta o trajeto, a história de um momento, de um processo, nos possibilitando pensar na relação entre a vida e a escrita, e a indiscernibilidade entre ambas (Moraes & Bernardes, 2014). A escolha de composição de um trabalho utilizando a escrita de cartas apresenta-se a partir da possibilidade que a mesma tem de aproximar o leitor a um exercício de diálogo, trocas, endereçamento, conexão, afeto. Permitindo ao legente entrar no seu mundo, na sua escrita. Na pesquisa de mestrado que aqui se torna contorno do presente trabalho, a metodologia de escrita de cartas mostra-se atuante nos encontros nos espaços públicos, ao chamar os atores ao diálogo, a conversar sobre o brincar, a partir daquilo que o campo convida e afeta ao apresentar as versões das atividades lúdicas na cidade. Uma maneira de se debruçar na pesquisa de forma mais encarnada, com a aproximação e interação com o brincar em suas diferentes manifestações, a partir de uma investigação que se desdobra no fazer e nas afetações que o campo produz. Com a utilização das cartas na produção de escrita e pesquisa, torna-se importante pensarmos em outras formas de procedimentos, em que os afetos possam atravessar, dando corpo aos encontros (Battistelli, 2017). A carta tem o intuito de fazer parceria e criar proximidade, nos colocando em posição simétrica com quem se dialoga. Ela tem a intenção de abrir e manter conversas, de fazer diálogos acontecer. Logo, ela se faz uma escrita aberta. Aberta à escrita, aberta à pesquisa, aberta ao mundo, pois a carta caracteriza-se como uma abertura possível para um mundo outro (Ferreira, 2014). Assim, propomos com esse trabalho, a partir da aposta de utilização da escrita de cartas na academia, apresentar um outro modo de investigação em Psicologia Social. A utilização das cartas na pesquisa em curso citada, está se apresentando como uma metodologia inventiva, performativa, a partir de uma maneira de pesquisar e escrever que é situada, mostra suas marcas, suas práticas, suas resistências, suas hesitações, seus desvios. A carta nos coloca uma possibilidade (ou talvez necessidade) de povoar uma escrita, povoar ciência, povoar mundos. Portanto, apresentaremos o modo como estamos utilizando essa metodologia, bem como nossas primeiras incursões no campo dessa pesquisa que envolve os espaços públicos e os diversos modos de sua ocupação através do brincar e seus atores.

Palavras-chave: Carta, Brincar, Ciência, Resistência, Psicologia Social

Fonte de financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A legitimação da psicanálise nos currículos de psicologia na argentina: representações sobre as práticas profissionais

María Eugenia González
eugeblur@gmail.com
Instituto De Investigaciones En Ciencias Sociales Y Humanidades - Consejo Nacional De Investigaciones Científicas Y Técnicas- Universidad Nacional De Salta

O predomínio da Psicanálise nos cursos de graduação em Psicologia na Argentina tem sido historicamente construído desde os inicios destes cursos, em meados da década de 1950. Posteriormente, na década de 1960, com as primeiras turmas de psicólogos no país, a orientação clínica e psicanalítica nas práticas profissionais foi se tornando prevalente também no âmbito laboral. Com o decorrer dos anos a formação dos psicólogos na Argentina e o exercício profissional dos psicólogos continuaram sendo de base psicanalítica, sob a influência de diferentes referenciais teóricos. Considerando estes antecedentes, neste trabalho forma analisadas as práticas profissionais de alguns agentes universitários (professores e graduados), para observar a quantidade deles que efetivamente exercem essa orientação teórica num período recente (2000-2012). Embora a prática profissional constitua uma dimensão extracurricular, as representações em relação às abordagens teóricas principalmente utilizadas no âmbito laboral circulam no currículo e constituem um recurso de legitimação para os agentes que tentam promover uma abordagem ou outra nas universidades. As representações foram consideradas aqui como uma forma de interpretar, mas também de construir os currículos de Psicologia. Utilizando uma estratégia metodológica qualitativa e quantitativa, foram aplicados questionários a 64 agentes universitários de cursos públicos e particulares de Argentina. Por meio destes questionários, se interrogou aos agentes sobre diversos aspectos a fim de analisar as suas representações. Um dos aspectos trabalhados foi a orientação das práticas profissionais e os motivos que justificaram essa escolha. Concluiu-se que a Psicanálise é a orientação teórica mais adotada pelos agentes. No caso dos professores, mostram-se aqui as características com que eles conceberam a sua função de ensino. Foram abordadas as estratégias que eles utilizaram para neutralizar os conflitos entre a Psicanálise e a Universidade. Estas se basearam principalmente em separar e mudar as funções entre professor e psicanalista. Os professores também foram interrogados em relação à abordagem mais escolhida entre os estudantes. A maioria deles afirmou que a Psicanálise constitui a abordagem preferida entre os mais jovens. Os professores destacaram principalmente que a visão do psicólogo como um psicanalista, construída historicamente, tem influência sobre os estudantes e sobre a sua escolha teórica. Os professores também se referiram à diminuição do impacto destes aspectos em um período recente, e à influência do crescimento de outras abordagens teóricos. Os graduados, como ex-estudantes, também afirmaram exercer majoritariamente a Psicanálise. Observou-se uma clara correspondência entre a importância do ensino em Psicanálise nos planos de estudo dos cursos e nos programas das disciplinas, o grande reconhecimento dado aos professores que adotam essa orientação, e em decorrência, às práticas profissionais dos graduados. Sobretudo, eles justificaram a sua prática, com conceitos próprios da doutrina freudiana e lacaniana. Em menor medida, os graduados argumentaram também sobre a importância da combinação da orientação psicanalítica com outras abordagens teóricas nas práticas profissionais. Isto mostrou a flexibilidade da Psicanálise na articulação com outros discursos e teorias.

Palavras-chave: Psicanálise, Psicologia, Universidade, Currículo, Argentina

A história da psiquiatria e sua preservação documental por meio da Base de dados História e Loucura

Laurinda Rosa Maciel; Raisa Capela
laurindamaciel@gmail.com
Fio-Cruz

Este trabalho tem como objetivo apresentar a Base de Dados História e Loucura, que se encontra hospedada no endereço www.historiaeloucura.gov.br, e foi elaborada para tornar públicas as informações acerca da documentação produzida pelo antigo Hospício de Pedro II. Tal instituição passou por várias denominações no decorrer do tempo, sendo as mais conhecidas como Hospício Nacional de Alienados e Hospital Nacional de Alienados. Ao longo de sua trajetória como instituição asilar, produziu imensa documentação constituída de relatórios, fotografias, cadernos e livros de observação, prontuários médicos, dentre outras categorias que se constituem em verdadeiro tesouro para pesquisas nesta área. Atualmente este acervo arquivístico se encontra dividido entre quatro instituições custodiadoras: Imas Nise da Silveira, Imas Juliano Moreira, Museu Penitenciário e Pavilhão de Observação, que faziam parte da estrutura organizacional do Hospital Nacional de Alienados. Esta documentação é um patrimônio documental de inequívoca riqueza e importância e sua preservação significa manter fontes de pesquisa essenciais para se conhecer as formas de tratamento empregadas pelos médicos ao longo dos anos, os diagnósticos dados, bem como os medicamentos e formas de tratamento mais utilizados, as características sociais dos internos e seu perfil, dentre vários outros aspectos. Importante dizer que esta atividade é uma das propostas no bojo do projeto de pesquisa "Do Hospício de Pedro II ao Hospital Nacional de Alienados: cem anos de histórias (1841-1944", coordenado por Cristiana Facchinetti, da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. A elaboração da Base de Dados História e Loucura foi a alternativa pensada para termos conhecimento e acesso aos documentos que constituem o período de funcionamento do Hospital Nacional de Alienados desde sua criação até os anos 1940. A utilização do sistema Ica-atom, um software livre cuja customização foi executada por técnicos da Casa de Oswaldo Cruz, tendo em vista a especificidade de fontes documentais da área da saúde, significou a possibilidade de sistematizar informações sobre este Fundo, criando mecanismos de controle sobre ele e possibilitando sua acessibilidade pelas diferentes instituições. O sistema Atom é gratuito e permite a montagem de um ambiente multinível em conformidade com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), possibilitando um acesso multilíngue e a união de acervos de diferentes instituições arquivísticas, justamente como é o caso desta documentação. Esta escolha foi pautada tanto nos custos reduzidos de instalação, customização e manutenção, como na perspectiva de dialogar com outras instituições que já utilizam o mesmo sistema ou venham a utilizá-lo. Vale ressaltar que esta estratégia está de acordo com a Lei de Acesso à Informação, nº 12.527, de novembro de 2011. O Fundo HNA (Hospital Nacional de Alienados) está pulverizado em quatro instituições distintas, como já dissemos, e com a Base de Dados recém-criada, temos acesso às informações que mostram a descrição dos documentos principais que o constituem. Podemos encontrar ainda as características de tais documentos, ano de sua produção, dimensão e suporte, nomes e termos encontrados, dentre outros dados importantes. A Base História e Loucura nos proporciona a possibilidade de desenvolver um trabalho em conjunto com as quatro instituições e, ao mesmo tempo, dá muita independência, uma vez que cada uma delas possui autonomia para inserir as informações de acordo com o avanço dos trabalhos em seus locais de origem. Fundamental é estar em sintonia com as formas de descrição utilizadas, bem como os termos para proporcionar uma busca de qualidade. O pesquisador terá possibilidade de conhecer que documentos se encontram em quais instituições e isto gera agilidade e

refinamento em sua pesquisa, significando ganho de tempo e efetividade de ações. Outro dado que nos parece especialmente importante é o fato de estabelecermos parcerias entre as instituições detentoras desta documentação de fundamental importância para o entendimento não só da psiquiatria no Brasil, bem como de sua consolidação como prática médica e social. Preservar, oferecer longevidade e compartilhar o acesso a tais documentos é elemento crucial para o fortalecimento do saber empírico e intelectual da comunidade acadêmica e para a manutenção e difusão do patrimônio cultural das ciências e da saúde.

Palavras-chave: Arquivos; Hospital Nacional de Alienados; documentação e registros clínicos; base de dados.

Fontes de financiamento: CNPq

A conduta como fato científico no DSM-5: psiquiatrização, risco e delinquência

Murilo Galvão Amancio Cruz; Rafaela Teixeira Zorzanelli
murilogac@gmail.com
IMS/UERJ

Este trabalho visa explorar a categoria de Transtorno de Conduta (TC), dentro do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), e sua associação com o campo da infração juvenil. Nosso objetivo é analisar o processo de psiquiatrização da conduta inserido no contexto do dispositivo de segurança cujo objetivo, neste caso, é a gestão da delinquência. A literatura, aliada ao paradigma epistemológico dos manuais em psiquiatria, tem apontado uma correlação entre adolescentes em conflito com a lei e transtornos psiquiátricos, com ênfase para o TC. Em contrapartida, ignora-se uma possível análise sociológica dessa associação, ou seja, a de que o uso desses diagnósticos pode ser um instrumento de classificação e manejo de condições que poderiam ser compreendidas como desdobramentos da vulnerabilidade social desses indivíduos. Com efeito, esta população não passa indiferente aos processos de medicalização e suas características, muitas vezes, são interpretadas como estados patológicos que se sobressaem à sua realidade social. Dentro do contexto do DSM, o TC ganha força a partir da terceira edição, em 1980, em que há uma ruptura com a visão psicanalítica dos Transtornos Mentais e uma valorização das neurociências, da epidemiologia e da genética. De acordo com o manual, a característica essencial deste transtorno é um problema no autocontrole das emoções e dos comportamentos, o que ocasionaria a violação nos direitos de outrem, e coloca o sujeito com TC em conflito com normas sociais ou figuras de autoridade. Seus critérios diagnósticos até hoje são, exclusivamente, morais. Sendo assim, não é difícil compreender o por quê de sua associação, no campo científico, com a infração adolescente. Todavia, como demonstra Fleck, os fatos científicos são produtos de uma atividade social e coletiva de construção do conhecimento, que carrega um caráter intrinsecamente histórico atrelado necessariamente ao coletivo de pensamento, isto é, a comunidade de pessoas que partilham conhecimento a partir de um paradigma específico. Nesse sentido, o fato científico só existe em relação ao coletivo de pensamento. Assim, o DSM e os estudos de prevalência só possuem sentido se contextualizados com seus pares, que formularam metodologias e definições para os Transtornos Mentais. Já no contexto mais amplo da saúde mental, estas metodologias e definições não são universais e consensuais e, portanto, sua legitimidade assume um caráter limitado e relativo. Assim, sendo o conhecimento produto de uma atividade social, podemos endereçar questões à gênese e ao desenvolvimento destes fatos no contexto social e histórico no qual ele emerge. De fato, o modelo diagnóstico da psiquiatria contemporânea, presente no DSM, vem sofrendo inúmeras críticas dado o seu

caráter abrangente, estatístico e descontextualizado, que auxilia na supressão da barreira entre o normal e o patológico no que se refere à saúde mental. A banalização do uso de classificações psiquiátricas é efeito de um processo de medicalização da vida que tornou a conduta desviante um objeto da medicina. No entanto, como vimos, este processo não atinge a todos da mesma maneira e o que transparece é um processo de medicalização da pobreza, no qual a história de vida coletiva de uma população, imersa em uma profunda desigualdade social, é apagada para dar lugar a uma patologia individual. Nesse contexto, é perceptível o quanto as categorias psis são carregadas de valores. Para Caponi, tais valores estão relacionados ao dispositivo de segurança. É, principalmente, a partir da noção de risco que o manual passa a integrar um sistema que não serve apenas à psiquiatria, mas a um aparelho de controle social sobre os corpos, que tem como objetivo manter a ordem social e eliminar, desde a primeira infância, qualquer conduta ou comportamento desviante a fim de evitar problemas no futuro. Nesse contexto, vemos se fortalecer o que Foucault chamou de medicina do não patológico, que funcionaria mediante um poder autônomo, intrínseco à sociedade, que caminha entre a área médica e jurídica, o poder de normalização. O que está por trás deste poder é a produção do anormal, que nasce dessa junção de saberes médicos e jurídicos, e que não responde mais apenas ao campo da lei, mas da norma, uma vez que seus comportamentos e estilos de vida serão cruciais na delimitação de seu crime ou diagnóstico. A prática da psiquiatria contemporânea, portanto, merece especial atenção para que possamos contextualizar seus usos e compreender sob quais conjunturas os diagnósticos são produzidos, bem como os efeitos que impõem.

Palavras-chave: fato científico; psiquiatrização; transtorno de conduta; DSM; risco.

Fonte de financiamento: CAPES

O tratamento destinado às pobres e loucas na Primeira República: O saber médico-psiquiátrico como ferramenta da normatização

Letícia Palmeira Martins; Tamiris Rejane Moreira Freitas; Letícia Palmeira Martins; Mariah Martins; Renata Patricia Forain de Valentim.
let_fac@hotmail.com
UERJ

Esta pesquisa vem sendo desenvolvida na UERJ, contemplada com bolsas FAPERJ e UERJ de iniciação científica. Tendo o Rio de Janeiro da Primeira República como cenário e modelo para a superação do passado imperial, há na cidade diversas políticas higienistas e eugênicas para a tão almejada modernização. A partir dos ideais europeus começa-se a se pensar em outro modelo de organização e ocupação do espaço urbano. Em meio a tantas mudanças estruturais e intelectuais, o Rio de Janeiro passa a lidar com os loucos – e outras populações marginalizadas – de outra forma. Em nome da ordem urbana já não se permitia a livre circulação pela cidade, e cabia à tríplice aliança estado-polícia-medicina controlar, fiscalizar e cuidar dessa população. Nesse sentido, essa pesquisa emerge do interesse em compreender a lógica do tratamento destinado às mulheres pobres tidas como loucas, e, portanto, duplamente marginalizadas. A partir da análise dos prontuários das indigentes transferidas do Hospício Nacional para a recém-inaugurada Colônia do Engenho de Dentro, em 1911, bem como através da análise dos relatórios e correspondências de seus diretores e coordenadores, quer-se pensar se também há alguma implicação entre a criação da colônia e os ideais higienistas e eugenista que atravessavam a modernização da cidade. E, havendo esta relação, quais eram os dispositivos de controle e tratamento destinados a essas mulheres consideradas "indigentes". Utiliza-se como fundamentação teórico-metodológica para coleta de dados a análise de fontes bibliográficas e de fontes primárias abrigadas no Centro de Documentação e

Memória do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (prontuários) e no Arquivo Nacional (relatórios, processos e ofícios). Como instrumento de análise discursiva para interpretação dos dados coletados foi utilizado o conceito bakhtiniano de Dialogicidade, que possibilitou relacionar a fundação da colônia feminina do Engenho de Dentro a outros enunciados que lhes eram contemporâneos. Na análise dos prontuários foi possível constatar a ação conjunta da polícia e da medicina na internação das pacientes, visto que todos os 27 prontuários pesquisados possuíam uma guia policial para admissão no hospício, documento imprescindível para a entrada das indigentes; além da contradição diagnóstica, explicada pelas diferentes influências das escolas psiquiátricas alemã e francesa e que se manifestava nas discordâncias diagnósticas entre os alienistas Juliano Moreira e Henrique Roxo. Essa contradição é comprovada nos documentos encontrados no Arquivo Nacional em que se revelam as dificuldades no desenvolvimento do saber psiquiátrico pautado nas referências europeias. Outro ponto a ser destacado é a especificidade do funcionamento interno da colônia, descrito nos documentos como uma espécie de fábrica, com tabelas sobre produção e lucro adquirido durante os anos. Devem ser reconhecidos ainda os tipos de tratamentos destinados às mulheres, que iam desde hidroterapia e eletroconvulsoterapia, até o chamado tratamento moral, em que as mulheres deviam trabalhar em tarefas como avicultura, agricultura, colchoaria, dentre outras. Todos estes pontos levam ao encontro dos ideais de modernização da cidade, uma vez que a criação das colônias também fazia parte de uma lógica moral e produtivista, em que o trabalho compulsório fazia parte da redenção da loucura. Nesse sentido, estar curada era também estar adaptada os moldes de produção capitalista, característica indispensável para a construção de uma cidade modernizada. A pesquisa encontra-se em andamento e nos próximos passos pretende-se investigar se o mesmo tratamento era destinado às mulheres abastadas, entretanto já é possível identificar a construção de um modelo institucional de feminino que se apoia no discurso médico-psiquiátrico, eugênico e higienista da época.

Palavras-chave: loucura, mulheres, pobreza, psiquiatria.

História da Psicologia e Infância: revisitando concepções e conceitos.

Priscilla Menescal Vieira Dos Santos
primenescal@hotmail.com
UFG

Este trabalho configura-se como parte de uma pesquisa de mestrado em andamento vinculada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFG (PPGP-UFG) e fundamenta-se na teoria Histórico-Cultural de Vigotski. As teorizações de Vigotski lançam luz no que é tradicionalmente hegemônico na psicologia, bem como outros autores/as contemporâneos que subsidiaram o percurso de pesquisa e também se propõem a rever as bases da psicologia do desenvolvimento e as concepções de infância na psicologia. Vigotski caminha na contramão de uma concepção naturalista de infância e de desenvolvimento, ao propor a investigação da infância histórica, por meio da apresentação das leis históricas do desenvolvimento humano. Sem abrir mão da base biológica do desenvolvimento, Vigotski sustenta o social como a verdadeira fonte do mesmo, de onde emergem as possibilidades propriamente humanas. Sendo assim, o objetivo é investigar como a concepção naturalista de infância tem subsidiado as pesquisas de doutorado em psicologia sobre a infância. Esta pesquisa configura-se como uma pesquisa bibliográfica e conceitual, sendo o corpus composto por trabalhos publicados entre 2010 e 2015, encontrados por meio dos descritores de busca: infância + criança, no portal da BDTD (Biblioteca de

Dissertações e Teses Digitais). A pesquisa envolveu a construção de um roteiro de análise com base no levantamento bibliográfico realizado previamente. Os resultados parciais obtidos pela análise de uma tese de doutorado expressam a presença da concepção naturalista de infância, fortemente alicerçada pela psiquiatria, e tendo como parâmetro a criança normal definida por critérios de idade e QI. Para o desenvolvimento do trabalho foi feita a retomada histórica da institucionalização da psicologia como disciplina científica, que ocorreu em torno dos marcos do que deveria ser considerado científico no século XIX: a quantificação, comparação e padronização. De modo que uma psicologia empírica só foi possível graças ao rigor de uma experiência cientificamente mediada e matematizada, rigor alcançado por Wundt por meio da ciência da experiência. E assim, foi no interior da psicologia, comprometida com os parâmetros das ciências naturais, que a infância laica e naturalista ganhou forma, subsidiada pelos estudos da criança. Tais estudos são anteriores à psicologia, mas fortalecem-se com a mesma, inicialmente ocorrendo no intuito de solucionar a equação primitivo/civilizado, em que a mentalidade das crianças foi comparada à dos povos "primitivos". O primeiro estudo da criança foi realizado por Darwin em 1840, no qual já se propunha a solução de continuidade entre humanos e animais, mas foi Ernst Haeckel (1834-1919) quem mais influenciou nos estudos comparativos, pois, com a embriologia, estabelecia uma matemática simples: o selvagem está para a origem do homem civilizado, assim como a criança está para a gênese do adulto ocidental. Dessa forma, Ernst Haeckel ficou conhecido por afirmar que o desenvolvimento embriológico do indivíduo poderia indicar as linhagens evolutivas. Sua teoria foi denominada recapitulação cultural, na qual o indivíduo em seu crescimento passaria por estágios correspondentes às diferentes formas adultas de seus antepassados primitivos, ou seja, a ontogênese remontaria a filogênese. Juntamente com esta teoria, o darwinismo social e o determinismo biológico fiavam-se na premissa de que as normas comportamentais e, as diferenças sociais entre grupos humanos originam-se de distinções raciais e, portanto, são herdadas e inatas, e a sociedade representaria apenas um reflexo fiel da biologia. Assim, os estudos da criança serviram para subsidiar investigações sobre a espécie, a raça e a mente e demarcaram a posição inferiorizada da criança na sociedade ocidental, juntamente com o primitivo e o idiota. A partir de Binet (1857-1911), na psicologia, estes estudos se seguiram a fim de definir os parâmetros de normalidade da inteligência, e em seus testes mentais foi definido o conceito de "idade mental", sendo a idade um parâmetro fundamental para a avaliação da criança no início do século XX. Além disso, as teorias do desenvolvimento fundamentaram-se em três características básicas: a teleologia, a necessidade e a endogenia. Em que o desenvolvimento humano é entendido respectivamente como orientado para um fim, geralmente na direção de uma progressão unilinear, do simples para o mais complexo (teleologia); cada estágio é pré-condição para o estágio seguinte, e sugere a ideia de uma invariabilidade cultural, ou seja, os seres de todas as culturas passam pelos mesmos estágios (endogenia); e por último, o desenvolvimento é entendido como auto-impulsionado, definido e fixado genética e biologicamente (endogenia). Com isso, tornou-se possível a produção da "criança normal" e da "infância-etapa", ideias presentes na concepção naturalista de infância, baseadas no entendimento do desenvolvimento da criança como um embrião que cresce e se desenvolve apenas por um processo de maturação biológica. Assim, o foco da investigação está nas teorias do desenvolvimento, pois apresentam concepções de infância a partir do estudo do desenvolvimento da criança, em geral concepções de uma infância natural, eterna e normal. Além da ampla investigação sobre a história social da infância e a constituição de sua concepção moderna, a contribuição desta pesquisa se centra na discussão metodológica das pesquisas sobre infância em psicologia, sem desconsiderar o caráter ético-político da produção de conhecimento, tal como a proposta de uma psicologia crítica.

Palavras-chave: história da psicologia, infância, desenvolvimento humano, concepção naturalista de infância.

Fonte de financiamento: FAPEG

O Arquivo Mira y López: organização e catalogação inicial de documentos

Filipe Degani-Carneiro; Luiza Miranda Mello e Silva;
Letícia Oliveira Silva; Ana Maria Jacó-Vilela
filipe.degani@gmail.com
UERJ

Este trabalho consiste em um relato de pesquisa em andamento que visa a catalogar a documentação que consta no arquivo pessoal do casal Emilio Mira y López e Alice Galland de Mira. Mira y López foi criador do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas (no Rio de Janeiro) (1947), da Associação Brasileira de Psicotécnica (1949), da revista Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (1949) e do anteprojeto de regulamentação da profissão de psicólogo, de 1954 (que, após uma série de debates e conciliações, redundou na lei 4119, de 27 de agosto de 1962). Entre as décadas de 1940 a 1960, Mira y López agregou em torno do ISOP um grande número de profissionais interessados no estudo e no treinamento profissional em Psicologia. Merece destaque o maciço predomínio de mulheres dentre os alunos e técnicos que trabalhavam no ISOP, a ponto de serem chamadas (não sem certa dose de sarcasmo) de "miranetes" ou "miragirls". Em especial, destaca-se a figura de Alice Madeleine Galland de Mira, esposa de Mira y López, e reconhecidamente a principal responsável pelo trabalho de validação daquela que é, sem dúvida, a principal obra de seu marido: o Psicodiagnóstico Miocinético (PMK) – um clássico teste que ainda hoje é empregado, notadamente para avaliação psicotécnica visando à habilitação de motorista. Sabemos que, durante a vida de seu marido e após seu falecimento, Alice Mira dedicou-se à guarda de documentos referentes ao que poderíamos chamar sua "vida pública" – artigos, entrevistas ou citações em jornais, comprovantes de participação em eventos etc. Além disto, D. Alice guardou diferentes documentos referentes ao trabalho dos dois no ISOP, no qual destacam-se sobretudo documentos referentes ao PMK. Tais arquivos foram doados pela família em 2015 para o acervo do Clio-Psyché – Laboratório de História e Memória da Psicologia (UERJ) de forma ainda bruta e sem catalogação. O objetivo deste trabalho é a organização e catalogação temática do material bruto recebido, para que, posteriormente, seja disponibilizado para consulta aos investigadores e demais interessados no campo da história da Psicologia no Brasil. Inicialmente, todo o material foi alocado de maneira aleatória em um total de 50 caixas-arquivo, a fim de viabilizar seu transporte e armazenamento. Após avaliação preliminar, elaborou-se uma classificação para os documentos quanto à forma e quanto ao conteúdo. Quanto à forma, tem-se as seguintes categorias: 1. Anais; 2. Certificados; 3. Correspondência; 4. Cursos e Planos de Aula; 5. Laudos e Pareceres; 6. Ofícios e Memorandos; 7. Palestras e Conferências; 8. Panfletos e Material de Divulgação; 9. Publicações de Emilio e Alice; 10. Publicações na Imprensa; 11. Publicações de terceiros; 12. Relatórios; 13. Testes (aplicação); 14. Testes (manuais) e, por fim, 15. Outros. Quanto ao conteúdo, tem-se as categorias: 1. Eventos científicos; 2. Família Mira y López; 3. Futebol; 4. Infância e Juventude; 5. Motoristas e Trânsito; 6. Orientação Profissional; 7. Orientação Psicológica; 8. PMK; 9. Prêmios e Homenagens; 10. Psicopatologia; 11. Raça e Etnia; 12. Seleção Profissional; 13. Testes (outros); e 14. Outros. O método de trabalho envolve a redação de um diário de campo individual, por parte de cada membro da equipe, descrevendo o trabalho feito durante o período, bem como explicitando eventuais dúvidas ou sugestões acerca do processo de

catalogação e dos documentos em si. Tais dúvidas são discutidas em reuniões da equipe. Até o presente momento, foram analisadas 8 caixas, totalizando 561 documentos registrados. Como resultados preliminares, observa-se que o acervo de Emilio e Alice possui uma grande diversidade de documentos (o que demandou a elaboração de um número grande de categorias). Até o momento, foi possível encontrar desde correspondência pessoal, publicações científicas e de divulgação, ementas de cursos e planos de aula até materiais sobre aplicações de PMK em sujeitos africanos e sujeitos indígenas. A natureza destes documentos pertencentes a Emílio e Alice Mira – um arquivo pessoal – é algo razoavelmente raro no contexto da pesquisa historiográfica em Psicologia. A própria lógica que rege a constituição de um arquivo pessoal (isto é, documentos que se julgou importante preservar em um contexto doméstico) sugere-nos que se trata potencialmente de documentação relevante. Desta forma, espera-se que tal documentação forneça novos dados sobre as atividades do ISOP e, em especial, da trajetória de Emilio e Alice Mira, subsidiando assim futuras pesquisas que lancem novas luzes sobre a trajetória histórica do ISOP e sobre a historiografia da Psicologia no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: arquivos, psicotécnica, PMK, testes psicológicos.

História da Psicologia Jurídica no Brasil e na Argentina: um estudo comparado entre personagens

Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos; Ana Maria Jacó-Vilela
allucham@yahoo.com.br
UERJ

Há mais de um século, a historiografia da Psicologia registra articulações entre a Psicologia e o Direito, sendo estas as bases para o que denominamos hoje de Psicologia Jurídica. No final do século XIX a aproximação entre Direito e Ciências Humanas permite que surjam estudos sobre Criminologia na Europa, visando estudar a etiologia da criminalidade e a relação entre o crime, a personalidade do criminoso e sua conduta transgressora. Neste contexto, a Psicologia se torna uma ferramenta de auxílio à justiça, pois era entendida como um saber capaz de colaborar para a compreensão de como a personalidade influencia a conduta do criminoso, possibilitando estudos sobre os determinantes do crime. Esta pesquisa teve como objetivo traçar uma história comparada das trajetórias de Eliezer Schneider (1916-1998) e Plácido Horas (1916-1990) no campo da Psicologia Jurídica, a fim de trazer contribuições para as discussões acerca da constituição e consolidação desta área tanto no Brasil quanto na Argentina. Considerados personagens relevantes na criação dos cursos de Psicologia em seus países, Eliezer Schneider e Plácido Horas trilharam um percurso que os levou a se aproximarem do campo da Psicologia Jurídica, realizando atividades importantes para o desenvolvimento desta área em seus países. A metodologia utilizada foi a História Comparada, uma visada a uma história em um duplo ou múltiplo campo de observação, estabelecendo aproximações e oposições entre diferentes sociedades. Esta metodologia permite recuperar uma memória histórica permeada por influências mútuas, por se tratar de uma investigação sistemática do dinamismo de duas representações de realidade. Verificou-se que os momentos iniciais da Psicologia Jurídica nestes países se relacionam com a inserção do psicólogo no âmbito jurídico como testólogo ou assistente técnico, realizando atividades de perícia e de diagnóstico. Tanto Schneider quanto Horas exerceram atividades vinculadas à prática pericial. Além disso, após a regulamentação da profissão de psicólogo em ambos os países, sistematizaram a Psicologia Jurídica enquanto disciplina independente nos currículos do curso de Psicologia. Entretanto, Schneider se guiava mais pelas influências neobehavioristas e pela psicologia social e Horas por um saber mais criminológico

centrado na capacitação profissional do psicólogo. Tanto em Schneider quanto em Horas se nota a inclinação a um enfoque psicossocial para tratar as questões relacionadas a delinquência, porém estes enfoques não necessariamente coincidem entre si. No caso de Schneider, o que ele denomina de "psicossociogênese" do crime é pautado em uma teoria psicológica que não se vincula diretamente com uma concepção de orientação criminológica, mas tende a se focar na constituição da personalidade e nas tendências do comportamento especialmente com o aporte das teorias behavioristas. Já no caso de Horas, há uma visão pluricausalista dos determinantes do comportamento delinquente, considerando as variáveis biológicas, os fenômenos sociais e as características psicológicas individuais. Porém, diferentemente de Schneider, a discussão sobre tais determinantes é calcada principalmente em noções da Criminologia. Conclui-se que no incremento da Psicologia Jurídica há mais pontos de diferença do que de semelhança no trabalho de Schneider e de Horas. Mesmo que alguns referenciais sejam comuns e até mesmo a atividade prática do psicólogo jurídico aborde elementos análogos, a orientação teórica e as trajetórias destes personagens dentro da Psicologia concorreram para que as propostas em relação à constituição da Psicologia Jurídica tivessem suas especificidades.

Palavras-chave: História da Psicologia; Psicologia Jurídica; Eliezer Schneider; Plácido Horas; Brasil; Argentina.

Fontes de financiamento: FAPERJ

Os testes psicológicos no Pavilhão de Observação do Hospício Nacional de Alienados

Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos[1]; Mariana Agatha Silva do Carmo[1]; Iasmin da Silveira Quintino[1]; Allan Abreu Conceição[1]; Gabriel Sousa[2]; Ana Maria Jacó-Vilela[1]
allucham@yahoo.com.br
UERJ[1] e UNISUAM[2]

No Brasil em virtude das transformações sociais e econômicas há, na primeira metade do século XIX, uma preocupação em implementar medidas de controle social por meio das quais a loucura passou a ser alvo de intervenções. Em 1830 uma comissão da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro buscou identificar a situação daqueles considerados loucos, o que resultou em um movimento para a criação de estabelecimentos específicos para a reclusão e tratamento destas pessoas. Diante disso, em 1841 foi criado, pelo Decreto nº 82, o Hospício Pedro II no Rio de Janeiro, como órgão vinculado à Santa Casa de Misericórdia, destinado estritamente à assistência e tratamento dos doentes mentais. Com a criação, em 1881, da cadeira de Clínica Psiquiátrica e de Moléstias Nervosas nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia foi sancionada no ano seguinte a Lei nº 3.141 que dispunha sobre o ensino da psiquiatria no Brasil. Em 1890, no período republicano, o Hospício Pedro II foi desvinculado da Santa Casa de Misericórdia, ficando a cargo do Governo Federal e passou a ser denominado Hospício Nacional de Alienados (HNA) pelo Decreto nº 142-A. Assim, a assistência aos doentes mentais tornou-se obrigação do poder público e tinha por objetivo organizar os serviços de intervenção estabelecendo uma política médico-sanitarista. Na estrutura organizacional do HNA encontrava-se o Pavilhão de Observação (PO) vinculado à Clínica Psiquiátrica e de Moléstias Nervosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ). O Pavilhão de Observação foi inaugurado em 1894 e era a porta de entrada do hospício, onde se fazia a triagem dos pacientes sob suspeita de alienação bem como ocorriam suas internações provisórias. Além disso, tinha como objetivo constituir um lugar de ensino e de investigação, servindo para o treinamento clínico dos alunos da FMRJ a fim de desenvolverem novos saberes sobre a loucura. No início do século XX a psiquiatria alemã tornou-se uma grande influência para a medicina mental brasileira,

substituindo a predominância do alienismo francês. Nesse momento, a medicina como um todo adota a linha de pensamento do método científico experimental, dando ênfase à objetividade e à verificação. Dessa forma, cria-se um cenário favorável ao desenvolvimento, também, da psicologia experimental. Em 1897 foi criado no HNA um laboratório de psicologia experimental o qual provavelmente possibilitou que Henrique Roxo, em 1901, produzisse a primeira tese médica nesta área. Devido à precariedade deste laboratório, Juliano Moreira, então diretor do hospício, importou da Europa diversos instrumentos para modernizá-lo. Assim, em 1908 é oficialmente instalado no PO o Gabinete de Psicologia Experimental, sob a direção de Maurício Campos de Medeiros, o qual se dedicou ao estudo e ensino da utilização dos testes e aparelhos experimentais. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo investigar e analisar a aplicação de instrumentos psicológicos, principalmente os testes, no HNA. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica pertinente ao tema bem como a pesquisa documental, por meio da qual está sendo realizado um extensivo levantamento de dados, especialmente dos testes psicológicos, presentes nos Livros de Observação do PO. A pesquisa encontra-se em andamento e, portanto, os resultados são parciais. Até o momento podemos elencar os seguintes resultados preliminares: os testes encontrados até o ano de 1923, em sua grande maioria, se propõem a avaliar o nível de atenção, afetividade e memória do paciente. Dentre os testes de atenção encontramos os seguintes métodos: Método de Bourdon; Método de Binet; Método da Associação de Ziehen; Método dos Quadrados de Toulouse; Método de Comparação e Ebbinghaus. Dentre os de memória: Método de Vieregge; Método de Hanneberg e Método de Ranschburg. Nos testes que tinham como objetivo a pesquisa de afetividade e iniciativa, não foram encontrados nomes de métodos específicos, apenas descrições e os resultados. Na maioria dos pacientes em que foram aplicados os testes, observou-se que eram utilizados mais de dois tipos de testes. Conclui-se que, uma vez que na historiografia pouco se sabe sobre o Gabinete de Psicologia Experimental e não há estudos que abordem o uso de testes psicológicos em tal estabelecimento, é imprescindível compreender de forma mais minuciosa o papel desempenhado pela psicologia na medicina brasileira na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: História da Psicologia; Testes Psicológicos; Hospício Nacional de Alienados; Pavilhão de Observação.

Fontes de financiamento: Faperj, UERJ

A psicologia no Exército Brasileiro e na Aeronáutica entre 1930 e 1960: seleção de pessoal e formação de oficiais

Dayse de Marie Oliveira, Maíra de Souza Cerqueira dos Anjos,
Leda Alves Duarte; Allan Abreu Conceição, Ana Maria Jacó-Vilela
dayse.marie@gmail.com
UERJ

(INTRODUÇÃO E OBJETIVOS) Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa "Entre psicologia científica, moral e senso comum: a psicologia nas instituições no Rio de Janeiro. 1930–1960", que investiga as práticas e os saberes de psicologia no Rio de Janeiro nas décadas anteriores à regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil, em 1962. Para esta ocasião, trataremos das Forças Armadas, especialmente, do Exército Brasileiro e da Aeronáutica (atual Força Aérea Brasileira). (METODOLOGIA E FONTES) A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Para a pesquisa bibliográfica visitamos mais de uma dezena de bibliotecas das Forças Armadas em busca de livros e artigos relacionados ao tema. Para a pesquisa documental, destacam-se dois grandes arquivos: o Arquivo

Histórico do Exército (AHEx), localizado no Palácio Duque de Caxias, no centro do Rio de Janeiro; e o Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC), localizado no Campo dos Afonsos, no bairro de Sulacap. As fontes pesquisadas no AHEx foram: 1) Livros relacionados ao grande tema psicologia militar; 2) Pastas com as "alterações", ou seja, as atividades, missões e designações de cada militar envolvido com a utilização e a disseminação das práticas e dos saberes psi no Exército, cujos nomes foram levantados em fase anterior da pesquisa; 3) Almanaques de Oficiais, publicação anual com informações sobre os oficiais, tais como nomeações e transferências; 4) Currículos de cursos de aperfeiçoamento de oficiais; e 5) Boletim do Exército. No CENDOC, pesquisamos as pastas de alterações dos militares e os exemplares do Boletim do Ministério da Aeronáutica. (RESULTADOS) O artigo de Rogério Centofanti, "Radecki e a psicologia no Brasil", de 1982, relata e analisa a passagem pelo Brasil do psicólogo polonês Waclaw Radecki (1887–1953), incentivador das práticas psicológicas e da divulgação dos conhecimentos desta área. Radecki foi chefe do Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, desde a criação deste Laboratório, em 1924. Estesiômetros, aerógrafos, dinamômetros, reflexômetros, acusiestiômetros, tonômetros, tropoestesiômetros, cromatoestesiômetros, taquistoscópios, mnemômetros, polígrafos, oscilômetros são alguns dos aparelhos que havia ali, e que tinham a função de testar as respostas psicofisiológicas das pessoas, tais como sensações musculares, sensações estáticas e cinestéticas, reflexos, atenção, associação, discriminação, memória, pensamento, processos afetivos, sugestão etc. Em 1927, foi criada a Arma da Aviação do Exército, e a partir disso, as organizações militares referentes. Os oficiais médicos Agnello Ubirajara da Rocha (1896-1984), Arauld da Silva Bretas (1881-1971) e Alberto Guilherme Moore (1860-1968) foram escalados para fazer a seleção dos candidatos a aviador. Esses militares fizeram um curso com Radecki no Laboratório de Psicologia da Colônia, e os dois primeiros se tornaram colaboradores do Laboratório desenvolvendo investigações, levando para o Exército os conhecimentos que receberam e que estavam desenvolvendo, fomentando as práticas e os conhecimentos de psicologia nesta instituição militar. Além desses militares, Radecki ministrou uma disciplina de Psicologia Aplicada no Curso de Aperfeiçoamento do Serviço de Saúde do Exército, curso obrigatório a todos os militares que servem na área de saúde do Exército. Este curso foi publicado Pela Escola de Serviço Social do Exército como livro intitulado Tratado de Psicologia em 1928. Ubirajara da Rocha, que chegou a ser Oficial General do Exército, foi reconhecido entre os seus pares como o grande fomentador da psicologia no Exército, elaborando cursos de psicologia na formação de militares, e mais especialmente, utilizando esse saber tanto para a seleção de candidatos ao ingresso na carreira militar quanto para a inspeção de saúde dos militares. Havia um Gabinete de Psicologia no Departamento Médico de Aviação, com aparelhos similares aos que existiam no Laboratório da Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro, que eram utilizados para a inspeção de saúde periódica dos militares e para a inspeção de saúde inicial dos candidatos. Arauld Bretas se tornou especialista em Medicina da Aviação, e se transferiu para a Aeronáutica, quando esta foi criada, em 1942. O Departamento Médico de Aviação, bem como as demais organizações, instalações, aparelhos e os militares ligados à aviação do Exército e da Marinha foram transferidos para a nova força militar. Encontramos também a disciplina de Psicologia Aplicada em diversos cursos das escolas de formação de oficiais militares do Exército e da Aeronáutica neste período. Igualmente nos centros de aperfeiçoamento de militares houve o registro de cursos de Psicologia Militar, como o que foi ministrado pelo médico espanhol especializado em psiquiatria, e um dos pioneiros da psicologia no Brasil, Emilio Mira y Lopes (1896-1964). Este curso foi publicado como livro pela Editora da Biblioteca do Exército em 1949, com temas como seleção, orientação, formação e recolocação de pessoal, rendimento na execução de tarefas, motivação (moral) da tropa em situações de

guerra, administração de boatos, contrapropaganda, e relação entre os militares e os civis em tempos de paz e de guerra. Como conclusão, apontamos que a história da psicologia no Brasil é mais ampla do que aquela que aparece em textos clássicos, indo muito além de sua apropriação na Medicina, na Educação e nas organizações industriais.

Financiamento: CNPq e Uerj

Palavras-chave: História da Psicologia, Exército, Aeronáutica, Radecki, Psicotécnica, Cursos de aperfeiçoamento

Produção em Psicologia no Brasil: história, estado da arte e perspectivas

Ana Maria Jacó-Vilela; Filipe Degani-Carneiro;
Hugo de Nilson Damasceno; João Mateus Cândido
jaco.ana@gmail.com
UERJ

Este trabalho tem por objetivo analisar o estado da arte das publicações periódicas em Psicologia no Brasil, levantando indicadores sobre suas características, de modo a compreender seus impactos na produção de conhecimento nesta área, bem como o seu lugar no contexto da produção científica latinoamericana. Trabalhos recentes vêm apontando o crescimento da publicação psicológica latino-americana como um todo, ressaltando a ampliação da brasileira, tanto em veículos brasileiros - cujo crescimento na última década foi exponencial – quanto em veículos internacionais. Comprova isto a última avaliação de revistas realizada pela Capes, referente ao quadriênio 2013-2016, em que se constatou que estudantes e professores dos programas de pós-graduação em Psicologia credenciados pela Capes publicaram em 3015 revistas diferentes, número presente no Qualis Psicologia. Sabemos que este foi um processo lento. Até final dos anos de 1940, as primeiras publicações em psicologia no Brasil encontravam-se nas (poucas) revistas de psicologia ou de medicina então existentes. Em 1949, são criadas duas revistas específicas da área, os Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (órgão da Associação Brasileira de Psicotécnica) e o Boletim de Psicologia (órgão da Associação Paulista de Psicólogos). É interessante destacar que, depois destas, muitas outras revistas foram criadas, algumas das quais duraram muito pouco tempo e outras, apesar de terem publicado um número razoável de números, também foram fechadas. O mesmo não aconteceu com os Arquivos e com o Boletim, ambos existentes até hoje, com o detalhe de que os Arquivos, com seus diferentes nomes (Psicotécnica, Psicologia Aplicada, Psicologia) encontram-se quase todos online – de 1949 a 1990 no site da Fundação Getúlio Vargas e, a partir de 2003, no PePSIC. A criação do PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia) correspondeu a uma excelente iniciativa do Conselho Federal de Psicologia, norteando, neste sentido, política do Forum de Entidades Nacionais da Psicologia. Por meio de um convenio com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme), o PePSIC utiliza a metodologia do SciELO (Scientific Electronic Library Online), possibilitando, inclusive, que muitas revistas brasileiras passem com certa facilidade de seu Portal para o SciELO. Estes dois portais não só são responsáveis pela indução da produção de revistas brasileiras em geral quanto também fomentaram, na comunidade científica brasileira, a opção pelo acesso aberto, sem custos para o autor ou para o leitor. Este estudo encontra-se em andamento e visa analisar as revistas brasileiras de psicologia disponíveis no Qualis Capes (quadriênio 2013-2016). Verificou-se que há um total de 3025 periódicos avaliados pela área de Psicologia, ou seja, 3025 revistas em que professores e/ou estudantes dos cursos de pós-graduação em Psicologia publicaram artigos no referido quadriênio. Tais periódicos foram classificados em três categorias, quais sejam, os que eram específicos de psicologia,

os que eram brasileiros mas de outras áreas, e os estrangeiros, obtendo-se como resultado que 1271 periódicos são estrangeiros, 1391 periódicos são brasileiros porém de outras áreas e somente 199 são periódicos brasileiros de Psicologia. Entre os periódicos brasileiros de psicologia encontram-se aqueles publicados em outros idiomas, mas são reconhecidos como uma produção de cunho nacional – em função da editoria de sua publicação, por exemplo, uma universidade, programa de pós-graduação ou associação científica brasileira. A categoria "periódicos brasileiros de outras áreas" abrange os periódicos brasileiros que, embora recebam artigos da área de Psicologia, têm sua origem em outro campo. Por fim, categorizou-se como "periódicos estrangeiros" os que versam sobre todas as áreas, inclusive a Psicologia, mas cuja editoria é de outra nacionalidade. Procedeu-se então à análise individual destes 199 periódicos brasileiros de Psicologia, coletando informações sobre: histórico, editores, meio de publicação, filiação institucional, foco e escopo, indexação e tipos de manuscritos publicados. Como conclusão, salientamos a diversidade do campo da psicologia que permite uma abrangência tão grande de veículos de publicação de diferentes áreas.

Palavras-chave: Revistas científicas, Produção científica, Publicações de Psicologia

O caso Febrônio e a popularização da ciência nos anos 1920

Hugo de Nilson Damasceno; Ana Maria Jacó-Vilela
hugodamasceno@id.uff.br
UERJ

O presente trabalho tem por finalidade discutir as relações entre o saber científico e a imprensa durante os anos 1920, tendo como parâmetro a divulgação do caso Febrônio Índio do Brasil pela imprensa carioca, principalmente pelos jornais *A Noite*, *Correio da Manhã e O Paiz*. A escolha por estes jornais ocorreu pelo elevado número de tiragens que tiveram entre a década acima e pelo público a que se destinaram. Febrônio foi identificado como autor de vários crimes no Estado do Rio de Janeiro no decorrer dos anos 1920, tais como roubos, furtos, assassinatos, o exercício ilegal das profissões de médico e dentista. Sendo reincidente nos crimes, passou a atrair a atenção de especialistas, principalmente dos médicos e juristas, bem como das autoridades daquela época preocupadas em defender a sociedade de indivíduos deste tipo. Por outro lado, a imprensa carioca muito discorreu sobre este episódio divulgando o saber científico entre a sociedade e, por meio de uma investigação das matérias jornalísticas alusivas a Febrônio, observou-se como este foi sendo popularizado e quais termos foram utilizados pela imprensa ao descrevê-lo. Nas matérias publicadas anteriormente a setembro de 1927 se observou o uso frequente de expressões populares no início do século XX (sendo algumas conhecidas atualmente), como "criminoso", "bandido", "sclerado", entre outras. A partir de setembro de 1927, a imprensa passou a publicar matérias contendo expressões científicas, sobretudo o termo "degeneração", que teve sua formulação mais acabada com o psiquiatra austríaco Bénédict Morel (1809 - 1873), em 1857, quando publicou a obra "*Traité des dégénérescences physiques, intelectuelles et morales de l´espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés maladives*". Antes de Morel, o termo "degeneração" era utilizado para designar variações étnicas e raciais da espécie. Morel, por sua vez, utilizou o termo enquanto alteração do biotipo do Homo Sapiens, mas, em sua perspectiva, esta variação estava relacionada à patologia mental. Segundo Morel, a degenerescência da espécie humana consistia em um desvio que, por mais "simples que fosse em sua origem". O caso Febrônio esteve em evidência na imprensa durante um período em que se verificou um considerável aumento das iniciativas de divulgação científica no Brasil,

sobretudo no Rio de Janeiro. Não se pode esquecer que foi neste período que se criaram as primeiras universidades brasileiras (a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920; a Universidade de São Paulo, em 1934, a Universidade do Brasil em 1937). Durante os anos 1920 e 1930, os jornais, revistas e livros foram intensamente utilizados naquele propósito, além de terem sido organizadas conferências periódicas destinadas ao vasto público. O período foi marcado também pela reflexão sobre a relevância da divulgação científica, datando dessa época a publicação do livro "A vulgarização do saber", cujo autor foi o médico carioca Miguel Ozório de Almeida, que é considerado o precursor em abordar o tema, bem como as dificuldades encontradas no processo de divulgação científica, denominada então "vulgarização científica". A seu ver, ainda nos anos 1920, surgiu "o embrião da comunidade científica brasileira que começou, em um movimento mais organizado, a lutar por melhores condições para que a ciência se desenvolvesse aqui". Este período também foi marcado pela valoração social do cientista e pela publicação de livros e artigos, sendo os últimos encontrados em muitos jornais e revistas que circulavam na época. Foi nesse contexto que Febrônio esteve nos noticiários, seu caso também servindo como veiculador do saber científico daquele período por ter sido investigado por psiquiatras e juristas, os quais escreveram a seu respeito e tiveram seus pareceres considerados pela imprensa carioca. O laudo de Febrônio, elaborado pelo psiquiatra Heitor Carrilho (1890 – 1954) e a obra "Criminalidade e Psychose" de autoria do médico polonês Mauricio Urstein (1872 – 1940) foram publicados em 1930. Urstein dedicou um dos capítulos de seu livro a investigação do caso em questão. A repercussão do saber especializado sobre Febrônio - bem como de outras produções científicas, abordando outros assuntos - teria como resultado a familiaridade da sociedade com a ciência, especialmente a consciência dos serviços que poderiam ser fornecidos por ela.

Palavras – Chave: Febrônio, imprensa, divulgação científica.

O investimento católico na psicologia no Brasil: o fechamento do Instituto de Psicologia e o a questão alma e corpo

Wilk Farias Nobre; Ana Maria Jacó-Vilela
farias.nobre@gmail.com
UERJ

Esta pesquisa tem por objetivo contribuir com o campo da história da Psicologia no Brasil a partir do aprofundamento dos estudos acerca da questão corpo e alma em território nacional. Vemos que esta questão está presente desde, pelo menos, Aristóteles e outros filósofos gregos, faz parte das discussões dos Doutores da Igreja no período medieval, como Agostinho e Santo Tomás, e adquire novas formas com o Iluminismo e o Empirismo europeus. No Brasil, especificamente, onde a doutrina católica é preponderante no pensamento religioso do século XIX – sabemos que, em Portugal não houve o movimento da Reforma, mantendo-se um catolicismo eivado de crendices e superstições -, a questão corpo e alma é exclusivamente tomista, o corpo animado pela alma, que possui faculdades básicas. Visando construir um recorte nesta problemática, ainda hoje objeto de investigações em inúmeros campos, como as neurociências, decidimos nesta dissertação investigar o investimento católico na psicologia no país no século XX e seus impactos no percurso institucional da daquela disciplina. O acesso a pesquisas referente a esta temática sugeriram, primeiramente, a preocupação e depois o investimento católico na psicologia, o que gerou impactos extremamente significativos. Chamou a atenção os relatos sobre um fato ocorrido na primeira metade do século XX: o fechamento do Instituto de Psicologia, instituição fundada na década de 1923 e chefiada por Waclaw Radecki (1887 – 1953). Waclaw Radecki, hoje, constitui um

nome significativo na historiografia da psicologia no Brasil, dada a percepção de seu pioneirismo na proposta de institucionalização da disciplina. Radecki nasceu em Varsóvia, em 1887. Teve contato com Gustavo Riedel (1887-1934), neurologista e então diretor da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro. Riedel o convidou não apenas para fazer parte da Colônia, mas especificamente para organizar e dirigir seu laboratório de Psicologia Experimental. Em 1932, então, a partir do Decreto de Lei N° 21.173, o Laboratório da Colônia se torna oficialmente Instituto de Psicologia. A instituição foi criada com o declarado objetivo de formar psicólogos profissionais. O instituto foi fechado no mesmo ano de sua abertura e investigações posteriores esporam dados significativos os quais apontaram como um dos principais motivos a reação católica à sua abertura. A principal evidência desta tese consiste num artigo intitulado "O Instituto Official de Psicologia", publicado em 1932 por um periódico católico denominado A Ordem. De autoria de Alceu Amoroso Lima, renomado intelectual católico do século XX, o artigo fazia duras críticas ao que o autor considerava materialismo inerente à suposta posição filosófica de Radecki. Esta reação, por sua vez, vinculou-se ao movimento católico de investimento no ensino superior brasileiro que culminou na criação da Pontificia Universidade Católica, instituição que sediou o primeiro curso universitário de psicologia do País em 1953. Estes dados indicam que o fechamento do instituto pode constituir um elo importante, sugerindo que um problema filosófico secular, isto é, alma e corpo ou alma e matéria, longe de constituir-se em um debate filosófico isolado, foi revestido de impactos institucionais relevantes para compreensão do percurso da psicologia no Brasil. O vínculo desta pesquisa com a história ocorre por meio de um campo antigo da história, porém renovado hoje intitulado história cultural ou história social das ideias, uma vez que pretende-se contextualizar um debate intelectual num espaço e tempos específicos, além de apontar sua pertinência para uma um campo de práticas e conhecimentos em pleno rumo de institucionalização no século XX. Neste sentido, foi feito um levantamento de autores envolvidos neste debate num período que compreende a criação do laboratório e seu fechamento, além de um pesquisa básica sobre a questão alma corpo tanto em território nacional, quanto em território global, uma vez que se compreende que se trata de um tema secular que foi retomado no Brasil do fim do século XIX e início do XX por questões próprias a situação do País neste período. Por fim, a composição de uma narrativa histórica de síntese desta investigação.

Palavras-chave: Alma e Corpo, Igreja Católica, Investimento Institucional, Laboratório de Psicologia.

Adoecimento docente e *Burnout*: questões históricas

Leandro Santos Groba
leogroba@gmail.com
UERJ

O presente trabalho é um desdobramento da minha pesquisa de mestrado desenvolvido em um escola municipal, de primeiro ao nono ano, do município do Rio de Janeiro. Objetivou-se trabalhar, a partir da pesquisa-ação, o tema identidade com o grupo de professores. O trabalho se desenvolveu dentro de 4 grupo operativos provocados pela seguinte pergunta disparadora: O que é ser professor(a) de uma escola municipal dentro de uma comunidade do Rio de Janeiro? Era esperado na pesquisa temas que circulassem em volta da imagem que o grupo fazia de si e de sua prática. Todavia, o tema principal que circulou dentro dos grupos foi a violência e seus desdobramentos na prática profissional e pessoal. Essa característica do grupo nos levou a pensar processos de adoecimento e o *burnout*, debatendo sobre este

último suas limitações e avanços para dar visibilidade a acontecimentos escolares. Abordaremos nessa apresentação os desdobramentos teóricos sobre o adoecimento docente e o conceito de *burnout* trabalhando dentro de uma perspectiva histórica e social. Nos últimos anos, temos enfrentado transformações sociais, culturais e políticas e, como isso, a dimensão da vida relacionada ao trabalho está sendo afetada. Essas mudanças, têm afetado de forma significativa a saúde física e mental dos trabalhadores, em função da insegurança e ansiedade diante da conjuntura atual. O estresse é desdobramento da relação entre uma pessoa, seu ambiente e o contexto no qual ela está inserida, avaliado como ameaça ou mais exigente do que suas capacidades de responder à situações. Salienta-se que o estresse, por si só, não é suficiente para desencadear uma desordem, para o estresse se tornar um processo de adoecimento outras variáveis devem existir, como vulnerabilidade orgânica, inadequação da estratégia de enfrentamento a situações estressoras, natureza e duração destas, etc. A esfera do trabalho exerce forte impacto sofre o psiquismo de um indivíduo. O sofrimento de natureza psíquico-mental tem início quando se esgotam as possibilidades que um indivíduo tem de alterar as condições de seu trabalho. Assim, é possível compreender que, a partir dessas situações, decorrem o sentimento de insatisfação com o trabalho, desmotivação, fadiga, absenteísmo, distúrbios de sono e a síndrome de *burnout.* A síndrome de *burnout* está relacionada com um estado de desgaste físico e emocional que resulta do desencontro entre a natureza do trabalho e a da pessoa, localizando sua origem no ambiente de trabalho e na sua má organização. Contudo, não existe uma definição unânime sobre esta síndrome, mas existe um consenso em considerar que a mesma surge no indivíduo em resposta ao estresse laboral desencadeado no ambiente direto de trabalho. Sobre o *burnout,* é importante refletir sobre algumas questões: será que o *burnout* se dá especificamente no contexto do trabalho? Acrescentamos a essa questão outro ponto: qual o caráter histórico desse estresse laboral"? Nosso grupo de debate o tema da violência centralizou as conversas e diversos episódios surgiram para exemplificar os ocorridos. Tiroteios, ameaças de alunos, relações conflituosas com a secretaria de educação municipal e relações com a comunidade, foram alguns dos contextos do exemplo. Compreendemos que a esfera do trabalho exerce forte impacto sofre o psiquismo e que, é possível que o ambiente laboral seja desencadeador de grande sofrimento. Todavia, discordamos do entendimento de *burnout*, na medida em que esse conceito vincula o fenômeno do adoecimento docente às relações mantidas no ambiente de trabalho. Não nos parece coerente apontar o motivo do adoecimento docente como um estresse localizado na escola. posto nesses termos, nos encaminharemos para uma análise desse fenômeno como situacional e a-histórico. Os docentes em nossa pesquisa apontaram um sentimento de violência que indicavam motivos de causas externas ao ambiente direto da escola e lutas políticas da categoria. Sobre esse ponto trazemos para a reflexão um documento sobre um contrato de professora de 1923 comum nessa época nos EUA que amplia o debate do *burnout* onde dentre outras condições para o contrato da professora proibia a ela casar, estar a noite na rua, não frequentar sorveterias, não usar maquiagem, não usar roupas coloridas, não beber, não fumar, entre outros. O documento reforça a compreensão histórica sobre os estigmas, controles burocráticos e violências que a docência está envolvida, relativizando o alcance do conceito de *burnout* para abarcar a situação do adoecimento docente. Concluindo, a compreensão do fenômeno do adoecimento docente passa por uma análise histórica sobre a desvalorização da categoria, questões de gênero, violência simbólica, etc, que não necessariamente se traduzem em relações diretas com o ambiente de trabalho.

Palavras-chaves: Adoecimento docente; *burnout,* psicologia escolar.

Atividades artísticas e terapia ocupacional no Rio de Janeiro nas décadas de 1940 e 1950: o caso da Colônia Juliano Moreira

João Henrique Queiroz de Araújo
joaohenrique.qa@gmail.com
UERJ

Na antiga Colônia Juliano Moreira (CJM), denominada atualmente de Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), instituição psiquiátrica localizada no bairro de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, há algumas décadas, a arte vem estabelecendo elos com os saberes e as práticas *psi*. O primeiro indício do uso da arte como ferramenta terapêutica na CJM aparece em documentos da década de 1940, mesmo período em que Nise da Silveira assumiu a coordenação da Seção de Terapêutica Ocupacional do Centro Psiquiátrico Nacional e se tornou conhecida pelo trabalho lá realizado. Foi neste momento que surgiu a primeira oficina de pintura que se tem notícia no manicômio de Jacarepaguá, inserida dentro das atividades praxiterápicas oferecidas pela instituição. Na época, a praxiterapia, que consiste na reabilitação por meio de atividades diversas, era uma das principais estratégias assistenciais do Serviço Nacional de Doenças Mentais, sendo amplamente aplicada na CJM para além das atividades agrícolas, principalmente, a partir de 1946, quando assumiu a direção da instituição o psiquiatra Heitor Péres. Assim, O levantamento realizado nesta pesquisa certamente aumenta a importância da antiga CJM entre as instituições de referência onde a arte e a cultura dialogaram com serviços de saúde mental no Brasil ao longo do século XX. Já bastante conhecida entre os interessados por esta temática por conta da existência do Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea em seu território, nossos estudos indicam que o uso de atividades artísticas naquele hospital psiquiátrico extrapolou a existência deste equipamento cultural e não se manifestou apenas por meio dele. Pelo contrário, apesar de ser uma experiência ainda pouco conhecida, pode-se dizer que a utilização da arte como ferramenta terapêutica ou de transformação da lógica asilar faz parte de uma longa tradição na CJM. Estas informações trazem outra perspectiva para o uso de terapias ocupacionais no Rio de Janeiro, especialmente aquelas envolvendo a arte e a cultura, descentralizando a memória, insistentemente reduzida à experiência do CPN, e ampliando a visão sobre o assunto. Isto coloca uma luz sobre as atividades artísticas e culturais introduzidas na CJM ainda na década de 1940, ainda fadadas ao esquecimento. Podemos não só verificar a partir dos dados levantados que o uso terapêutico de atividades artísticas não era exclusivo do CPN, como também analisar melhor a amplitude do discurso já solidificado quanto à crítica dos psiquiatras em relação ao uso da praxiterapia nos hospitais. De acordo com informações levantadas a partir da análise dos números do periódico *Boletim da Colônia Juliano Moreira*, dentre as atividades oferecidas aos pacientes pela CJM estavam, entre outras, o rádio, o cinema, a música, o teatro, a leitura, a pintura, os esportes e as atividades recreativas. Ainda segundo os boletins, a maior parte destas atividades foi realmente implementada na gestão de Heitor Péres. Para além do trabalho realizado no hospital, ao longo da década de 1950, Heitor Péres continuou divulgando os benefícios da praxiterapia em eventos e congressos. Durante o *I Simpósio de Terapêutica Ocupacional*, realizado no Rio de Janeiro, apresentou a conferência "*Esforço histórico de praxiterapia no Brasil*" em uma mesa realizada na Faculdade Nacional de Filosofia. Na mesma mesa participaram Nise da Silveira, com a conferência "*A terapêutica ocupacional no Centro Psiquiátrico Nacional*" e Denis Malta Ferraz, com a conferência "*Ocupação terapêutica nos estabelecimentos psiquiátricos infantis*". Em síntese, este trabalho se propõe a buscar as referências que moldaram estas práticas, compreender os seus efeitos e identificar as suas consequências, assim como preencher as lacunas históricas criadas pelas

especificidades mencionadas na construção desta relação entre a arte, a cultura e os saberes *psi* na CJM. Além disso, a pesquisa pode também colaborar para, a partir deste conhecimento, enriquecer o saber sobre a prática da terapia ocupacional envolvendo atividades artísticas no contexto da psiquiatria no Brasil e orientar práticas semelhantes desenvolvidas hoje no campo da saúde mental.

Palavras-chave: Arte, Loucura, Saberes Psi, Colônia Juliano Moreira

Financiamento: CAPES

Decisões teóricas de Wundt e Freud - repercussões na psicologia brasileira hoje

Anna Carolina Lo Bianco
Programa de PG em Teoria Psicanalítica IP – UFRJ

Tomando o ponto de instauração das histórias da psicologia experimental e da psicologia freudiana, o trabalho tem por objetivo examinar o estado em que se encontram os cursos de psicologia no Brasil hoje. Parte da observação de que a ênfase em psicanálise está presente em alguns currículos que contrariam assim a tendência hegemônica nacional e internacional, de não tomá-la como referência. Demonstra que a psicanálise resiste a fazer do sujeito mero objeto de estudo de um saber acéfalo que o submete às regularidades, às previsibilidades, às conformidades aos ditames da vida contemporânea. Usa a metodologia da história científica (*Historie*), que se baseia nas marcas do acontecer histórico (*Geschichte*) para a construção do histórico (*historish*). Detém-se no período em que Freud e Wundt, ambos filiados à Escola Médica de Helmholtz, tomam cada um sua decisão teórica, determinante para o estabelecimento da psicologia. Wundt quer fundar uma psicologia científica e pega a via experimental. Freud supõe o inconsciente, seu ato conceitual tem consequências para a concepção de sujeito, resultado de uma operação ética. Ambos tomam posição frente à operação instituída pela ciência com seu poder de aplicar ao real noções precisas e exatas das matemáticas e, sobretudo, da geometria. De meados para fins do século XIX, Freud e Wundt estão ficando com os restos de uma grande querela acerca da consciência ou da inconsciência dos movimentos reflexos. Hall foi quem provou que os movimentos reflexos eram inconscientes.Neste mesmo momento a psicologia passa a relegar estes reflexos aos estudos da fisiologia, e passa a se entender como a psicologia da consciência – preocupando-se com a ação voluntária e com os tempos de reação. Afasta de seu raio de entendimento o que não é visível, não é observável e nem passível de ser ordenado formalmente com seus aparatos de medida.Wundt desde a primeira hora alinha-se com esta psicologia e passa a fazer experimentos com os processos conscientes e voluntários (percepção, ação, consciência, sentimentos simples, atenção). Mas – aqui parte de sua biografia que é mais do que mera curiosidade –, reconhece também a existência de "processos superiores" e mais "complexos" (a linguagem, a cultura, a religião, os fatos sociais), para os quais afirma que os recursos da psicologia experimental não são adequados. E para eles desenvolve um grandioso projeto filosófico que envolve a "psicologia dos povos". A pesquisa histórica mostra que o que prevalece na psicologia que Wundt inaugura com seu laboratório em Leipzig, é sua metodologia que dá a base para a psicologia experimental. Mostra ainda que Freud, diferentemente, reconhece a "atividade psíquica inconsciente como um jogo associativo mecânico", não passível de controle pela vontade consciente. Submetendo-se aos estudos da fisiologia, procura os meios para chegar a algo que vê como obscuro, algo que não era passível de ser observado, de ser objeto de experimentos controlados, menos ainda mensurado. Vale-se então da formalização que a ciência dá à linguagem. É numa cadeia de fala, numa cadeia articulada de letras que localiza a incidência do inconsciente: onde era para estar uma letra, há uma troca inesperada, há uma falta,

um engano, um esquecimento que aponta para o que não funciona, que fracassa, e interrompe a continuidade da cadeia.Ao considerar o encadeamento da linguagem homólogo à cadeia algébrica situa no ponto de quebra da cadeia, ali mesmo na decomposição das palavras, o lugar onde o sujeito irá ou não se reconhecer. Irá tomar uma posição ética face ao lugar que lhe é oferecido pela linguagem, pelo mundo. Verifica-se que estão dadas aí as condições para que o sujeito ocupe um lugar que não será mero relais alimentando apenas o funcionamento acéfalo ditado pelas equações algébricas. A implicação desta concepção de sujeito ao desejo inconsciente leva a uma aposta que dá outro lugar, diferente daquele dos sujeitos destinados ao achievement, ao sucesso, de um mundo no qual a perfeição, o empreendedorismo, a maximização de lucros, a melhor razão custo-benefício são valorizadas. Estas referem-se aos indivíduos das capacidades infinitas e infinitizáveis, dos executivos das produtividades, dos cidadãos dos direitos e do funcionamento sempre aperfeiçoável dos desportistas da exigência de superação. Constata-se ainda que quando se dá lugar, em um curso de psicologia, ao sujeito do inconsciente, abre-se a chance para a responsabilidade do sujeito por seu ato, com o que ela traz de angústia, de dor, de encontro com a finitude, com o que o impede, comove e embaraça em sua existência.

Psicanálise; Psicologia Experimental; Cursos de Psicologia; Ciência; Sujeito.

Contribuições e limites das pesquisas em Psicologia no início do século XX

Maria Amélia Güllnitz Zampronha
ameliagullnitz@gmail.com
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Esta apresentação discute, à luz da teoria crítica da sociedade, dois artigos de Dante Moreira Leite: Conceitos morais em seis livros didáticos primários brasileiros e Preconceito e patriotismo em seis livros didáticos primários brasileiros, ambos de 1950. No primeiro, o autor constata que valores morais, ideias preconceituosas e patriotismo são transmitidos por meio das lições, o que chama sua atenção e, por isso, realiza um segundo estudo com ênfase nos temas: preconceito e patriotismo. O pesquisador supõe que o material didático apresenta os valores que a sociedade quer propagar por meio da educação, daí a hipótese de que há intenção moralizadora e a realidade dos livros é deformada e ajustada aos conceitos morais almejados. Para Dante, o preconceito e suas manifestações, como o etnocentrismo, o nacionalismo e o racismo, são distorções da realidade que podem conduzir a comportamentos preconceituosos e a efeitos graves, dependendo da forma e intensidade com que são expressados. Sua conclusão é que a realidade é deformada e são apresentados apenas seus aspectos positivos; o preconceito é mostrado de forma naturalizada e como algo corriqueiro, ou seja, não se define o conceito para os leitores, mas ele está presente nos textos; o patriotismo é observado por meio da valorização de símbolos nacionais, ou da descrição da grandeza do Brasil, sendo que algumas lições apenas se referem à pátria como algo grandioso, que deve ser amado e valorizado. O autor conclui que a aceitação acrítica de valores morais tem graves consequências para os educandos, como o choque quando descobrem o mundo real, que lhes era omitido até então. O conflito maior, contudo, está na comunicação dos valores em fórmulas prontas, que indicam os comportamentos esperados (valorizados e condenáveis), sem reflexão – havendo crítica, é sobre uma realidade falsa. Sua síntese se reduz ao campo psicológico e do desenvolvimento infantil. Porém, as implicações decorrentes da anuência aos conceitos das lições não são desenvolvidas, de modo que os efeitos sociais não são debatidos. Isso porque Dante entende que tal parte do estudo caberia à sociologia. Para ele, há limites entre um estudo psicológico e um sociológico. Os dados obtidos pelo

pesquisador, se analisados para além dos limites por ele colocados, permitem afirmar que a experiência escolar proporcionada pela leitura desses livros não constitui uma experiência formativa, no sentido proposto pelos franskfurtianos. Nessa perspectiva, o objetivo da educação é a formação do sujeito livre, o que demanda o pensamento crítico acerca da realidade, a experiência genuína e autêntica e a desnaturalização de fatos sociais e históricos. Do contrário, o indivíduo emancipado não pode ser formado e nem a sociedade transformada. O ensino que exerce função ideológica leva a conformação com a realidade e a pressão social, à indiferença e hostilidade em relação ao outro. Essa configuração enfraquece o sujeito, favorece o preconceito e a adesão à propaganda, condições que não só mantêm a realidade como favorecem a instalação de sistemas totalitários. Os livros didáticos analisados são escritos numa época em que o pensamento era influenciado por teorias racistas que, por meio de diferentes explicações, justificavam diferenças sociais e econômicas. Ou seja, falseavam a realidade e naturalizavam o desenvolvimento histórico e social. Do mesmo modo, o próprio Dante é marcado pelas determinações objetivas de seu tempo, mesmo que tenha contribuído para o avanço científico. Ele não se posiciona, nas conclusões, quanto a intenção dos autores – não afirma que reproduzem inconscientemente o pensamento da época e nem que transmitem valores morais e preconceitos conscientemente. A psicologia, especialmente a psicologia social, se torna crítica algumas décadas depois, superando os limites entre pesquisas psicológicas e sociológicas. Isso acontece quando os psicólogos passam ser influenciados pelo pensamento marxista, da escola de Frankfurt, da Psicologia da Libertação, da psicologia política. Hoje, está muito mais consolidada a noção de que a psicologia pode recorrer a outros campos do saber para produzir conhecimento em relação ao sujeito e a sociedade sem perder de vista seu objeto de estudo, que é o sujeito, e sem retirá-lo da totalidade em que vive. Em outras palavras, sem deixar de ser Psicologia e sem psicologizar todos os fenômenos. Esta apresentação destacou o início da trajetória de um pesquisador fundamental para a história da psicologia social e da educação brasileiras, Dante Moreira Leite, e foi extraída da tese de doutorado da autora, realizada com financiamento do CNPq. Por discorrer acerca do desenvolvimento da psicologia nacional no campo educacional, este resumo se enquadra no Eixo 2: Ciência.

Palavras-chave: valores morais, educação, Dante Moreira Leite

Dinámica y circulación del conocimiento psicológico en América Latina (1900-1950)

Miguel Gallegos
Facultad de Psicología (UNR-CONICET)
maypsi@yahoo.com.ar

La dinámica y circulación del conocimiento psicológico que tuvo en América Latina (1900-1950) todavía no se ha enfocado desde la perspectiva de la historia conectada o interconectada situada en la propia región. Generalmente los estudios se interesan por analizar este procesoen función de las relaciones establecidas entre algún país especifico de la región con Europa o Estados Unidos, pero no de igual forma entre los países de América Latina. La propuesta de este trabajo consiste precisamente en dar a conocer esa dinámica y circulación de las actividades psicológicas realizadas durante la primera mitad del siglo XX en la región, ya sea de actores locales como de actores foráneos radicados en América Latina. Se establecen dos direcciones. Por una parte, se recuperan datos e informaciones donde las actividades psicológicas realizadas en la región son desataca en Europa y Estados Unidos. Por otra parte, se exponen los procesos de transferencia de conocimiento de los psicólogos dentro de los países de la

región.Metodológicamente se realiza una recuperación y análisis de diversas fuentes documentales, tanto primarias como secundarias, donde se puede tomar contacto con la evidencia empírica que sustenta la argumentación del trabajo. El enfoque historiográfico se corresponde con la perspectiva de la historia comparada, con especial énfasis en la historia conectada y/o interconectada. Desde esta perspectiva se sostiene que un adecuado análisis de la dinámica, recepción y circulación de los conocimientos psicológicos entre los propios países de América Latina debería, por un lado, trascender las fronteras de las historias nacionales de la psicología, y por otro lado, descentrarse de la coordenada geohistórica mantenida en función del flujo bidireccional entre América Latina y Europa o Estados Unidos. Entre algunos de los datos recuperados y analizados se pueden mencionar los siguientes. Por ejemplo, la presencia de Claparède en la región y lo informado que estaba de las realizaciones de los autores locales en Argentina, Brasil y Chile. Cesar Lombroso destaca la instalación de un laboratorio de psicología experimental en Argentina. Otro italiano, Mariano Luigi Patrizi, asistente de Mosso y sucesor de Lombroso en Italia, realizó buenos comentarios sobre la propuesta del argentino Alfredo Palacios de incorporar un laboratorio de psicología experimental en el contexto de las fábricas y la industria. En relación a la movilidad y transferencia de conocimientosen la región, es relevante señalar el itinerario de Emilio Mira y López en la mayoría de los países de la región, además de sus conexiones con Europa. También son importantes los colegas locales que transitaron por la región en busca de mejores condiciones de formación en psicología, así comode sustento para su actividad profesional. El guatemalteco Jaime Barrios Peña realizó maestría y doctorado en psicología en México, y luego retornó a su país para fundar una carrera de psicología. Los chilenos Carlos Nassar y Luis Tirapeguifueron a Estados Unidos a especializarse en psicología, y también se involucraron en la formación de psicólogos en Chile. Los argentinos Nuria Cortada y Horacio Rimolditambién fueron a Estados Unidos para tomar contacto con los adelantos psicológicos de la hora. Asimismo, Rimoldi fue contratado por una institución de Uruguay para crear un programa de formación en psicología, aunque no logró materializarlo. El hondureño Víctor Donaire fue, conjuntamente con otros extranjeros, uno de los que participaron como estudiantes del primer programa de formación en psicología en Chile, el cual fue organizado por Carlos Nassar en 1947. Los brasileros LourençoFilho, Isais Alves y Eliezer Schneider, entre otros, viajaron a Estados Unidos para informarse de los adelantos educativos y psicológicos del momento, para luego incorporarlos a sus contextos específicos. La mayoría de estos datos nos permiten cotejar que la dinámica y circulación de conocimientos psicológicos no sólo se facilitó a través de los viajes y las estancias de los actores en los países de Europa y Estados Unidos, sino también entre los propios países de la región. En consecuencia, se puede indicar que entre los cultores de la psicología en América Latina había más conexiones de las que naturalmente se piensa, y de la que obviamente se ha escrito. Por ello, resulta valioso mencionar que varios de los problemas e interrogantes históricos que se nos presentan en los estudios locales y/o regionales encuentran mayor compresión y explicación cuando se mira el devenir histórico de los propios países de América Latina.

Palabras clave: Historia de la Psicología; América Latina; Historia Interconectada.

Gastão Pereira da Silva, Álvaro Negromonte e a popularização da educação sexual nas fronteiras entre psicanálise e catolicismo

Carolina da Costa de Carvalho
carolinaccarvalho@outlook.com
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

A proposta desta comunicação é apresentar algumas reflexões em torno da popularização da educação sexual a partir de dois discursos: a psicanálise e a religião. Em diálogo com a discussão da história das ciências sobre popularização e comunicação científica (James Secord, Karin Knorr-Cetina e Bernadete Bensaude-Vincent), que compreende a circulação como etapa fundamental da produção do conhecimento científico e incorpora a pluralidade de atores e a importância dos suportes neste processo, pretende-se apresentar de que maneira a produção de livros sobre educação sexual, sobretudo entre anos 1930 e 1940, se apresenta como uma estratégia importante de legitimação frente a um público duplamente leigo (tanto no sentido científico de "não especialista" quanto no sentido religioso de "laico"). A psicanálise, especialidade científica em curso de institucionalização no Brasil durante a primeira metade do século XX, se destacava como um conhecimento sexual "moderno" que visava explicar e curar os distúrbios de ordem sexual e afetiva que angustiavam os indivíduos segundo postulados científicos e psicológicos. Nesse sentido, disputava com a Igreja Católica pela "cura das almas". Diante dessa concorrência, a Igreja mobilizou teólogos, sacerdotes, educadores e médicos na superação de uma "pedagogia do silêncio" em relação ao sexo, preocupando-se com uma instrução compatível com os valores morais católicos. A primeira metade do século XX também é marcada por um crescimento considerável de publicações sobre assuntos sexuais dedicadas a um público leigo, esforço no qual psicanalistas e católicos se mobilizaram. Tais grupos compartilhavam de uma preocupação com a educação sexual, sobretudo a partir da leitura, e o mercado editorial se apresenta como um importante cenário de disputa por autoridade na produção do conhecimento sexual. Dois personagens se destacavam no cenário público por suas produções bibliográficas sobre a questão sexual: o psicanalista carioca Gastão Pereira da Silva (1897-1987) e o padre pernambucano Álvaro Negromonte (1901-1964). No caso do psicanalista, "O tabu da virgindade", "Vícios da imaginação" e "Para compreender Freud" eram algumas das obras que abordavam problemas cotidianos e íntimos à luz da psicanálise. Já os livros do padre assumiam a forma de manuais de catequese, com destaque para a produção de títulos que abordavam a instrução sexual de crianças e adolescentes, como "A educação sexual", e também daqueles que estavam em vias de preparação para o casamento e a vida conjugal, como "Noivos e esposos". Embora as relações entre psicanálise e religião sejam marcadas por conflitos, a exemplo das críticas à religião realizadas por Freud, também é possível identificar alguns pontos de diálogos e relativas aproximações no que tange à educação sexual, seja na valorização de uma sexualidade "normal" e "saudável" exclusivamente circunscrita no casamento, seja na concepção da masturbação e da homossexualidade como comportamentos passíveis de cura. Um exemplo é o artigo "Um aspecto religioso da psicanálise", escrito por Gastão Pereira da Silva em 1940 e publicado na revista literária "Dom Casmurro". Nele, o psicanalista tecia elogios ao livro do padre Negromonte, publicado no ano anterior pela editora José Olympio, e argumentava que a educação sexual indicava certas aproximações entre o catolicismo e a psicanálise. Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida com financiamento CAPES e pretende dialogar com o debate proposto pelo eixo temático sobre ciência, ao considerar que a popularização da educação sexual está relacionada a uma disputa por legitimidade entre psicanalistas e católicos, mas também evidencia algumas aproximações entre seus discursos no que diz respeito à correção de

comportamentos considerados desviantes e principalmente a conformação de uma sexualidade exclusivamente ligada ao casamento e à reprodução.

Palavras-chave: educação sexual, psicanálise, religião, leitura.

Morbus Sacer, Morbus Herculeus, Passio Puerilis: crime, masculinidade e epilepsia no Hospital Nacional de Alienados e no Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro (1904-1944)

Allister Teixeira Dias; Cristiana Facchinetti
allisterdias@hotmail.com
Fiocruz

Este trabalho analisa os debates teóricos sobre a epilepsia na primeira metade do século XX e experiência de alguns dos "criminosos" epiléticos que passaram pelo Hospital Nacional de Alienados e pelo Manicômio Judiciário na primeira metade do século XX. Tal estudo se justifica pela pouca atenção dada pela historiografia dos saberes médicos, psiquiátricos e psicológicos para a experiência de pacientes categorizados como epiléticos em instituições psiquiátricas e médico-penais, assim como o pouco desenvolvimento da história clínica e conceitual que tenha por escopo a relação epilepsia e crime. A partir de observações clínicas de indivíduos que passaram pela chamada Seção Lombroso (seção de "alienados delinquentes"), de laudos periciais publicados do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, de notícias de jornais e textos médicos, lançam-se novas luzes para a construção histórica da epilepsia enquanto categoria central para a psiquiatria forense, e terreno relevante de disputas e confluências jurisdicionais entre psiquiatria e direito penal. Isso a partir da perspectiva da história conceitual da clínica psiquiátrica. Por outro lado, apontam-se, a partir dos casos de homens epiléticos, os elementos que se ligam com o ideal de masculinidade culturalmente predominante no período, suas modulações e modificações, tendo por nortes as sinalizações analíticas da história cultural e de viés de gênero. A epilepsia e os epiléticos cometedores de crime foram temas fundamentais do debate criminológico da primeira metade do século XX. Em fins do oitocentos e nas duas primeiras décadas do XX, Afrânio Peixoto ressignificou bastante relação epilepsia-crime, dentro do latente debate da "incoercível tendência à violência e ao crime dos epiléticos. Escrevendo na década de 1910, afirmou a epilepsia como uma doença de base degenerativa, marcada por autointoxicações e excitabilidade dos "centros corticais e medulares", gerando mudança de caráter. Afrânio se tornou a maior no assunto para os principais juristas em atuação no Distrito Federal, nas décadas de 1910, 1920 e 1930. Outrossim, o crime verdadeiramente epilético, sempre seria um sintoma da doença; por isso, assim caracterizado o criminoso, deveria ser encaminhado aos MJs. Alguns epiléticos de fato perigosos, até mesmo sem crime, também, mas "com humanidade". No mesmo período, as conclusões de Arthur Ramos eram semelhantes. O crime do epilético seria um sintoma, um "equivalente impulsivo", dependente do "temperamento epileptoide", "fundo caracterológico onde se enxerta o mal epilético". Carrilho, por exemplo, muito claramente, dentre outras coisas, objetivava colocar no debate médico-jurídico-criminológico abordagens mais refinadas, mais "científicas" sobre tema complexo. Já em 1918 publicou nos *ABPNML* um texto sobre o tema, centrado na perícia de J.S.B.R, bisneto de Cipriano Barata e sobrinho de Cândido Barata Ribeiro, ex-prefeito do Distrito Federal. J.S.B.R foi "sentenciado e recolhido à Casa de Correção", sendo considerado, por Carrilho, "epilético-paranoico". Definiu, na ocasião, o "caráter epilético" como condição mais ampla do que o simples diagnóstico de epilepsia. Carrilho deu continuidade às investigações sobre o tema nos anos vinte, tendo como material empírico os indivíduos que passavam por suas mãos no MJRJ. Em 1929, o diretor do MJRJ foi aprovado na *Academia Nacional de Medicina* com um trabalho sobre a temática daepilepsia, dividido em duas

partes: *Estudo Clínico das epilepsias emotivas e Estudo Médico-Legal das Epilepsias Emotivas*. Em texto de 1940, sobre a "temibilidade dos epiléticos",deu continuidade as investigações. A questão central era delimitar um tipo específico de epilepsia, a "Emotiva". A temática traduzia sua principal preocupação forense: delimitar a epilepsia, distinguir suas formas, e suas relações com estados de "inconsciência" de certos indivíduos na hora do cometimento de crimes. Constituía-se numa questão estratégica na medida em que diferenciaria as ideias do psiquiatra forense, do cientista, do mero advogado de defesa, que alegava epilepsia nos seus clientes homicidas para obter absolvição. Na apresentação, toda esta discussão teórica será cotejada com as histórias clínicas e periciais. Serão apresentados também os elementos que configuram a masculinidade ideal expostos nos discursos clínicos.

Palavras-chaves: Hospital Nacional de Alienados; história do Brasil Republicano; história da psiquiatria; masculinidade; epilepsia

Fontes de Financiamento: CNPQ/Fundação Oswaldo Cruz

GT 3 - POLÍTICA

Higiene e Eugenia: relações entre o Museu Alemão de Higiene de Dresden e a América Latina (1911-1939)

Pedro Felipe Neves de Muñoz
pedrodemunoz@hotmail.com
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A presente comunicação oral apresenta o projeto de pós-doutorado intitulado "O Museu Alemão de Higiene de Dresden e a eugenia em perspectiva transnacional: relações com a América Latina (1911-1939)", bem como seus primeiros resultados. Esse projeto de pesquisa tem como tema de estudo o movimento eugênico internacional e as relações culturais da Alemanha com os países da América Latina, sob o signo da Auswärtige Kulturpolitik (política cultural exterior) e da Lateinamerikapolitik (Política Latino-americana). Para cumprir esse propósito, selecionou-se o Museu Alemão de Higiene de Dresden (DHMD em alemão) como objeto central da investigação, por seu papel na promoção da higiene e higiene racial (eugenia alemã) dentro e fora da Alemanha, especialmente nas relações culturais germano-latino-americanas, entre 1911 e 1939. O principal objetivo desta pesquisa é investigar as exposições internacionais e itinerantes (Wanderausstellung) do Museu de Higiene de Dresden, bem como sua relação com a política cultural alemã e a higiene racial, especialmente na República de Weimar e no Terceiro Reich. As relações entre a Alemanha e a América Latina serão analisadas através dos casos da Argentina, Brasil e Chile (países ABC). Os marcos temporais compreendem a primeira exposição internacional de higiene em Dresden, de 1911, tendo o Brasil como o único representante latino-americano, e o início da Segunda Guerra Mundial, pois esta alterou o quadro das relações internacionais e as estratégias do Museu Alemão de Higiene de Dresden. A partir de todo o exposto, é possível definir a pesquisa e a presente comunicação oral como um estudo de história comparativa e transnacional. Além disso, o trabalho parte de uma perspectiva crítica ao difusionismo e se apoia nos estudos subalternos latino-americanos, com o objetivo de refletir sobre a América Latina, suas agendas nacionais e questões identitárias, principalmente sobre o nacionalismo e o racismo científico na primeira metade do século XX. Para atingir os objetivos propostos, foi levantado um material diversificado que, até o momento, foi coletado nos arquivos da Alemanha, Brasil e Chile. Esse material compreende fontes manuscritas, impressas e iconográficas, tais

como: folhetos, programas e planos de exposições internacionais; congressos; viagens científicas; relatórios; documentos diplomáticos; cartas; publicações científicas do DHMD e revistas médicas sobre o movimento nacional e internacional da eugenia. Entre os arquivos consultados na Alemanha, destaca-se o Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes, em Berlim, e no Sächsische Hauptstaatsarchiv de Dresden. No Brasil, o arquivo do Itamaraty, o Arquivo Nacional e da Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) fazem parte da pesquisa arquivística. No Chile, a documentação foi extraída do Archivo Nacional de Chile e do Archivo del Ministério de Relaciones Exteriores de Chile. No que tange os resultados parciais da investigação, já foi possível identificar que as seguintes cidades receberam materiais do museu: Santiago, Valparaíso, Montevidéu, Blumenau, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Buenos Aires e Havana. O projeto de pós-doutoramento recebeu o aceite para ser realizado no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) e será submetido pelo supervisor à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no segundo semestre deste ano, para que o financiamento seja liberado a partir de janeiro do próximo ano.

Palavras-chave: Eugenia; Exposições de Higiene; Museu; História Transnacional; Relações germano-latino-americanas

Fontes de financiamento: submetido à FAPESP

A psicologia crítica no ciclo democrático popular

Marianna Paula da Cruz Martins; Filipe Milagres Boechat
mariannapcruz@gmail.com
UFG; UFRJ

O presente trabalho, que expõe os resultados parciais de uma pesquisa ainda em curso, pretende examinar a chamada psicologia crítica brasileira, buscando articulá-la aos enquadres do ciclo democrático-popular. Mais especificamente, buscamos investigar aquela psicologia que brotou, a partir da década de 1970, nos arredores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social (PEPG-PSO) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e, mais tarde, também no interior da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO): a assim chamada "psicologia laneana" ou "Escola de São Paulo de Psicologia Social". Investigaremos suas relações com a história política brasileira mais recente e, particularmente, com o desenvolvimento do ciclo histórico democrático-popular. Entendemos por ciclo histórico o arco temporal marcado por vultosas transformações político-econômicas, pelo acirramento da luta entre as classes sociais, pelo ascenso e descenso das classes subalternas e pela criação, assimilação e/ou destruição de aparelhos privados de hegemonia. Na história política brasileira, é possível delimitarmos dois grandes ciclos históricos: o ciclo democrático-nacional, e sua estratégia democrática e nacional, e o ciclo histórico democrático-popular, marcado pela hegemonia da estratégia democrática e popular. O ciclo histórico democrático-popular constitui o período aberto pelo ascenso das lutas operárias, sindicais e populares na década de 1970, lutas estas que resultaram na criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O ciclo histórico democrático-popular, sua estratégia, seus aparelhos e sua ideologia não deixaram de impactar nos rumos tomados por parte da psicologia crítica brasileira. Antes, deram lugar a formas alternativas de psicologia que bem poderíamos chamar de "psicologias democráticas e populares". Antielitistas, ecléticas e declaradamente comprometidas com a transformação social, algumas dessas formas de psicologia colocavam como centro de suas preocupações a crítica da ideologia, a superação da alienação e a

transformação social no sentido da emancipação humana. Argumentamos, neste trabalho, que a "psicologia laneana" ou a "Escola de São Paulo de psicologia social", constitui um caso paradigmático de psicologia social brasileira afinada com as determinações mais gerais do ciclo democrático-popular, descrevendo um movimento que acompanhou o movimento da consciência da classe trabalhadora brasileira desde seu ascenso, na década de 1970, ao seu refluxo à serialidade, em torno da década de 1990. Essa metamorfose ou "transformismo", nos termos gramscianos, expressou-se pelo abandono, por parte dos principais intelectuais do PEPG-PSO, das categorias centrais da tradição marxista e pela incorporação das teses de autores "neomarxistas", como Agnes Heller e Jürgen Habermas, bem como pela sua concentração no âmbito das políticas públicas e sociais (atuação que é ainda mais limitada considerando-se as particularidades da formação social brasileira). Sendo assim, nosso interesse consiste em buscar compreender, partindo de uma concepção metodológica fundada na tradição marxista, a história concreta dessa "psicologia sócio-histórica brasileira", no entendimento de que ela não aflora em um vácuo social e ideopolítico, mas vinculada às lutas de classes dentro e fora de nosso país.

Palavras-chave: psicologia crítica, marxismo, ciclo democrático popular, escola de são Paulo.

História da Psicologia Escolar no CEPAE

Marisa de Medeiros Ferreira
Anderson de Brito Rodrigues
marisa.medeiros10@gmail.com
UFG

Este é o relato de uma pesquisa de mestrado em andamento que tem como proposta realizar um resgate acerca da história da Psicologia Escolar no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás – CEPAE/UFG. Entendemos que conhecer o processo de surgimento e constituição da psicologia escolar em diferentes contextos pode contribuir para uma melhor compreensão e discussão críticas acerca dos desdobramentos atuais da área enquanto campo de intervenção e pesquisa, evidenciando sua dimensão histórica e suas determinações sócio-políticas. Elegemos o CEPAE como campo dessa pesquisa, pois se configura como uma das instituições pioneiras em psicologia escolar no Estado de Goiás, contando com psicólogos no seu quadro desde a década de 1970. O CEPAE foi criado em 1966 e suas atividades tiveram início em 1968 no prédio da recém-criada Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG). Sua criação visava a constituição de uma escola experimental de técnicas e processos didáticos e de um campo de estágio supervisionado para as licenciaturas da UFG. O CEPAE é o único Colégio de Aplicação inserido numa Universidade Federal da região Centro-Oeste e esse ano de 2018 completa 50 anos de funcionamento. Para compreender o caminho de desenvolvimento da Psicologia Escolar no CEPAE, partimos de uma compreensão mais ampla do desenvolvimento da Psicologia Escolar no país. Certos de que o contexto social macro tem estreita relação com o contexto de cada Estado e que cada Estado apresenta suas especificidades, buscaremos nos atentar às semelhanças e dessemelhanças, continuidades e descontinuidades no processo de desenvolvimento da psicologia escolar goiana e brasileira. Essas categorias, formuladas por Hobsbawn, ao procurar compreender o legado da história para a contemporaneidade, são importantes para a construção do presente estudo. Em Psicologia Escolar, nos deparamos atualmente com intensas problematizações que tiveram início, mais fortemente, no final da década de 1970 defendendo uma Psicologia Escolar crítica que atue institucionalmente favorecendo o processo de ensino aprendizagem e uma educação transformadora e que vá contra a individualização e naturalização de questões que são sociais. Nessa perspectiva, é importante

conhecermos a história dessa área da psicologia, como foi seu desenvolvimento, quais rupturas e continuidades estiveram e estão presentes nesse processo, como e por que chegamos a atual conjuntura teórica e prática em psicologia escolar. Diante disso o nosso objetivo central consiste em compreender o surgimento e desenvolvimento da Psicologia Escolar no CEPAE e suas relações com o contexto goiano e nacional. E, dentro desse fio condutor, buscamos também compreender quando a psicologia escolar surge no CEPAE; investigar se havia demandas específicas para esse surgimento; apreender quem era o profissional que atuava como psicólogo no CEPAE; investigar como era o trabalho dos psicólogos escolares que fizeram parte historicamente do CEPAE; entender quais concepções teóricas norteavam a prática desses profissionais. Para Massimi, se debruçar sobre o estudo da história da psicologia brasileira é um desafio para aqueles que queiram preservar o patrimônio histórico da psicologia contemporânea e um recurso essencial para a formação crítica do psicólogo brasileiro, pois lhe permite situar e entender a psicologia num contexto cultural, social e político opondo-se a um tecnicismo presente em nossa profissão. Essa pesquisa está sendo realizada através, principalmente, da coleta, seleção, leitura e análise de documentos que compuseram a história da psicologia escolar no CEPAE. Para além dos documentos oficiais da instituição, temos nos atentado aos mais diferentes tipos de fontes que falam sobre essa história, como: resultados de avaliação psicológicas, anotações sobre atendimentos, planejamento de encontros e atividades em grupo, propostas de intervenções para problemas escolares, projetos de educação sexual e de orientação vocacional, planejamento de orientação e formação de professores, relatórios de reuniões com outros profissionais da escola e com familiares e cópias de textos teóricos que permitem inferir perspectivas teóricas desses profissionais. Os documentos analisados até o momento, produzidos no final da década de 1970, evidenciam uma atuação com perspectiva ainda clínica com viés individualizante focado no aluno através do uso de testes de inteligência e avaliações, contudo, consonante com as discussões nacionais em Psicologia Escolar da época já identificamos também ações que trabalhavam uma perspectiva mais coletiva e institucional, como orientação e formação de professores, assessoramento à direção e ações de prevenção e conscientização sobre temas diversos em sala de aula.

Palavras-chave: Psicologia Escolar, História, CEPAE.

Intervenções Antimanicomiais: O Acompanhamento Terapêutico em Cena

Luana da Silveira, Luna Singulani Oliveira, Shanne Gonçalves Aranha
Universidade Federal Fluminense

Este trabalho aborda as questões referentes ao terceiro eixo temático: política. Coloca-se em análise o dispositivo clínico-político denominado Acompanhamento Terapêutico (AT), através da experiência do grupo de pesquisa e intervenção "Saúde Mental e Justiça", do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense de Campos dos Goytacazes. Compreendemos que o acompanhamento terapêutico visa à promoção de autonomia e protagonismo, sendo uma clínica em movimento no território. Visando a desinstitucionalização da loucura, o acompanhamento terapêutico é um dispositivo para ativar um movimento antipsiquiátrico e antimanicomial no território, contribuindo para o agenciamento de rede de atenção psicossocial e intersetorial, assim como mobiliza atores e estratégias de cuidado fora dos espaços institucionais. Como metodologia de pesquisa o trabalho contempla a pesquisa intervenção para realizar uma análise do dispositivo. Partindo da história da loucura, Foucault, propõe que a partir do século XVII, a loucura passa ao mundo da exclusão, tendo seu destino as grandes casas de internamento, na qual, não era habitada somente pelos loucos, contudo, a todos inaptos da ordem capitalista do trabalho, em que o

hospital não tem alguma vocação médica, longe da cura, sendo um local de exclusão social. Somente a partir do século XIX, Berlinck, propõe que a loucura passa a ser doença mental, o mental pertencendo ao campo da psicologia, e doença no campo da medicina, mais precisamente da psiquiatria. No contexto brasileiro, Amarante, concebe a história da reforma psiquiátrica brasileira a partir de 1978, quando surge o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), sendo estratégico para a construção de um pensamento crítico acerca da saúde mental, ponderando os novos rumos da psiquiatria através da desinstitucionalização. Em 1987, no encontro de Bauru dos trabalhadores de saúde mental, se constitui um movimento social com o lema "Por uma Sociedade Sem Manicômios". Foi a partir dos movimentos sociais organizados e do MTSM que foi possível à construção da lei 10.216, de 2001, que previsse a redução progressiva dos hospitais psiquiátricos, sendo inconstitucional a criação de novos manicômios. O acompanhamento terapêutico surge na Argentina, como uma nova figura que acompanhavam os pacientes dentro das instituições ou em atividades fora dela. No Brasil, o primeiro acompanhamento terapêutico se deu em 1960 na clínica de Vila Pinheiros, na qual a sua principal função era acompanhar o paciente em sua vida cotidiana. Acredita-se que o acompanhamento terapêutico é uma alternativa à internação, sendo um dispositivo antimanicomial, tendo suas intervenções voltadas para a socialização, ressocialização de seus vínculos para pessoas que sofreram de longas internações, e promoção de autonomia, se dando no território, nem sempre em um local fixo. Através deste dispositivo do acompanhamento terapêutico, o grupo de pesquisa e intervenção "Saúde Mental e Justiça" acompanha quatro casos de usuários que possuem interface com a justiça. O acompanhamento é realizado por duplas, e seu principal objetivo é a promoção de autonomia dos sujeitos, sendo muitas vezes realizados dentro da casa dos usuários, nas praças, no CAPS ou até mesmo no acompanhamento em consultas médicas. Nos casos de usuários curatelados ou interditados, a justiça compreende "o encargo público conferido por lei a alguém, para zelar, dirigir e administrar a pessoa, bens, direitos e interesses dos maiores incapazes, que por si só não podem fazê-lo". Sendo assim, compreende que esses usuários, para a justiça, não são capazes de responder por si. E justamente é neste sentindo que o dispositivo de AT tem como contribuição e construção de um sujeito político, fazendo com que aquele usuário tenha plena autonomia, o que Palombini, propõe de caminhar na direção nômade que segue os caminhos desviantes da intervenção. E através desta promoção de autonomia, que seja possível uma reversão de uma curatela, ou até mesmo de sua interdição civil. Para, além disso, o AT se propõe ao agenciamento da rede, no qual, desde sua porta de entrada, aquele sujeito tenha a possibilidade de acesso integral, acionando a toda rede de atenção à saúde necessária. Portanto, diante do exposto, compreendemos que o acompanhamento terapêutico é um dispositivo clínico-político, não se apresentando aos modos tradicionais na qual a psicologia entende a clínica, contudo, é um dispositivo antimanicomial, com escopo de promoção de autonomia, vínculos e contratualidade, sendo uma clínica no território.

Palavras – Chave: Acompanhamento Terapêutico, Antimanicomial, Intervenção, Dispositivo.

Saúde Mental do Trabalhador de Saúde Mental

Danilo de Oliveira Moraes Passos
daniloo.passos@hotmail.com
UFF – Rio das Ostras

Nesse trabalho buscarei investigar processos de subjetivação e relações de prazer e sofrimento provenientes do trabalho de profissionais concursados do ambulatório de saúde mental do município de

Rio das Ostras. A partir de minha experiência de estágio na rede de saúde mental do município, pude observar, em primeiro momento, a inexistência de diversos dispositivos previstos em leis e portarias específicas da saúde mental, tais como a lei 10.216/2011 que dispõe sobre os direitos de pessoas com questões de saúde mental e a portaria 3088/2011, que instituem a rede de atenção psicossocial (RAPS) e os dispositivos que a compõem. A partir dessa conceituação do que é definido por lei e pelo que é considerado ideal no cuidado do usuário dos serviços de uma forma geral. Observar-se-á como os serviços e os profissionais que os compõem organizam-se lançando mão dos recursos que têm em mãos – que nem sempre vão de encontro com aquilo que é prescrito -, tendo que constantemente usar de criatividade a fim de proporcionar algum funcionamento do serviço, mesmo que não de forma ideal. O trabalho nos CAPS tem evidenciado que essas novas formas de atenção, e o modelo horizontal de relação de trabalho tem implicação direta na criação de novas relações entre os profissionais. Esses estudos evidenciam que a organização do trabalho bem como a maneira como ele é realizado em suas várias formas têm tido maior respaldo na organização interna das equipes e seus acordos internos. Os equipamentos vão construindo seus processos de trabalho de acordo com os recursos disponíveis. Partindo de minha perspectiva como estagiário do CAPS e do Centro de Reabilitação de Rio das Ostras, pude observar um intenso sofrimento por parte dos profissionais que compõem esses serviços, evidenciado por experiência no campo, bem como por conversas e trocas de experiências. Tais questões afetam diretamente o funcionamento do serviço e a atenção aos usuários dos mesmos. A saúde física e mental dos profissionais desses serviços também são diretamente afetadas, haja vista seus constantes adoecimentos e surgimento de diversos sintomas decorrentes dessa desestruturação de seus espaços de trabalho. Esses profissionais fazem parte do quadro técnico da saúde mental do município há pelo menos cinco anos, e se deparam com dificuldades em seus trabalhos por diversos motivos, como a falta de dispositivos para compor a rede, a falta de recursos humanos para compor as equipes, bem como diversas dificuldades para lidar com a gestão desses serviços. Há um entendimento geral que profissionais do setor público gozam de maior estabilidade em seus respectivos ambientes de trabalho, principalmente em se tratando de profissionais concursados, já que há um risco menor de demissão e uma maior flexibilidade em suas relações hierárquicas. Entretanto, tais profissionais se deparam com diferentes formas de precarização, como as provenientes de momentos de instabilidade política, como se pode observar em nossa região – fato que pode acarretar na descontinuação de projetos, alteração do quadro de funcionários e na demissão de alguns deles (os que se encontram em cargos comissionados), o que aumenta ainda mais a precarização do serviço. Outra forma de precarização que se pode encontrar é a ausência de trabalho em rede, e falta de pontos de apoio e referência para respaldar os profissionais. Com este trabalho, pretendo dar protagonismo aos operadores das referidas politicas de saúde pública, para que tenham a devida atenção e assim promover uma melhora dos serviços ofertados. O referencial teórico será baseado na abordagem da clínica psicodinâmica do trabalho, abordagem contemporânea que viabiliza melhor entendimento da subjetividade no trabalho, a partir da criação de espaços de discussão que dão voz ao trabalhador e aos processos de prazer e sofrimento por ele vivido em seu ambiente de trabalho. Em primeiro momento será feita uma análise sócio-historica da reforma psiquiátrica no Brasil e suas principais influências, bem como a definição de como esse tipo de serviço se estrutura no Brasil, por meio de legislação especifica da área. A partir desses dados, será exposta a forma como esses serviços são ofertados no município de Rio das Ostras, e também os dispositivos e recursos humanos disponíveis para a realização de tais serviços.

Palavras-chave: Saúde mental; Saúde mental do trabalhador; psicodinâmica do trabalho; RAPS.

El Mundial del '78": fútbol, política, ciencia y opinión pública en la última dictadura militar argentina

María Andrea Piñeda
mandreapineda@hotmail.com
Facultad de Psicología, Universidad Nacional de San Luis / Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (FaPsi-UNSL/CONICET)

Introducción y objetivo. ¿Qué modelo de verdad se impone en cada tiempo? ¿Qué roles juegan la política, la prensa y las explicaciones científicas en la construcción de criterios de verdad? ¿Qué impacto tienen estos criterios de verdad sobre la política científica, y qué alcance logran sobre el pueblo del cual los científicos también son parte? El 25 de junio de 1978 el seleccionado argentino de fútbol se consagró campeón mundial. En pleno clima represivo de dictadura militar, el campeonato del que Argentina fue anfitriona, acaparó la atención y el creciente entusiasmo de masas enfervorizadas que -sin distinción de edad, sexo, clase social o ideología- salieron a las calles de todo el país a festejar. El singular fenómeno que trascendió lo deportivo, fue objeto de campañas y contra-campañas periodísticas nacionales y extranjeras. El campeonato fue demagógicamente utilizado por los militares para proyectar buena imagen internacional. Sin embargo, tuvo efectos no calculados sobre la manifestación callejera de las masas y fue oportunidad de difusión de las innumerables denuncias de crímenes de Estado por parte de la prensa extranjera. El fenómeno del Mundial del '78 también mereció la atención de científicos estudiosos del comportamiento humano subsidiado por CONICET, organismo que en ese período concentraba las capacidades y recursos del sistema científico argentino. El equipo del Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental (CIIPME) conducido por Horacio Rimoldi se propuso realizar un análisis objetivo de los comportamientos y sentimientos de los argentinos durante el mundial de fútbol. Sus resultados confirmaban el masivo sentimiento de unanimismo y nacionalismo que avalaban la realización del polémico campeonato y auguraban que los sentimientos de orgullo, unión y confianza en la capacidad de los argentinos para lograr objetivos serían duraderos y podrían encauzarse con fines de interés nacional. A partir del análisis historiográfico de la publicación de este estudio científico sobre un hecho popular, proponemos discutir sobre la construcción de criterios de verdad en el interjuego: política, ciencia y opinión pública. Metodología. Describimos el fenómeno del mundial del '78 teniendo en cuenta a Bauso que publica fuentes primarias documentales y más de 150 entrevistas a informantes clave de diferentes sectores y orientación política. Destacamos aspectos sobre la educación superior, el sistema científico argentino y el CONICET durante la dictadura de 1976-1983, mencionando los centros universitarios e institutos de investigación de CONICET dedicados a temas de psicología existentes. Valoramos la figura de Rimoldi para el avance de la psicología científica, las ciencias cognitivas y del comportamiento y su creación del CIIPME. Considerando las características de las publicaciones del Boletín CIIPME en ese periodo (áreas temáticas, orientaciones teórico-metodológicas, diseños de investigación), analizamos las peculiaridades de la publicación sobre el estudio del Mundial del '78. Resultados y discusión. Tres aspectos inusuales para los trabajos del CIIPME avalan la hipótesis de que este estudio apuntaba a legitimar científicamente, desde el sentir popular, la propaganda militar que desmentía a periodistas extranjeros. 1) Ninguna publicación se prologaba pero en este caso, Rimoldi presentaba el trabajo de su equipo con abundantes expresiones críticas hacia la prensa extranjera, entendida como factor de división y deterioro de la imagen del pueblo argentino. 2) El estudio era presentado como sociológico, campo no habitual del CIIPME e, inusualmente, no presentaba aparato bibliográfico que sustentara el diseño del instrumento o a las interpretaciones de los resultados. Esto le

daba al trabajo apariencias de un relevamiento de opinión pública más que de estudio sociológico del comportamiento y sentimientos. 3) En su loa a la objetividad del trabajo, Rimoldi parecía apuntar contra grupos de sociólogos independientes del CONICET. Utilizaba como criterio de "verdad objetiva" la rigurosa estadística, sin cuestionarse la intencionalidad en el diseño de las preguntas ni la interpretación de las respuestas a las mismas.

Palavras-chave: Argentina, golpe de Estado, fútbol, políticas científicas, opinión pública.

Fontes de financiamento: CONICET y UNSL.

A Restituição de Terras aos Povos Originários no Brasil e na Colômbia: Uma Análise Comparativa dos Desafios das Políticas Étnicas na América Latina

André Luís de Oliveira de Sant'Anna; Juliana Salazar Figueroa
psi.andredesantanna@gmail.com
UERJ

O objetivo deste trabalho foi investigar a emergência dos desafios encontrados nas politicas étnicas de restituição de terras dos povos originários em países da América Latina, a partir de dois episódios recentes: as disputas envolvendo a Aldeia Maracanã, no Brasil; e a restituição de terras indígenas como efeito de leis elaboradas em 2011, na Colômbia. A historia da América Latina foi fraturada no encontro com as conquistas do continente europeu, visto que o acontecimento marcado como o descobrimento da América que inaugura o inicio da colonização, evidencia que os povos indígenas que ocupavam o vasto território do Novo Mundo tiveram suas terras invadidas, suas vidas ameaçadas por doenças e seus corpos se tornaram alvo de sucessivos mecanismos de docilização. Depois de serem vistos ao longo da historia com sendo uma etapa do processo civilizador, os povos indígenas passam a ter seus direitos reconhecidos pelo Estado, mas a disputa pelas terras dos povos originários foi marcada, dentre outras coisas, por uma batalha pelos discursos, que é cercada por silêncios e interditos. O que se pretendeu foi verificar aspectos relativos a emergência das leis de restituição de terra dos povos originários a partir do século XX em um comparativo da realidade entre Brasil e Colômbia, razão pela qual como opção teórico metodológica foi utilizada a perspectiva teórica de Foucault, de modo a analisar não apenas o discurso oficial sobre a questão, mas também os embates e disputas entre os discursos. Considerando o Censo do IBGE de 2010 o Brasil possui cerca de 896.917 indígenas, de 305 etnias diferentes e falando cerca de 274 línguas, mas somente com a promulgação da Constituição de 1988 duas novidades são apresentadas, o abandono de uma abordagem assimilacionista e os direitos dos indígenas sobre suas terras são definidos como direitos originários. No entanto, no conflito entre os indígenas da Aldeia Maracanã e o Estado brasileiro, que solicitam o uso da antiga sede do Serviço de Proteção aos Índios abandonada desde 1977 e ocupado em 2006 por um grupo de indígenas que solicitam a criação de uma Universidade Indígena gerida pelos índios, mas que o governo do Estado em função dos eventos da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil indicou interesse em negociar o espaço com a iniciativa privada ignorando as relações dos indígenas evidenciando uma tensão entre estes e a iniciativa privada, situação agravada a partir do Golpe de 2016. Mais ou menos nesse mesmo período, há de se ressaltar que na Colômbia foram elaboradas as leis 1448, 4635 e 4633 de 2011, que se dispuseram para a reparação das vitimas do conflito armado pertencentes a comunidades afrodescendentes e indígenas. De fato, Colômbia se define como um país pluriétnico e multicultural a partir da constituição de 1991. Neste documento não apenas se reconheceu a diferença e a alteridade no país, mas também deu lugar de participação aos grupos afrodescendentes e indígenas; entretanto muito antes os povos originários tem estado em luta constante contra a exclusão e a

marginalização que tem sofrido remontando a colonização, quando se comercializava os afrodescendentes como escravos e a população indígena sofria a expulsão de suas terras. Daí a relevância de realizar um resgate histórico acerca do processo de povoamento das comunidades minoritárias na Colômbia, incluindo o uso da terra com diversos interesses e as diferentes estratégias de resistência. Estes interesses incluem a exploração, extração e exportação da terra e suas riquezas, bem como o cultivo de produtos ilícitos, colocando em risco a sobrevivência e a integridade das minorias étnicas e a população campesina. Sendo fundamental realizar uma análise critica das estratégias utilizadas de maneira institucional para enfrentar os danos causados pelo conflito que se relaciona diretamente com o exercício do controle territorial, presente na maioria das zonas rurais da Colômbia. Nesta discussão procura-se focar a atenção no processo de restituição de terras da comunidade do Conselho Comunitário da bacia do Rio Yurumangui na zona rural do municipio de Buenaventura– Valle del Cauca, Colômbia, enfrentando diferentes dificuldades e riscos; então se privilegia uma metodologia qualitativa que privilegia a experiência dos sujeitos sem deixar de lado os aspectos do contexto que influencia as situações que podem advir.

Palavras-chave: povos originários, américa latina, restituição

Psicologia e a formação de pastores batistas (Rio de Janeiro, décadas de 1950-1990): uma análise historiográfica

Filipe Degani-Carneiro
filipe.degani@gmail.com
UNISUAM/UERJ

Este trabalho analisa historicamente a constituição do "investimento evangélico" pela Psicologia no Brasil – isto é, as mútuas apropriações entre o campo religioso evangélico/protestante e a Psicologia que se expressam no número cada vez maior de profissionais e instituições que articulam estes discursos acadêmico/profissional e religioso. Uma das faces mais visíveis desta articulação são as atividades de ensino teológico, ministradas por seminários evangélicos, em cujos currículos é comum encontrar disciplinas de temáticas relativas à Psicologia da Religião, Aconselhamento Psicológico e Psicologia da Educação, dentre outras. Desta forma, esta pesquisa objetiva compreender os processos de apropriação do saber e prática psicológicos pelo campo evangélico no Brasil dentre as décadas de 1950-1990, com ênfase no Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil (STBSB). A adoção deste recorte temático se justifica porque os seminários evangélicos são centros de formação de líderes, além de concentrarem em seus corpos docente e discente os segmentos do campo evangélico mais voltados ao estudo do saber acadêmico e ao estabelecimento de diálogos com o saber teológico e à prática pastoral. Foram realizadas entrevistas com 8 (oito) informantes que foram alunos e professores do STBSB (o que significa dizer que todos eles foram pastores de igrejas batistas). A apropriação dos saberes psicológicos no STBSB ocorreu por meio de dois eixos de investimentos. De um lado, a inserção curricular de disciplinas que abordavam temáticas psicológicas. Por outro lado, a adoção de atividades voltadas à utilização de conhecimentos e práticas para orientação vocacional e aconselhamento psicológico dos alunos seminaristas. Localizou-se a presença de disciplinas com conteúdos psicológicos no currículo do STBSB desde o início da década de 1950. Foram identificados no recorte temporal de 1950-1990 13 (treze) docentes do STBSB que lecionaram conteúdos psicológicos, dentre os quais destacaremos Antônio Dutra Junior (1917-2013), que durante a década de 1950, ministrava a disciplina de Psicologia Pastoral. Dutra Jr. foi um pastor batista e médico psiquiatra, que realizara formação psicanalítica na Inglaterra. Dutra Jr. integrou ainda o corpo de analistas didatas da SPRJ, criada em 1955. Outro personagem psi relevante no contexto educacional

batista foi José Novaes Paternostro (1916-1997), psicólogo com destacada atuação no campo da psicotécnica e da psicologia aplicada ao trabalho, que foi membro da Academia Paulista de Psicologia. Paternostro era um membro de uma igreja batista em São Paulo e realizou dentre as décadas de 1950-1970 a aplicação de testes psicológicos para orientação vocacional e avaliação de personalidade nos candidatos ao ingresso no STBSB. Na década de 1970, foi criada pelos pastores batistas José Roberto Pereira de Britto (1941) e James Everett Musgrave Jr. (1922-2010) – ambos com formação em psicologia obtidas em seminários norte-americanos – uma Clínica de Aconselhamento Psicológico, a fim de capacitar seminaristas e pastores na utilização de conhecimentos psicológicos em suas práticas pastorais. Percebe-se que as atividades de orientação psicológica a alunos do Seminário acompanhavam tendências e transformações ocorridas no campo psicológico secular. De uma ênfase inicial na orientação vocacional e no psicodiagnóstico através de testes psicológicos (durante os anos 1950-1960), o perfil de atuação em orientação psicológica passou a se direcionar para um modelo de aconselhamento, fortemente influenciado pelo movimento da Psicologia Humanista, com ênfase na entrevista psicológica e no papel da relação terapêutica. Ademais, tais atividades de orientação psicológica estavam vinculadas à percepção de que elementos espirituais e psicológicos se associavam e deveriam ser trabalhados na formação pessoal dos futuros pastores. Desta forma, observa-se que, ao mesmo tempo que o ensino e atuação da Psicologia no STBSB tinha por finalidade precípua fornecer subsídios para a atuação sacerdotal dos futuros pastores batistas, acabou por despertar a motivação de alguns alunos em se graduarem em Psicologia. Além disto, as características da apropriação do saber psicológico no STBSB estavam articuladas com o contexto geral deste saber no Brasil ao longo do recorte temporal adotado: a inserção inicial da Psicologia em cadeiras/cátedras de ensino superior; a psicotécnica e a hegemonia do modelo psicométrico nas décadas de 1950 a 1960 e sua substituição pelo modelo clínico psicoterápico, que se torna hegemônico a partir da década de 1970.

Palavras-chave: Evangélicos, Religião, História da Psicologia, Cristianismo, Batistas

A Militarização dos Povos Originários na Ditadura Empresarial-militar no Brasil

André Luís de Oliveira de Sant'Anna
psi.andredesantanna@gmail.com
UERJ

"Introdução: O presente trabalho tem como objetivo analisar a emergência da militarização indígena no período da ditadura empresarial-militar no Brasil através das relações de proveniência da criação da Guarda Rural Indígena observada nos registros do Relatório Figueiredo. A memória social do Brasil é repleta de silêncios, de modo que a abertura de documentos sigilosos produzidos na ditadura envolve uma ampla rede de registro de documentos, mas também um trabalho feito no período da redemocratização para dificultar o acesso às informações relevantes. A Comissão Nacional da Verdade através do eixo indígena, reencontrou um conjuntos de documentos que eram dados inadequadamente como desaparecidos, que protagonizou uma das denúncias com maior repercussão na mídia, que veio a ser reconhecido como Relatório Figueiredo. No referido documento, além das denúncias de desvios de recursos, tortura e genocídio indígena, encontra-se relatos a gênese da Guarda Rural Indígena. Fundamentação teórico-metodológica: O que se pretendeu foi perceber as relações de proveniência e emergência da Guarda Rural Indígena, a partir do referencial foucaultiano, de modo a observar os discursos que estão em disputa na constituição de uma história oficial que fratura a subjetividade dos

povos indígenas, bem como interdita suas narrativas. Discussão: A ditadura empresarial-militar no Brasil foi responsável pela morte de mais de oito mil indígenas, segundo levantamento feito pela Comissão Nacional da Verdade, que através dos trabalhos feitos pelo eixo indígena reencontrou o conjunto de documentos conhecidos como Relatório Figueiredo. Tal documentação resulta da investigação empreendida pela Comissão de Inquérito instaurada em 1967 pelo Ministro do Interior General Albuquerque Luma, e presidida pelo procurador Jader Figueiredo com a finalidade de investigar os crimes cometidos por agentes do Estado que trabalhavam no Serviço de Proteção aos Índios, revelando entre outras importantes questões esquecidas da história dos povos indígenas no Brasil, a criação da Guarda Rural Indígena. O Relatório Figueiredo evidencia a figura do capitão indígena, que consistia em um indígena retirado do contexto da aldeia e investido de autoridade pelo Serviço de Proteção aos Índios, estabelecendo uma liderança que não era proveniente do grupo étnico, mas reconhecido pelo chefe do Posto Indígena. Na trajetória de militarização dos indígenas no período da ditadura, a intervenção da Polícia Rural Mineira na mediação de conflito com os Maxakali, permitiu a assinatura de um convênio no ano de 1966 entre o SPI e a Polícia Militar de Minas Gerais, que veio a viabilizar a criação da Guarda Rural Indígena, de modo a operar uma militarização do Capitão Indígena, que visava assegurar os interesses do Estado junto aos povos indígenas, de modo a implementar uma ação disciplinar que beneficiava os interesses do mercado. De modo que, em 1969 um grupo de 84 indígenas provenientes de diversas etnias, deu entrada no quartel da Polícia Militar em Minas Gerais, recrutados em suas aldeias para receberem treinamento militar, o que representava a militarização dos povos indígenas e da política a eles destinada através da formação da primeira turma da GRIN – Guarda Rural Indígena, criada pela portaria de 231/69 de 25 de setembro de 1969 publicada no diário oficial no dia 30 do referido mês. A GRIN iria proporcionar a desagregação de jovens indígenas, dividir a liderança de aldeias e docilizar corpos indígenas segundo o interesse do Estado.

Palavras-chave: povos originários, guarda rural indígena, militarização.

A Emergência dos Discursos Jurídicos Sobre a Casa do Índio

André Luís de Oliveira de Sant'Anna
psi.andredesantanna@gmail.com
UERJ

"Introdução: O objetivo do presente trabalho é analisar a emergência dos discursos jurídicos sobre a Casa do Índio, espaço localizado na Ilha do Governador que visou preferencialmente acolher indígenas caracterizados com doença mental desde o período da ditatura empresarial-militar. A Casa do Índio foi organizada no ano de 1968, em conjunto com uma serie de instituições que visavam disciplinar os corpos indígenas, tais como a Guarda Rural Indígena e o Reformatório Indígena Krenak. No entanto, existe um silêncio constrangedor sobre a Casa do Índio, evidenciando que as questões que tangem os povos indígenas no Brasil segue sendo invisivibilizadas pelos mecanismos de poder. A Casa do Índio foi organizada por Eunice Cariry, que integrou os quadros do extinto Serviço de Proteção aos Índios como sertanista, mas que ainda se mantém a frente da Casa, que funciona como espaço de asilamento indígena. O poder que opera nas múltiplas relações da Casa do Índio emerge entre os relatos sobre o espaço e os processos jurídicos que atravessam a história da Casa, constituindo um saber escrito nas disputas jurídicas sobre esta página tão pouco conhecida sobre a história dos povos indígenas no Brasil. Fundamentação teórico-metodológica: A pesquisa seguiu procedimentos foucaultianos de análise discursiva, visto que

na sociedade a produção do discurso segue procedimentos que tem por função domesticar seus poderes e perigos, de modo a controlar sua aleatoriedade. Neste sentido, é fundamental perceber a formação histórica das práticas discursivas, descrevendo as transformações de um discurso e as respectivas relações com a instituição que o produz. A partir de um discurso legitimado sobre a saúde mental dos povos indígenas, em um imbricamento de textos jurídicos, pode ser percebida a escrita da história sobre a loucura indígena, que visa privilegiar um tipo hegemônico de sujeito que está de acordo com os ideais de uma sociedade capitalista, considerando os que estão a margem deste processo como sendo anormais. De fato, analisar a Casa do Índio exige um procedimento metodológico que torne possível perceber o modo como os discursos estão atravessados por lutas, disfarces e rapinas, marcando a singularidade dos acontecimentos, como possibilita a perspectiva de Foucault. Discussão: A Casa do Índio foi organizada em 22 de novembro de 1968, em um imóvel alugado, posteriormente adquirido pela FUNAI. Na década de 80 iniciou uma mobilização que resultou na construção da nova sede, com o apoio do então governador Leonel Brizola e do Deputado Federal indígena Mario Juruna. O espaço se constituiu, segundo a própria fundadora, Eunice Cariry, como espaço para receber indígenas tidos com doença mental. Desde o ano de 2003 verifica-se registros sobre inquéritos envolvendo a Casa do Índio e a FUNAI, bem como posteriormente a Secretária Especial da Saúde Indígena (Sesai). O Ministério Público Federal moveu uma ação contra a FUNAI exigindo a reestruturação da Casa do Índio, reconhecendo que a Casa do Índio embora tenha sido transferida para a Sesai em 2010, tem mantido seu funcionamento através de doações. As ações realizadas pelo Ministério Público reconhece, que o espaço tem abrigado pacientes psiquiátricos ao longo dos anos das mais diversas etnias, mas que seu funcionamento não está ajustado as demais Casas de Apoio a Saúde Indígena em função das disputas entre a fundadora Eunice Cariry e a FUNAI. Os processos emergem como lugar de disputa entre as narrativas sobre a história da Casa do Índio, permitindo conhecer sua constituição.

Palavras-chave: indígenas, loucura, casa do índio.

Pauline Reichstul nos biografias e autobiografias de militantes da luta contra a ditadura civil-militar

Juberto Antonio Massud de Souza
xjubertox@hotmail.com
UERJ

O trabalho a ser apresentado consiste na análise de publicações na literatura produzida por militantes políticos que tiveram contato direto ou indireto com a psicóloga tcheca Pauline Reichstul. Lembramos que após ter trabalhado no grupo de Jean Piaget em Genebra, Pauline foi para a França onde entrou em contato com exilados brasileiros da ditadura civil-militar. Deslocou-se para o Brasil, para ajudar a reorganização do agrupamento do qual fazia parte, a saber a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e aqui foi assassinada em 1973. Com isso, buscamos retomar parte da historiografia de psicólogos que tiveram algum papel de resistência contra o golpe de classe de 1964. Para tal, utilizamo-nos dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético, e nos apoiamos na concepção de estudo crítico tal como elaborado na teoria vigotskiana. Este é o nosso terceiro momento de discussão sobre o caso específico da psicóloga Pauline, e insere-se posteriormente a dois artigos já encaminhados. O primeiro, teve como objetivo compreender o movimento ideológico operado pela imprensa brasileira na construção da imagem de terrorista de Pauline. Para tal, pesquisamos sobre Pauline Reichstul nos bancos de dados dos jornais da época, disponíveis na Biblioteca Nacional Digital. Isto nos deu o material

empírico, possibilitando reconstruir este movimento a partir destas publicações. Ao final, concluímos que a metamorfose da imagem desta psicóloga só se tornou possível através de sua desumanização, promovida pela mediação ideológica da imprensa. Esta serviu, portanto, como verdadeira correia de transmissão do Estado brasileiro, veladora de sua atividade vital. O segundo, teve como objetivo se apropriar dos documentos a respeito de Pauline no principal bando de dados sobre a ditadura civil-militar brasileira. Para tal realizamos uma pesquisa nos arquivos do Brasil: Nunca Mais (BNM). Os documentos mantidos no banco de dados do BNM, através do trabalho de Dom Paulo Evaristo Arns e reverendo Jaime Wright, se mostraram como fontes históricas primárias valiosas para a recuperação de uma fração da história contra a qual parte da psicologia, organizada em um agrupamento armado, lutou. Estes documentos que fizeram com que Pauline não fosse esquecida, diferentemente das reportagens de jornais analisadas e cotejadas no artigo anterior, não a trataram como uma terrorista que deveria ser morta pelo aparelho repressivo. Ao contrário, deixam mais cristalinas as oposições sócio-políticas do período. De um lado, as afirmações no interior do processo do STM que a colocam como uma estrangeira que foi assediada e levada para o terrorismo através de seu marido. Do outro, os diferentes documentos feitos pelas organizações, distribuída por militantes e parte da Igreja Católica que a trataram como mais uma lutadora que fez parte da resistência de um grupo armado contra o golpe de classe que se aprofundava. No terceiro, aqui apresentado e incorporado ao que foi acumulado nos momentos anteriores, e que finaliza a trilogia dos escritos sobre Pauline, analisamos a maneira pelo qual foi descrita nas biografias e autobiografias de militantes da luta contra a ditadura civil-militar. Neste sentido, reavivamos antiga discussão sobre o papel do individuo na sociedade, considerando a relação mediada pelo agrupamento de que fez parte. Estes três diferentes momentos articulam parte da reconstrução da memória histórica da psicologia, em que nos propomos a reconstituir parte do movimento tendencial de luta da psicologia contra a ditadura civil-militar. Com isso, reconstruímos, ainda que parcialmente, parte da historiografia de psicólogos que tiveram algum papel de resistência contra o golpe de classe de 1964.

Palavras-chave: Luta armada, História da psicologia, Ditadura militar.

Reflexologia do trote de calouros: argumentos histórico-políticos contra o condicionamento subversivo

Marília Novais da Mata Machado, Rodolfo Luís Leite Batista
marilianmm@gmail.com
UFMG

Este trabalho apresenta uma análise do discurso do artigo de Zeferino Vaz (1908-1981): "Contribuição ao conhecimento da guerra revolucionária: o processo de trote de calouros como técnica de base científica reflexológica de imposição de liderança estudantil nas universidades". Esse texto foi objeto de troca de cartas entre reitores da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1971, e auxilia a compreender a apropriação de uma teoria psicológica em contexto diverso de sua origem. No período em que esse artigo foi escrito, o País vivia uma ditadura que durou mais de duas décadas e que criou mecanismos de controle e circulação de informação, como as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESIs) – órgãos do Serviço Nacional de Informações (SNI) que atuavam nas autarquias federais para realizarem a triagem de informações de caráter considerado subversivo. Foi justamente no arquivo da AESI/UFMG, localizado na Biblioteca Central dessa universidade, que encontramos o discurso aqui tratado. Ele constituiu nosso corpus de análise. Articulamos teórica e metodologicamente linguagem e história, apoiados em escritos de Michel Foucault,

Michel Pêcheux, François Flahault, Dominique Maingueneau e Oswald Ducrot. A análise produzida consistiu no levantamento das condições de produção do discurso (descrição do momento histórico-político e do saber vigente sobre reflexologia, apresentação de dados biográficos sobre o autor do discurso, incluindo sua relação com o autor do segundo discurso do arquivo AESI/UFMG em que a reflexologia também entra) e na análise do texto com enfoque em conectivos argumentativos utilizados. A pesquisa das condições de produção do discurso mostra que o documento foi escrito em momento crítico da ditadura, em que coexistiam o "milagre econômico brasileiro" e a repressão dos ditos "anos de chumbo". Em relação à vida universitária, havia tentativas ditatoriais sistemáticas de desmantelamento do movimento estudantil e de controle da atividade de docentes mediante perseguição e repressão políticas. Nesse período, a reflexologia, teoria psicológica produzida a partir das investigações experimentais realizadas pelo russo Ivan Pavlov (1849-1936), já circulava no Brasil. Em Minas Gerais, há indícios de seu ensino na Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais (atual UFMG) desde os anos 1950. O estudo da reflexologia também esteve presente nos primeiros laboratórios experimentais de orientação behaviorista no País. Os estudos biográficos sobre Zeferino Vaz descrevem-no como uma figura às vezes ambígua: foi professor universitário; foi reitor-interventor na Universidade de Brasília entre abril de 1964 e agosto de 1965, a serviço do regime militar, justamente quando se instalou o curso de psicologia naquela instituição; liderou o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras; denunciou infiltração marxista em universidades paulistas; a pedido do governador Adhemar de Barros, comandou a comissão de criação da Universidade Estadual de Campinas, da qual foi reitor entre 1966 e 1978; partidário da ditadura, em raras ocasiões protegeu professores de esquerda que se opunham a ela. A análise do texto permitiu-nos descrever os argumentos propostos por Zeferino Vaz: (a) o trote estudantil não é diversão inofensiva, mas meio de satisfazer impulsos sadomasoquistas; (b) orientado cientificamente pela reflexologia, o trote impõe a obediência de estudantes a líderes subversivos mediante a criação de reflexos condicionados; (c) a reflexologia é uma teoria estreita, mecanicista e negativista; (d) desde o ensino secundário, os líderes subversivos são cientificamente aparelhados para implantarem nos calouros o reflexo condicionado de obediência; (e) é necessário impedir o processo de trote para que se ponha fim à presença de lideranças de esquerda nas universidades. Concluímos que, mediante uma longa argumentação (amplamente divulgada entre reitores das universidades públicas brasileiras por meio das AESIs), Vaz defendeu o fim do trote estudantil universitário como estratégia para a eliminação da subversão estudantil e da infiltração comunista. Para explicar a ação política dos líderes estudantis de esquerda, recorreu à reflexologia, argumentando que essa disciplina explica a obediência da massa estudantil aos líderes "subversivos", bem como a formação de novos líderes. Finalmente, Vaz manteve uma relação ambígua com a reflexologia: admiração por sua capacidade de explicar a função do trote estudantil (controlar e treinar a massa estudantil) e rejeição por se tratar de teoria originada no país que criou a União Soviética comunista.

Palavras-chave :história da psicologia, análise do discurso, reflexologia, política, trote.

Formação dos psicólogos na Bahia durante o período da ditadura militar: contribuição dos psicanalistas argentinos

Rosane Maria Souza e Silva
rosane22psi@gmail.com
UFBA/IFBA

Propõe-se investigar neste trabalho, como parte da pesquisa de doutoramento, a trajetória da vinda de psicanalistas argentinos à Bahia, no período entre 1970-1980, e sua influência no processo de formação

dos psicólogos concluintes do primeiro curso de Psicologia da Bahia, implantado no final da década de 1960 na UFBA, tendo como pano de fundo político, o regime militar que se instaurou no Brasil em 1964. A pesquisa que aqui apresentamos insere-se no campo da História social da ciência e valoriza tanto as relações históricas e sociais quanto os aspectos técnicos, ou seja, o próprio conteúdo da ciência psicológica. A variedade de aspectos da história das ciências é tão ampla quanto suas vias de acesso, o que permite todas as contribuições analíticas, quer seja a partir dos conteúdos teóricos, quer seja com base nas vertentes históricas e sociais. O caminho metodológico está sendo norteado pelos marcos da abordagem da pesquisa qualitativa, de fontes historiográficas documentais e bibliográfica. Para compreensão mais aprofundada do período estudado, são utilizadas obras historiográficas de referência concernentes à história da psicologia no Brasil. Por meio da pesquisa às fontes primárias faremos a análise de documentos do período estudado. São utilizadas como fontes secundárias, obras historiográficas de referência concernentes à ditadura militar na América Latina. No que se refere à produção científica, aos campos de atuação e às práticas profissionais do psicólogo durante o regime militar, a investigação visa o deslinde da psicologia na Bahia naquele momento em que se buscava a legitimidade social da profissão. Serão consideradas as concepções e as abordagens psicológicas dominantes, bem como as práticas que rompiam os parâmetros mais hegemônicos no período. Nesse sentido, reflete-se acerca da influência da vertente psicanalista nas práticas clínicas, especialmente com a vinda de psicanalistas argentinos que, fugindo da ditadura argentina, migraram para o Brasil, ajudando a consolidar o movimento no país. Dentre eles, Emílio Rodrigué, dissidente da Associação Psicanalítica Argentina (APA), muda-se em 1974 para a Bahia, iniciando a formação psicanalítica de diversos psicólogos e alunos de psicologia. A Bahia formava, então, suas primeiras turmas de psicólogos que buscavam oportunidades num mercado de trabalho acirrado, no qual a psicanálise possibilitaria o acesso a uma nova prática profissional no campo clínico, ainda incipiente na Bahia. Os psicanalistas argentinos contribuíram para a formação de várias gerações de psicólogos baianos, que formaram associações, se agrupando em torno da disseminação do conhecimento psicanalítico. Um marco importante de sua inserção é a heterodoxia de seu estilo, uma vez que, além de inovações técnicas, com a inclusão de terapias breves e grupais, os psicanalistas argentinos quebraram formalidades nas sessões introduzindo o uso de abordagens corporais e grupais. Na Bahia, logo de início, a psicanálise foi influenciada tanto pela leitura da teoria freudiana quanto pela prática de exercícios reichianos, psicodramaticistas e gestálticos, para em seguida, tornar-se lacaniana. A entrada de jovens psicólogos nos círculos psicanalíticos e seu ingresso em grupos de formação ou instituições de ensino da psicanálise possibilitou a quebra de um padrão que preconizava que a psicanálise deveria ser exercida exclusivamente por médicos. Psicólogos passaram a ser aceitos para a formação em psicanálise, inclusive nas associações mais ortodoxas produzindo uma demanda crescente por terapia e formação profissional.

Palavras-chave: Psicologia; História da Psicologia; História da Psicanálise na Bahia; Ditadura Militar.

Psicologia social e emancipação humana: uma relação possível?

Gervásio de Araújo Marques da Silva
gervasio@gmail.com
UFRJ

Este trabalho é o relato de uma pesquisa de doutorando ainda em andamento, que consiste no estudo histórico da psicologia social por meio da análise da categoria de emancipação humana nas publicações da revista *Psicologia e Sociedade*, da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), no período que abrange desde a criação da revista em 1986 até o ano de 2016. A problemática é sobre o debate de emancipação humana na história recente da psicologia social, quando termos como *transformação social*, *ideologia* e *alienação* passam a ser objetos de discussões. A ABRAPSO é parte importante da história da psicologia crítica brasileira, por sua orientação aos problemas da realidade social e pluralidade teórico-metodológica e reflexão crítica. Ainda não há estudos sistemáticos e exploratórios sobre psicologia e emancipação humana. Diante da história e do momento atual (de golpe) da realidade social brasileira, fácil é perceber a necessidade de estudos e práticas de processos que contribuam para construir uma sociedade de efetiva participação popular, justa, igualitária e humanizada. Pretende-se analisar qual a contribuição que o estudo sobre a emancipação humana na psicologia oferece às práticas psi visando o desenvolvimento de um novo modelo de sociedade e de indivíduo. Este trabalho também visa suprir lacunas na historiografia da psicologia crítica no Brasil. O objetivo geral é identificar as concepções de emancipação humana presentes nas publicações da revista *Psicologia & Sociedade*. Os objetivos específicos: a) caracterizar as condições histórica, social e ideológica brasileira de 1985 a 2016; b) sistematizar as produções da revista *Psicologia & Sociedade* das três últimas décadas, especialmente as que abordam a relação entre a psicologia social e a emancipação humana e/ou transformação social; c) analisar se a psicologia social brasileira tem contribuições para processos que visam a emancipação humana e/ou se é uma possibilidade da psicologia social. Emancipação humana é a superação da fragmentação entre o ser individual e o ser genérico/social (quando o ser humano se reconhece enquanto ser genérico) e a efetivação da liberdade e da igualdade, não apenas no aspecto jurídico-formal, como é na sociedade capitalista, mas também na realidade concreta. Esta investigação histórica não será restrita apenas à pesquisa documental, mas busca analisar, por meio do estudo da história da sociedade e da formação social brasileira, a realidade estrutural onde essas elaborações e práticas psicossociais emergem e se efetivam, já que as condições materiais condicionam a vida em geral e estas, dialeticamente, também modificam as condições materiais. A historiografia da psicologia social aponta que durante seu período de "crise" a palavra de ordem era a transformação social. Lane e Bock afirmam a ABRAPSO como entidade fundamental para o desenvolvimento e consolidação da psicologia social crítica, por sua aproximação com a realidade das classes populares e a contribuição com os processos de emancipação e transformação social. É justamente dessa virada de uma posição normativa e adaptadora para uma comprometida com as maiorias populares e com a transformação social que a psicologia social se torna um objeto adequado para uma pesquisa preocupada a emancipação. Na psicologia social crítica pode-se destacar dois aspectos importantes na problemática deste estudo, a) a definição de psicologia social: o estudo da relação entre indivíduo e sociedade b) o compromisso com a transformação social. O debate sobre a emancipação aborda estas duas questões: a relação indivíduo-sociedade e a transformação social. Há uma relação ineliminável entre a transformação radical da sociedade (como horizonte o comunismo) e a emancipação humana ou, como afirma Ivo Tonet, é a mesma coisa: "emancipação humana, para Marx, nada mais é do que outro nome para comunismo, embora a primeira enfatize a questão da liberdade e o

segundo, o conjunto de uma nova forma de sociabilidade". Como resultados parciais tem-se: 1) ainda não há estudos sistemáticos e exploratórios sobre psicologia e emancipação humana 2) há poucos estudos sobre o tema, como os de Lacerda Jr. destacando a impossibilidade da psicologia realizar emancipação humana ou o de Bader Sawaia apontando a transformação social como possibilidade e objeto da psicologia social – duas perspectivas contraditórias, porém fundamentadas na mesma tradição, a marxista 3) necessidade de pesquisa para melhor compreensão sobre o tema 4) Uma analise sobre as diferenças de uma suposta semelhança na discussão.

Palavras-chave: história da psicologia, Abrapso, psicologia crítica, emancipação humana, transformação social.

Fonte de financiamento: CAPES

Do panoptismo ao paradigma panóptico em Michel Foucault

Rômulo Ballestê Marques dos Santos
romuloballeste@gmail.com
UFRJ

Nosso trabalho visa problematizar a noção de panoptismo desenvolvido por Michel Foucault concebido como esquema restrito ao modelo da casa de inspeção ou da prisão. O aprofundamento da análise do panóptico e da própria filosofia utilitarista de Jeremy Bentham realizada por Foucault potencializa o reconhecimento e a identificação de pistas da movimentação política atual de nossa sociedade. O paradigma panóptico que funciona com tecnologia biopolítica de poder. As formas de poder se desdobram na arte de governar, cujos exercícios se realizam no imbricamento com tecnologias do eu. Tal entrelaçamento envolve a vigilância panóptica e, portanto, possui uma coordenação entre a ética e a política na qual a psicologia pode ser problematizada. Nosso trabalho tem por justificativa o fato da psicologia poder se distanciar um pouco das leituras que privilegiam a via disciplinar e poder iluminar práticas de vigilância que coordenam as ações morais do sujeito com jogos de poder presentes na governamentalidade. O paradigma panóptico está diretamente relacionado às formas de produção de subjetividade por isso faz-se necessário avançar nas interpretações acerca do panóptico. Foucault descobriu o *Panopticon* de Jeremy Benthan ao pesquisar, nos primeiros anos da década de 1970, a arquitetura hospitalar desenvolvida na segunda metade do século XVIII. Examinando diversos projetos arquitetônicos percebeu que o *Panopticon* figurava como influência em todos os grandes projetos arquitetônicos de reestruturação das prisões desde o início do século XIX. A analítica do poder disciplinar desenvolvida por Foucault tem em grande medida o poder espacial presente na dinâmica do Panóptico. Em *Vigiar e punir* ele desenvolve o panoptismo, no qual o princípio da inspeção está fundado em uma economia visual, é tomado como o princípio orientador de todo funcionamento da sociedade disciplinar. As leituras inglesas ligadas ao *Bentham Project*, mais conservadoras da obra de Bentham, desqualificam a leitura foucaultiana, entretanto, encontra-se recentemente, autores como Christian Laval e Anne Brunon-Ernst, cujos trabalhos estão promovendo uma análise mais refrescante da relação entre Foucault e Bentham demonstrando que a leitura de Foucault avança ao destacar o caráter mais amplo do panóptico desdobrando as relações do liberalismo econômico para além dos domínios do regime disciplinar atingindo o domínio da arte de governar. Christian Laval aponta a necessidade de retomar o estudo da relação Bentham-Foucault por meio da inclusão dos cursos ministrados no *Collège de France* ultrapassando, portanto, a leitura de *Vigiar e Punir* ou pelo que é dito por Foucault a respeito do poder

disciplinar. Tal operação permite deslocar a interpretação foucaultiana de Bentham da problemática bastante difundida da disciplina para a forma de governar e, assim, indicar as influências do utilitarismo na noção de biopolítica. Para tanto, é preciso considerar as cinco diferentes manifestações do princípio panóptico presentes nos seguintes trabalhos de Bentham: *Panopticon ou a casa de inspeção* (1786 e 1790-1791); *Esboço de um trabalho intitulado gestão aperfeiçoada do pobre* (1797-1798); *Panopticon versus Nova Gales do Sul* (1802); *Crestomatia* (1816-1817); *Código constitutional* (1830). O objetivo principal do primeiro projeto, baseado no princípio da inspeção, foi maximizar o trabalho realizado pelos presos e produzir, ao mesmo tempo, uma reforma moral. A palavra "inspeção" figura no título do conjunto de cartas de Jeremy Bentham como sinônimo de panóptico, porém, a generalização do princípio, evidenciada pela possibilidade de aplicação de diferentes tipos de estabelecimento ou pessoa, - em especial às casas penitenciárias, prisões, casas de indústria, casas de trabalho, casas para pobres, manufaturas, hospícios, lazaretos, hospitais e escolas, - eclipsa a dimensão biopolítica e a governamentalidade. Pensar o paradigma panóptico dessa maneira permite reconhecer a limitação da formulação foucaultiana do panóptico ao primeiro modelo de Bentham e a desconsideração de sua estrutura múltipla elaborada gradualmente, mas também uma revisão ao longo da sua obra. Isto exige do leitor não estagnar sua leitura em *Vigiar e punir*, mas percorrer outros trabalhos do filósofo. Se os diferentes panópticos forem levados em consideração, pode-se ampliar o termo para paradigma panóptico e, poder-se-á notar a passagem do controle individual, encontrado na inspeção do poder disciplinar, para a governabilidade na sua íntima relação com a produção de subjetividade.

Palavras-chave: Psicologia, Michel Foucault, Panoptismo, Paradigma panóptico, Biopolítica

Notas sobre as perseguições, fugas, capturas e invenções durante a ditadura civil-militar no Brasil: a psicologia na PUC-SP e na UFMG

Julio Cesar Cruz Collares da Rocha
juliorocha@gmail.com
Universidade Católica de Petrópolis

A ditadura civil-militar no Brasil, entre 1964 e 1985, produziu marcas na Academia, reduto tanto de discussão de resistência, quanto de conformismo e manutenção do status quo, posturas reconhecidas nas lutas por liberdade e nas vagas de denuncismo que varreram comunistas, pretensos comunistas e inconformados – aguerridos ou não. Nesse ínterim, os psicólogos sociais assumiram uma conduta ora reflexivo, ora militante, e podemos detectar na história da psicologia algumas das perseguições, fugas e capturas sofridas por psicólogos sociais Brasil a fora. Nesse plano, houve espaço também para a invenção, entre elas, a psicologia social comunitária. Apresentamos algumas notas sobre como a ditadura civil-militar afetou o trabalho e a vida de psicólogos, seus departamentos e suas universidades, enfatizando acontecimentos na PUC-SP e na UFMG. Utilizamos a história oral híbrida, que converge depoimento oral com documentos. Os depoimentos foram realizados junto a docentes/pesquisadores de Psicologia que atuavam como psicólogos sociais durante a ditadura civil-militar brasileira e os documentos consultados foram fontes primárias e secundárias sobre a o tema. Em São Paulo, durante da ditadura civil-militar, a PUC-SP foi alvo de investigações do governo: em 1969, foi instalada uma comissão de inquérito contra o Prof. Enzo Azzi por acobertar ações de docentes e discentes no ano de 1976, e no ano seguinte, houve vigilância extrema na instituição, em especial, com a acolhida de um evento que fora proibido em universidades públicas. Este clima de vigilância por parte do governo militar chegou bem próximo de Silvia Lane: ela contou que, além de saber que o guarda da rua em que morava tinha a ficha completa dela

e de sua família, Lane recebeu em sua residência uma moça para trabalhar como babá, e durante o período que a babá trabalhou lá, levou um fotógrafo para tirar fotos da biblioteca, sob o pretexto de fazer fotos do filho pequeno de Lane e, tempos depois, a moça se demitiu dizendo que já tinha acabado o trabalho dela lá e que era noiva de um agente da repressão. No ano de 1976, foi criado o 'Projeto Osasco', uma prática de psicologia comunitária que foi campo de estágio dos alunos de Psicologia da PUC-SP, tendo como idealizador o Prof. Alberto Abib Andery. Em Minas Gerais, o 'Setor' de Psicologia Social da UFMG era conhecido não apenas pela qualidade dos trabalhos técnicos realizados desde o final dos anos 1960, mas também pela sua forte militância política, tanto estudantil, quanto docente. Um trabalho psicossocial era realizado por Marília Mata Machado e equipe numa Penitenciária no final da década de 1960, e o contrato desse trabalho não foi renovado em 1969. A atuação psicossocial numa instituição total, como é uma prisão, pareceu inviabilizada tanto pelos processos de manutenção do status quo da instituição e não ingerência de profissionais extra-institucionais, quanto pelo contexto sócio histórico que vigiava e minava processos de mudança social, contexto encarnado na ditadura civil-militar no Brasil. O clima tenso vivenciado na ditadura civil-militar criou modos de viver no 'Setor' para lidar com a perseguição no ambiente universitário. Esse clima de vigilância e violência pelos 'órgãos de segurança' foi destacado no número 3 do jornal dos estudantes da FAFICH/UFMG, datado de 30 de setembro de 1974, relatando a prisão de alunos e a longa duração das prisões. O período de ditadura civil-militar no Brasil se revelou traumático para o 'Setor', e este teve que se organizar para lidar com o autoritarismo Estatal e a perseguição política, sendo que alguns de seus membros sofreram perseguição, vigilância, exílio, violência e até morte: Idalísio Soares Aranha Filho foi membro do 'Setor' e figura na lista de desaparecidos políticos desde 1964: ele foi morto pelas forças da repressão militar em 1972 no Araguaia. No ano de 1975, foi incluída no currículo do curso de Psicologia da UFMG a disciplina de Psicologia Comunitária, ofertada a partir de 1976 por Julio Mourão e Cornelis van Stralen. O período da ditadura civil-militar no Brasil foi tanto repressivo das ações de docentes e estudantes de Psicologia nas instituições mencionadas, quanto acabou propiciando um impulso criativo para a produção de modos de atuação da psicologia para a realização de trabalhos em comunidades, a partir de um conhecimento da realidade social local e nacional.

Palavras-chave: psicologia comunitária, ditadura civil-militar, história oral híbrida.

O matriciamento na atenção básica do SUS: potencialidades e desafios

Camila Motta Camila Gomes; Rebecca Teodoro Sampaio; Thiago Melicio
cmottagomes@gmail.com
UERJ

O presente trabalho pretende discutir a emergência histórica da Estratégia da Saúde da Família enquanto organizadora da atenção básica em saúde no Brasil, visando problematizar sua articulação com o campo do apoio matricial, mais especificamente no âmbito do Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Pautado no referencial teórico-metodológico da cartografia psicossocial, o estudo procura acompanhar como as políticas públicas de saúde vieram sofrendo modificações com o objetivo de horizontalizar as práticas e o cuidado em saúde, bem como seus arranjos organizacionais e diminuir a sua hierarquização dentro do Sistema Único de Saúde. O Brasil possui um histórico de grandes transformações no campo da saúde, desde propostas embrionárias de sanitarismo com o advento do período republicano, à profícua mobilização de profissionais, usuários e familiares durante a década de 1980, que constituíram terreno

fértil para o surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse contexto, de aparente democratização da atenção e assistência em saúde, tem-se a progressiva preocupação com a implementação de políticas públicas que promovam a capilarização e a maior participação social nos serviços e práticas na área. É no bojo dessas transformações que surge o Programa Saúde da Família (PSF) em 1994, renomeado para Estratégia Saúde da Família (ESF) em 2006, estabelecendo os critérios e modalidades para funcionamento das equipes de saúde da família, além de seus fluxos e formas de financiamento. Todavia, conforme revisão bibliográfica, foi observado que mesmo com a ESF não foi possível superar a hierarquização dos saberes, em especial o do saber médico, bem como não foi possível garantir uma participação mais ampla da população nas análises e tomadas de decisão. Nesse sentido, por meio da Portaria 154 do Ministério da Saúde, de 2008, é criado o NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) que em seu artigo primeiro aponta seu objetivo como de ""ampliar a abrangência e o escopo das ações da atenção básica, bem como sua resolubilidade, apoiando a inserção da estratégia de Saúde da Família na rede de serviços e o processo de territorialização e regionalização a partir da atenção básica"". O NASF pretende oferecer apoio matricial à equipe de referência da atenção básica, integrando a ela apoiadores de distintas especialidades na área da saúde, que poderão compartilhar o atendimento conforme necessidade. Busca-se a construção de um espaço de comunicação ativa capaz de promover uma aproximação entre profissionais e usuários, além da integralidade do cuidado através de um suporte interdisciplinar. Em vista do que foi discutido até aqui, entendendo a importância de aprofundar no trajeto teórico-histórico da ESF e a necessidade de confrontá-la com a situação atual da rede, a proposta da pesquisa foi a de realizar uma pesquisa - intervenção na rede de atenção primária da área programática 2.2 do Rio de Janeiro. A intervenção se deu no Centro Municipal de Saúde Heitor Beltrão, localizado no bairro da Tijuca. Estudantes de psicologia acompanharam a rotina da psicóloga do NASF daquela unidade, por alguns meses, no decurso de projeto da Uerj aprovado no âmbito do edital PET-Saúde/GraduaSUS, financiado pelo Ministério da Saúde e ocorrido na área programática 2.2. Durante a inserção na rede foi possível vivenciar os desafios do NASF, podendo cartografar algumas das potencialidades dessa estratégia e seus benefícios para saúde coletiva, ao mesmo tempo em que persistem visões recortadas sobre a cuidado em saúde, jogos de poderes e falta de entendimento por parte da própria equipe de referência e do NASF sobre a estratégia em questão. Acreditamos que a implantação do NASF encontra dificuldades para sua efetivação em de aspectos como: a maneira pela qual o NASF foi implantado no município, com pouco treinamento e acompanhamento dos profissionais da rede nesta transição para uma nova estratégia; a formação universitária dos profissionais de saúde que não contemplou de noções interdisciplinares e de clínica ampliada; além da complexidade da estratégia NASF e as dificuldades de estrutura da saúde pública. Por outro lado, a partir de nossa investigação bibliográfica fica clara a potencialidade da estratégia NASF para a atenção básica, apostando na interdisciplinaridade do cuidado na saúde, na visão de clínica ampliada e apostando numa menor fragmentação da saúde e na integralidade do cuidado.

Palavras chave: matriciamento, atenção básica, SUS, estratégia saúde da família

Reflexões sobre os impactos do Projeto do Compromisso Social na História da Psicologia Brasileira

Péricles de Souza Macedo
peric.les.macedo@hotmail.com
Psicólogo/MA

Este resumo tem como objetivo levantar reflexões acerca do impacto do Projeto do Compromisso Social na história social da psicologia latino americana e a forma como o mesmo tem articulado a profissão às urgências da sociedade brasileira, sobretudo, no que tange à inserção da profissão no campo das políticas públicas e sociais, e a mudança na agenda da psicologia, com a inserção de temáticas como: direitos humanos, desigualdade social, descolonização do conhecimento psicológico e a necessária vinculação desses temas à formação e profissão do psicólogo, como formas de produzir uma práxis que se vincule às necessidades da população , colocando a psicologia na construção de uma sociedade igualitária A história da psicologia no Brasil tem como marca a disputa de projetos políticos. Esse trabalho de reflexão objetiva entre outras coisas, apontar as condições em que a psicologia surgiu em nosso país, sua função social e sob qual ideologia ela se firmou como profissão. Conforme Antunes, a psicologia no Brasil tem sua presença reconhecida desde a época colonial, não como área de saber específico, mas, caracterizada por sua preocupação com o fenômeno psicológico. No Brasil, seu desenvolvimento se processou no interior da educação e da medicina, por meio de brasileiros que estudaram no exterior e por estrangeiros que vieram para o país, lecionar em cursos de medicina e pedagogia. De acordo com Bock a psicologia surge colada ao projeto de modernização da sociedade brasileira e seu objetivo principal era gerir a vida nessa sociedade, respondendo a interesses de higienização e ordem da sociedade, os saberes psicológicos eram aplicados tecnicamente sem nenhuma crítica sobre a função social da psicologia numa sociedade cujas marcas principais eram a exploração-dominação. Com isto, a psicologia terminava por manter o status quo, contribuindo para a legitimação da higienização e da patologização dos indivíduos que não se "ajustavam" a essa lógica de sociedade, servindo de base para a internação dos loucos que não geravam lucro para a sociedade capitalista de produção. Este contexto sócio-político foi decisivo para que um grupo de profissionais começasse a questionar a função da psicologia na sociedade de classes e com isso emerge o assim chamado "Projeto do Compromisso Social da Psicologia". O referido projeto emergiu e começou a ganhar visibilidade nas discussões empreendidas acerca do questionamento sobre a estreita vinculação das ideias psicologicas com as elites dominantes e dentro desse contexto, a psicologia social começou a questionar sua práxis e a finalidade do conhecimento produzido até aquele momento, questionando com afinco a importação de conhecimentos e práticas oriundos dos Estados Unidos e Europa, cuja transposição para a realidade brasileira era feita sem que houvessem questionamentos e críticas sobre as implicações ideológicas disto. Um país cujas marcas principais são a desigualdade social, a exploração e a dominação, não podia aplicar acriticamente tais práticas produzidas no continente europeu e nos EUA sem reconhecer as especificidades que caracterizavam a realidade brasileira à época. Dado esse contexto, a psicologia passou a inovar na prática por meio da psicologia social comunitária e em novas concepções teóricas, trazendo para o interior da psicologia concepções teórico-metodológicas críticas da Argentina, Cuba, França e da URSS. Este novo projeto fundamentado na psicologia sócio-histórica de base marxista, buscou desde seus primórdios,produzir conhecimentos e intervenções que atendessem as realidades brasileira e latino-americana e os psicólogos que estiveram à frente desse projeto, empreenderam críticas contundentes à concepção liberal de sujeito que embasava os fazeres psicológicos apontando, sobretudo para sua função ideológica de articulação dos interesses da elite

dominante, também, criticou a ênfase da psicologia em classificar e patologizar os comportamentos, culminando em movimentos recentes de crítica à medicalização da educação e da sociedade cujas discussões têm sido fundamentais para apontar e problematizar o crescente número de diagnósticos que desconsideram as singularidades dos sujeitos e suas realidades sócio-históricas. Com esta reflexão, pretende-se apontar a presença da psicologia nas políticas públicas de saúde, assistência social e educação, bem como mudança na agenda política das entidades da psicologia brasileira a partir da articulação do projeto do compromisso social.

Palavras-chave: Psicologia; Compromisso Social; Psicologia Sócio-Histórica

ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES

A

Alexandre de Carvalho Castro, 4, 9, 10, 13, 17
Allan Abreu Conceição, 4, 54, 55
Allister Teixeira Dias, 66
Amanda Layse de Oliveira Feitosa, 26
Ana Camilla de Oliveira Baldanzi, 34
Ana Maria del Grossi Ferreira Mota, 39
Ana Maria Jacó-Vilela, 3, 4, 9, 10, 12, 15, 19, 37, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59
Ana Teresa Venancio, 12, 19
Ana Terra Sudário Gonzaga, 21
Anderson de Brito Rodrigues, 69
André Luís de Oliveira de Sant'Anna, 73, 76
André Vieira dos Santos, 14
Angélica dos Santos Siqueira, 31
Anna Carolina Lo Bianco, 62
Arthur Daibert Machado Tavares, 24
Arthur Pereira, 40
Arthur Teixeira Pereira, 28

B

Bárbara de Almeida Cesário Navega, 25

C

Camila Motta Camila Gomes, 84
Carolina da Costa de Carvalho, 65

Ch

Charles William Macedo de Mello, 13

C

Cristiana Facchinetti, 4, 12, 18, 48, 66

D

Danilo de Oliveira Moraes Passos, 71
Dayse de Marie Oliveira, 4, 10, 55
Debora Emanuelle Nascimento Lomba, 31
Deborah da Silva de Souza, 30, 31, 45

E

Ede C. Bispo Cerqueira, 43
Ede Cerqueira, 9, 14
Ester Aparecida Lima de Souza, 13

F

Fedra Freijo Becchero, 23
Fernando Lacerda Junior, 4, 21
Fernando Lacerda Júnior, 14, 15, 33
Filipe Degani-Carneiro, 52, 56, 75
Filipe Milagres Boechat, 14, 68
Flávio Coelho Edler, 12, 18
Francisco Teixeira Portugal, 4, 41
Frederico Alves Costa, 10, 11, 12, 26

G

Gabriel Sousa, 4, 54
Gabriela Domingues Caetano Soares Maia, 27
Gervásio de Araújo Marques da Silva, 5, 80

H

Hildeberto Martins, 10, 16
Hildeberto Vieira Martins, 5, 36
Hugo de Nilson Damasceno, 5, 9, 13, 56, 57

I

Iasmin da Silveira Quintino, 4, 54
Ingrid Cristine Barcelos Lima, 30
Ingrid Vorsatz, 40

J

Jacy Curado, 11, 17
Jaqueline de Andrade Torres, 44
Joan Sebastian Soto Triana, 17
João Henrique Queiroz de Araújo, 61
João Mateus Cândido, 56
José Roberto Saiol, 19
Juberto Antonio Massud de Souza, 77
Juliana da Silva Gonçalves, 30
Juliana Salazar Figueroa, 73
Julio Cesar Cruz Collares da Rocha, 83

K

Kalline Flavia Silva de Lira, 22
Karoline B. Peres, 34

L

Laura Cristina de Toledo Quadros, 30, 31, 38, 45
Laura Vissani, 35
Laurinda Rosa Maciel, 47

Laylan Batista Lopes da Silva, 41
Leandro Santos Groba, 60
Leda Alves Duarte, 4, 55
Letícia Costa Leopoldino, 28
Letícia Oliveira Silva, 4, 52
Letícia Palmeira Martins, 49
Luana da Silveira, 70
Lucia Rossi, 23
Luiza Miranda Mello e Silva, 4, 52
Luna Singulani Oliveira, 70

M

Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos, 5, 53, 54
Maíra de Souza Cerqueira dos Anjos, 55
Marcelo Leonel Peluso, 28
Maria Amélia Güllnitz Zampronha, 63
María Andrea Piñeda, 72
Maria Cláudia Novaes Messias, 4, 5, 37
María Eugenia González, 46
Maria Stella Goulart, 11, 16
Mariah Martins, 49
Mariana Agatha Silva do Carmo, 4, 54
Marianna Paula da Cruz Martins, 68
Mariano Caminos, 35
Marília Albuquerque, 40
Marília Novais da Mata Machado, 20, 78
Marina Massimi, 10, 17
Marisa de Medeiros Ferreira, 69
Miguel Gallegos, 5, 9, 64
Murilo Galvão Amancio Cruz, 48

N

Nahuel López, 29
Nilda Fantini, 35

O

Omar Bravo, 10, 16

P

Patricia Altamirano, 29
Patricia Scherman, 10, 11, 12, 35
Patricia Viviana Scherman, 29
Paulo Amarante, 11, 16
Pedro Felipe Neves de Muñoz, 67
Péricles de Souza Macedo, 85
Priscilla Menescal Vieira Dos Santos, 50

R

Rafaela Teixeira Zorzanelli, 48
Rafaella Nóbrega, 40
Raiane B. T G. Pereira, 34
Raisa Capela, 47
Rebeca Rodrigues do Nascimento, 30
Rebecca Teodoro Sampaio, 84
Renata Martins, 40
Renata Patricia Forain de Valentim, 49
Ricardo Vieiralves de Castro, 9, 22
Rodolfo Luís Leite Batista, 78
Rodrigo Lopes Miranda, 5, 39, 44
Rômulo Ballestê Marques dos Santos, 82
Rosa Falcone, 10, 11, 12, 20
Rosane Maria Souza e Silva, 79

S

Sérgio Marcondes, 9, 14
Sérgio Ribeiro de Almeida Marcondes, 42
Shanne Gonçalves Aranha, 70
Stephanie Morais, 36

T

Tamiris Rejane Moreira Freitas, 49
Thiago B. L. Melício, 34
Thiago Melicio, 84
Thiago Nascimento Labrador Martinez, 40

U

Ulisses Heckmaier de Paula Cataldo, 38

V

Vanesa Navarlaz, 23
Verena Alberti, 9, 14
Vitor Silva de Amorim, 33

W

Wilk Farias Nobre, 4, 5, 59